

**MARIA GISELE VARGAS BATISTA**

**O SOLDADO DE FRONTEIRA: TRADIÇÃO, MEMÓRIA E MASCULINIDADES NO  
4ºGACav-II/1ºRADC (1926/ 1943)**

**Irati  
2018**

MARIA GISELE VARGAS BATISTA

**O SOLDADO DE FRONTEIRA: TRADIÇÃO, MEMÓRIA E MASCULINIDADES NO  
4ºGACav-II/1ºRADC (1926/ 1943)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração “História e Regiões”. da Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO-PR.

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeri Moreira.

Linha de Pesquisa: Espaços Simbólicos, Ambiente e Corporeidades.

Irati  
2018

Catálogo na Publicação  
Biblioteca Central da Unicentro, Campus Santa Cruz

B333s Batista, Maria Gisele Vargas  
O soldado de fronteira: tradição, memórias e masculinidades no 4ºGACav-II/1ºRADC (1926/1943) / Maria Gisele Vargas Batista. – – Irati, 2018.  
xii, 128 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração "História e Regiões", 2018

Orientadora: Rosemeri Moreira  
Banca examinadora: José Miguel Arias Neto, Ivonete Pereira, Rosemeri Moreira

Bibliografia

1. História. 2. Militares. 3. Masculinidade hegemônica. 4. Representações. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 981



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP  
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH  
Área de Concentração – História e Regiões



### TERMO DE APROVAÇÃO

Maria Gisele Vargas Batista

#### O Soldado de Fronteira: tradição, memória e masculinidades no 4º GACav-II/1ªRADC (1926/1943)

Dissertação aprovada em 19/10/2018, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Dr.<sup>a</sup> Ivonete Pereira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Titular

Dr. José Miguel Arias Neto

Universidade Estadual de Londrina  
Titular

Dr.<sup>a</sup> Rosângela Moreira

Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR  
2018

## AGRADECIMENTOS

Dizia o poeta Fernando Pessoa “Tenho pensamentos que, se pudesse revelá-los e fazê-los viver, acrescentariam nova luminosidade às estrelas, nova beleza ao mundo e maior amor ao coração dos homens”. Por mais sagrados que sejam esses pensamentos, quero no momento revelar, uma parte deles. Aquele que remete a gratidão.

Ao 26ºGAC de Guarapuava por me receberem e permitirem acesso aos materiais de pesquisa. Principalmente aos comandantes Tenente-Coronel William Wilson Alexandre Rueda e Tenente-Coronel Rogério Pereira Gonçalves.

Ao PPGH da Unicentro que acolheu este projeto e possibilitou condições para que eu pudesse realiza-lo.

A você professora Dra. Rosemeri Moreira, educadora, orientadora, e agora, amiga. Meu agradecimento sincero pela pessoa dedicada, eficiente, diligente. Sem você essa pesquisa não teria chegado ao fim.

Aos amigos e amigas que fiz na caminhada durante o desenvolvimento do projeto, colegas de curso e professores do PPGH em Irati e Guarapuava, minha gratidão.

À minha prima Julianne Aparecida Lima por me ajudar na transcrição da fonte.

À minha amiga e irmã por escolha Kety C. de March. Agradeço muito pela conversa, pelas chamadas de atenção, pelo carinho, pela crença de que eu poderia e conseguiria vencer os obstáculos de trabalhar, cuidar da minha saúde - às vezes frágil - e terminar este trabalho. “Amiga, muito, muito obrigada!”

Ao meu companheiro de caminhada durante todo o processo, que conviveu e percebeu todos os altos e baixos da pesquisa e da minha crença em permanecer na árdua tarefa da pesquisa. Pelo seu carinho, pelo zelo, pelo amor, pelo companheirismo em até ficar acordado para me fazer companhia nessa jornada, “Cléber Witte, muito obrigada!”

A minha mãe Maria do Belem Vargas que forneceu carinho, abraço, ajuda com todos os meus afazeres para que eu pudesse me dedicar a análise e à escrita. Por estar comigo e me levantar quando, prostrada e com dor, queria desistir. “Mamãe, não tem preço o teu amor e carinho por mim, muito obrigada!”

Enfim, a todas e todos que direta e indiretamente fizeram parte de meu cotidiano e contribuíram com o encorajamento, diálogo e críticas. Agradecida!

“Programados para aprender e impossibilitados de viver sem a referência de um amanhã, onde quer que haja mulheres e homens há sempre o que fazer, há sempre o que ensinar, há sempre o que aprender” (FREIRE, 1996, p.70).

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar o 4ºGACav-II/1ºRADC, unidade militar existente em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, entre 1926 e 1943. Buscamos compreender como a representação de heróis, a ênfase na rememoração, a invenção da tradição militar, as atividades desenvolvidas na caserna, buscavam formar uma masculinidade militar ideal, nessa região fronteiriça. Nossa principal fonte de pesquisa é o “Livro Histórico do II/1ºRADC da 3ªRegião Militar”, o qual é composto por anotações manuscritas e boletins dessa unidade militar, além de leis e decretos do mesmo período. Essa documentação, escrita desde 1926, foi juntada como Livro Histórico em 1943. Em termos teóricos nos aproximamos de concepções da Nova História Militar e da Nova Histórica Cultural, que deram arcabouço à discussão sobre como eram forjado esses militares de fronteira e como foi construída a masculinidade hegemônica para esse grupo. Esta abordagem permite analisar a criação e instalação da unidade militar citada, compreendendo as políticas de defesa, a escolha da região de fronteira e da Artilharia a Cavalos, bem como entender como se fez a construção da memória, a rememoração das tradições e a construção dos heróis por meio das narrativas de boletins constantes no Livro Histórico da unidade militar de Santo Ângelo. Além disso, admitimos a análise das narrativas de representação de masculinidade(s) e construção do “homem militar”. Desta forma, foi possível compreender como as representações de heroicidade, as tradições inventadas, a memória, a rememoração, as atividades normatizadas e hierarquizadas eram utilizadas para inventar uma masculinidade hegemônica, que se pretendia, inscritas nos corpos desses militares.

Palavras-chave: Militares. Masculinidade Hegemônica. Representações.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the 4th GACav-II / 1ºRADC, military unit existing in Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, between 1926 and 1943. We seek to understand how the representation of heroes, the emphasis on remembrance, the invention of the military tradition, the activities developed in the barracks, sought to form an ideal military masculinity, in this border region. Our main source of research is the "Historical Book of II / 1ºRADC of the 3rd Military Region", which is composed of handwritten notes and bulletins of this military unit, in addition to laws and decrees of the same period. This documentation, written since 1926, was added as a Historical Book in 1943. In theoretical terms we approach conceptions of the New Military History and the New Cultural History, which gave a framework to the discussion about how these border soldiers were forged and how the hegemonic masculinity for this group. This approach allows us to analyze the creation and installation of the mentioned military unit, including defense policies, the choice of frontier region and Horse Artillery, as well as to understand how the construction of memory, the remembrance of traditions and the construction of heroes through the narratives of bulletins contained in the Historical Book of the military unit of Saint Angelo. In addition, we admit the analysis of the narratives of representation of masculinity (s) and construction of the "military man". In this way, it was possible to understand how representations of heroicity, invented traditions, memory, recollection, normalized and hierarchical activities were used to invent a hegemonic masculinity, which was intended, inscribed in the bodies of these soldiers.

Keywords: Military. Hegemonic Masculinity. Representations.



## LISTA DE MAPAS

---

|  |     |
|--|-----|
| Mapa 01: Localização da Cidade de Santo Ângelo na região missioneira   | 38  |
| Mapa 02: Região Missioneira e Localização de Santo Ângelo, em 2008   | 38  |
| Mapa 03: Mapa Esquemático Malha Ferroviária do Rio Grande do Sul<br>Situação em 1920 / Encampação da Rede / Criação da VFRGS | 45  |
| Mapa 04: Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí-RS   | 91  |
| Mapa 05: Sul do Brasil - Relevo, Cobertura Vegetal e Solo  | 122 |
| Mapa 06: O Relevo nas Unidades da Federação e a na Região Missioneira do RS  | 123 |

---

## LISTA DE TABELAS

---

|   |    |
|---|----|
| Tabela 01 – População de Santo Ângelo – RS entre 1890 e 1950..... | 42 |
|---|----|

---

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

---

|           |   |
|-----------|---|
| 1ºGACav   | = 1º Grupo de Artilharia a Cavalo   |
| 4ºGACav   | = 4º Grupo de Artilharia a Cavalo   |
| 4ºRCI     | = 4º Regimento de Cavalaria Independente                                    |
| 16ºGACav  | = 16º Grupo de Artilharia a Cavalo  |
| 26ºGAC    | = 26º Grupo de Artilharia de Campanha                                       |
| II/1ºRADC | = 2º Grupo do 1º Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria            |
| CEDOC     | = Centro de Documentação e Memória  |
| DIP       | = Departamento de Imprensa e Propaganda                                     |
| FEE       | = Fundação de Economia e Estatística  |
| LH        | = Livro Histórico   |
| RISG      | = Regulamento Interno e dos Serviços Gerais dos Corpos de Tropa do Exército |

---

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO  | 12  |
| 1. ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA: POLÍTICAS DE DEFESA E A CRIAÇÃO DO 4ºGACav-II/1ºRADC. | 25  |
| 1.1. Políticas de Defesa: da Invenção do Exército Brasileiro à Implantação do 4ºGACav.  | 26  |
| 1.2. Políticas de Defesa da 1ª República Para a Região Missioneira: Santo Ângelo – RS.  | 37  |
| 1.3. A Criação e Instalação do 4ºGACav: a Opção Pela Artilharia a Cavalos.              | 47  |
| 2. TRADIÇÃO E MEMÓRIA: O 4ºGACav-II/1ºRADC E O PASSADO (RE)CONSTRUÍDO.                  | 56  |
| 2.1 O Livro Histórico II/1ºRADC: Lugar de Memória.                                      | 57  |
| 2.2. Memória e Tradição: Representações do Gen. Osório no 4ºGACav-II/1ºRADC.            | 65  |
| 2.3 As Datas Comemorativas do 4ºGACav-II/1ºRADC e a Tradição Inventada.                 | 69  |
| 2.3.1. O Aniversário do 4ºGACav-II/1ºRADC: 24 de Maio.                                  | 73  |
| 2.3.2. A Representação do Herói e o Dia do Soldado.                                     | 76  |
| 2.3.3. Dia da Bandeira no 4ºGACav-II/1ºRADC: 19 de Novembro.                            | 79  |
| 3. HOMENS E MASCULINIDADES: A FORMAÇÃO DOS SOLDADOS DO 4ºGACav-II/1ºRADC.               | 82  |
| 3.1 Masculinidade Hegemônica e as Masculinidades.                                       | 82  |
| 3.2 Ser um Militar na Fronteira.  | 88  |
| 3.3. Narrativas de Despedida no 4ºGACav-II/1ºRADC: em Busca da Masculinidade Ideal..    | 95  |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.  | 110 |
| FONTES E REFERÊNCIAS.   | 113 |
| ANEXOS.   | 126 |

## INTRODUÇÃO

As instituições militares brasileiras, durante muito tempo, foram estudadas pela historiografia, não como organizações complexas que são, mas a partir de um viés pedagógico sobre a prática da guerra e a construção de exemplos de heroísmo, tanto para militares como para civis.

Até o século XIX, a História Militar não era considerada um campo específico do conhecimento, pois estava inserida na história dos Estados Nacionais. Dita tradicional, sua ótica era a descrição de epopeias hiperbólicas abarrotadas com datas, batalhas, heroicização de líderes militares e das instituições armadas, envolvidas em disputas fronteiriças e/ou nacionalistas. A Guerra, para quem escrevia este tipo de história, era estanque, desvinculada da vida em sociedade, da política interna, da cultura ou da economia.

Sob outro viés, essa pesquisa se insere no debate da chamada Nova História Militar, a qual procura perceber a ação humana na fronteira, nas relações que militares e suas instituições estabelecem com variados campos, entre eles a política, a cultura, a economia, etc. Por essa perspectiva historiográfica entendemos a sociedade como uma construção que parte das ações militares, e numa via de mão de dupla, interfere na cultura das instituições armadas.

O fazer militar está relacionado com a sua formação e com as inscrições pedagógicas que recebe no período de caserna. Nesta pesquisa queremos compreender de que modo as narrativas de heróis, de memória e da tradição militar atuaram na formação dos militares do 4º Grupo de Artilharia à Cavalo (4ºGACav) chamado (após 1939) de 2º Grupo do 1º Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria (II/1ºRADC) entre 1926 e 1943.

Para atender essa proposta, essa pesquisa se propõe a investigar o 4ºGACav-II/1ºRADC enquanto esteve localizado no município de Santo Ângelo - Rio Grande do Sul<sup>1</sup>, entre os anos de 1926 a 1943. Importante apontar que em 1939 essa organização passou a ser chamado de 2º Grupo do 1º Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria (II/1º R.A.D.C.), mantendo seu funcionamento no mesmo local até 1943, quando foi transferido para o município de Santiago – RS. O 4ºGACav-II/1ºRADC era um agrupamento militar com subordinação nacional por ser um braço da 3ª Região Militar, com sede em Porto Alegre, e essa estava subordinada ao Exército Brasileiro com sede no Rio de Janeiro.

---

<sup>1</sup> A 2.432 Km de distância da capital Porto Alegre (RS).

Nossa análise parte de elementos considerados essencialmente militares (documentos oficiais), buscando interpretá-los enquanto construções. Dessa forma, nosso foco não será apontar a listagem de recrutamento, o valor do soldo, o contingente do efetivo e as batalhas perdidas ou ganhas. Consideramos que a vida dita militar é muito mais do que isso. Ela está mediada pela cultura e pela política, e os militares são agentes transformados e transformadores da/e pela sociedade, não unicamente itens, ou sujeitos presentes em batalhas, de uma listagem de documentos oficiais.

Para analisar as narrativas sobre os heróis e a construção da memória e da tradição na formação de militares, nos utilizamos do chamado Livro Histórico da 3ª Região Militar do II/(1ºRADC), composto por atas e boletins dessa unidade militar, afim de analisarmos o cotidiano da cultura militar, a invenção das tradições, a construção da representação de militar, as masculinidades postas, hegemônicas e/ou periféricas, além das intencionalidades e objetivos de quem promoveu a escrita desta documentação.

O Livro Histórico do II/1ºRADC da 3ª Região Militar foi manuscrito aos moldes de um Livro Ata, por diversos oficiais ou praças da unidade militar, rubricado em 1943, mas sem autoria identificável. Esse documento, de 93 páginas, foi escrito entre 1926 e 16 de junho de 1943 e juntado como Livro Histórico nesse mesmo ano. Os registros se referem a relatórios dos boletins e algumas atividades desenvolvidas na instituição. A partir da narrativa contida na fonte, acreditamos que, nessas atas e boletins era escrito parte do que era lido, nas chamadas formaturas, em datas especiais e/ou comemorativas, pelo comandante ou representante deste, diante do agrupamento militar. Algumas páginas têm sinais de umidade, porque a tinta esmaeceu, o que dificultou sua transcrição em muitas passagens.

Percebemos que esse livro era um local de preenchimento de registros e que nele se fazia a escrita de algumas ações que ocorriam na unidade. Entre essas ações figurava a leitura de alguns boletins que fazem parte desse Livro Histórico, assim como atas e registros diversos.

A capa e a chamada folha de abertura do Livro Histórico foram feitas após a juntada das atas e boletins, em 10 de fevereiro de 1943. Todas as folhas foram rubricadas por um subcomandante da unidade de Santo Ângelo, mas não há identificação do mesmo. Após essa página de abertura, está um boletim de 24 de maio de 1926. É a partir dessa data que nossa análise foi feita.

A finalidade da fonte era/é registrar elementos do cotidiano da unidade militar, mesmo que esses registros não tenham sido feitos diariamente (o que nos leva a refletir sobre o que

era considerado importante o suficiente para ser registrado). E em vários momentos percebemos lacunas como se nada considerado importante tivesse ocorrido no quartel, ou, quem sabe a um extravio da documentação.

Além do cotidiano da unidade militar, a fonte se refere aos dias de viagens, de deslocamentos diversos (na maior parte dos registros sem nenhum detalhamento de percurso e na maioria das vezes não constando para quais atividades); dias de treinamento, dia de algumas atividades de recreação e competição; alguns relatos de datas comemorativas para as quais, na maioria das vezes, havia boletins sem numeração, as quais visavam dar instruções os militares. A partir de um léxico militar, esse Livro Histórico contém lembranças de batalhas e heróis; exemplificavam ações visando moldar, ensinar, dar lições de vida, de cidadania, de civismo para os militares.

O contato inicial com essa fonte se deu a partir de um trabalho de restauração, realizado em 2012, no Centro e Documentação e Memória (CEDOC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste, em Guarapuava, Paraná. No momento de devolução do livro, foi pedido por escrito autorização para a digitalização do mesmo. Em 2016, o Tenente-Coronel Eduardo Netto dos Reis, Comandante do 26º Grupo de Artilharia de Campanha (26º GAC), forneceu a documentação por escrito e autorizou sua digitalização. Esse Livro Histórico encontra-se atualmente em Guarapuava – Paraná, no 26ºGAC, devido às transferências de arquivos e unidades militares, que aconteceram ao longo dos últimos 60 anos.

Além dessa fonte, descrita acima, nós utilizamos outras que estão relacionadas diretamente a esta instituição e foram por ela ou para ela produzidas. Tais como legislação e decretos presidenciais de criação de instituições militares no Brasil relacionados ao 4ºGACav-II/1ºRADC.

O recorte temporal que analisaremos é o estabelecido pela fonte, a qual se refere ao período de 1926 a 1943, e a abrangência territorial na região missioneira, mais especificamente no município de Santo Ângelo - RS.

Nossos objetivos específicos foram, em primeiro lugar, analisar a criação e instalação 4ºGACav-II/1ºRADC, no período de 1926 a 1943, buscando compreender as políticas de defesa nacionais, relacionadas ao papel do Exército Brasileiro. Buscamos dialogar sobre o processo de instalação da unidade militar na cidade de Santo Ângelo, discutindo a escolha dessa região para essa unidade militar, assim como a opção pela artilharia a cavalo, na década de 1920. Em segundo lugar, analisamos as narrativas sobre a organização militar, presentes nas atas dos boletins manuscritos no Livro Histórico da unidade, focando na representação da

tradição, os usos da memória e a construção do passado militar por meio das representações de heróis militar (es) delineadas nesses boletins. Por fim, a partir da perspectiva de gênero, temos como objetivo a análise das narrativas de representação de masculinidade(s) e construção do “homem militar”, em meio ao cotidiano das atividades ditas militares.

A perspectiva teórico-metodológica adotada para esta pesquisa procura entrelaçar a Nova História Militar com a análise da fonte, em uma abordagem que Arno Wehling (2001) denominou como “abordagem da guerra” - porque por ela se percebe uma História pluridimensional que visualiza novos temas, novos problemas.

Por esse ponto de vista, a Nova História Militar abarca o diálogo com outros campos da historiografia. Leva em consideração que o conhecimento é dinâmico e complexo, e, portanto, precisa debater tanto com os campos da história, como a história política, social, cultural, econômica, ou das ideias, quanto com a antropologia, a sociologia, a geografia entre outras ciências.

Para Wehling (2001) esta nova forma de escrever a história militar leva em consideração a participação da sociedade e as relações dos militares com ela, bem como suas motivações para ela. Em virtude disso, o historiador precisa realizar um tratamento mais interdisciplinar da fonte que pretende pôr em análise.

Ao realizar uma narrativa que leva em consideração as ações relacionais humanas, nossa escrita realiza intersecções com outras áreas do saber, principalmente ao fazer novas perguntas para a fonte histórica, diferentes daquela da História Política, do início do século XX. Como historiadores, nos deparamos com a interpretação e compreensão de conceitos que anteriormente não eram o foco da História Militar<sup>2</sup>, daí a necessidade de transitar pelos campos da história e de outras ciências. De acordo com Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (2011), foi só a partir da 2ª Guerra Mundial que a historiografia militar começou a ser renovada no que diz respeito a esta temática.

Em outras palavras, a preocupação dos que escrevem a Nova História Militar é debater sem fazer a distinção entre período de guerra ou de paz, porque ambos são importantes. São períodos distintos, todavia a presença militar é constante em ambos. A atuação militar é oriunda de formas de ser e de fazer de um povo, portanto, longe de ser estanque, ela apresenta um dinamismo que interessa para os/as pesquisadores/as desse campo da História.

---

<sup>2</sup> Fazemos uma abordagem que considera uma análise de gênero na instituição militar, principalmente no terceiro capítulo.



Para fazermos o debate sobre a história do Exército Brasileiro nos utilizamos da obra do brasileiro Frank McCann, publicada em 2007, e que nos traz um entendimento de como estava organizado o Exército, bem como suas dificuldades enfrentadas no século XIX, tanto pela falta de aparelhamento técnico quanto econômico, e no início do século XX, quando ainda persistiam diversos problemas, entre eles os que questionavam as Forças Armadas brasileiras no desempenho de seu papel de defesa.

Além disso, McCann (2007) nos auxilia nas reflexões sobre políticas de defesa que envolveu o Exército como o principal instrumento de controle do governo central, especialmente na década de 1930 quando houve a preocupação maior em estruturar e fazer implantação de suas políticas.

Neste mesmo caminho foram utilizadas as obras de Celso Castro que discute a construção ideal de militar; as características de cada uma das Armas e o que se esperava do militar que passava a fazer parte dela; quais os vínculos que esses homens estabelecem na hierarquia e a partir de quais ações militares a instituição entende que deve estabelecer seus parâmetros de disciplina, coragem, lealdade, racionalismo.

Fez-se necessário estabelecer diálogo com as pesquisas de José Murilo de Carvalho, em virtude, de maior compreensão do lugar preenchido pelo Exército, tanto na política nacional, quanto na própria compreensão de mundo que os militares precisavam ter por isso o retorno tanto ao período anterior e quanto ao posterior da chamada 1ª República. Assim como a preocupação com determinadas características profissionais para atuarem no exercício de sua função, que apresenta o desvelo com a formação do militar dentro e fora das instituições militares brasileiras.

Além disso, tanto Celso Castro quanto José Murilo de Carvalho discutem sobre os nuances externos às Forças Armadas, mas que interferiam em como o ideal de militarismo, de militar e de Exército foi sendo construído, paralelamente ao ideal de nação. Essa abordagem é importante uma vez que, para entender uma unidade militar de fronteira e no período abordado, o contexto nacional/internacional é fundamental.

Para nossa análise retomamos o quadro histórico do período anterior à formação da unidade. Em virtude disso, revisitamos o período da 1ª República e, brevemente, o Brasil Império, para entendermos as políticas de defesa. Tornou-se relevante e imprescindível reaver aspectos da história nacional e da história das Forças Armadas, em específico do Exército Brasileiro, e será esse o fio condutor no capítulo inicial.

Entendemos que a Proclamação da República, em 1889, foi resultado de uma nova composição política, de governo, concepção de sociedade e de Forças Armadas. Concordamos com Celso Castro (2002) e José Murilo de Carvalho (2006) quando afirmam que, neste período, o Exército teve uma postura de participação direta na política do país. Para discutir as questões políticas que envolvem os militares e ampliar esse conhecimento precisamos conhecer, analisar e debater sobre as unidades militares que compõem a força terrestre, o Exército.

Durante o início da Primeira República houve uma preocupação com a mobilização de uma simbologia militar, e nela uma glorificação do passado do Exército como “Berço de Heróis”, como analisado por Miriam de Oliveira Santos (2004). Essa inquietação provinha de uma necessidade datada de criar uma escala de valores que se utilizava da história militar do século XIX, com uma ótica de história *Magistra vitae*<sup>3</sup>, para todos os militares, a partir da década de 1920.

Frank McCann (2007), ao fazer a análise sobre o Exército na década 1930, afirmou que essa instituição foi transformada em agente de controle do Governo Vargas, como forma de implantar a sua política de Estado. Por outro lado, o mesmo autor salienta que Vargas precisou do apoio de um grupo de militares para chegar à presidência do país e em troca cedeu a eles o controle da instituição. McCann compreende que esse controle era tão significativo que os oficiais militares eram mais leais à instituição militar do que ao Governo: “O Exército sob Dutra e Góis Monteiro tornou-se [...] um Exército autônomo e intervencionista, capaz de atuar com legitimidade própria” (McCANN, 2007, p. 552-553). Isto quer dizer, que muitas vezes o Governo precisou ceder aos interesses militares para continuar tendo seu apoio, ao mesmo tempo deles se utilizando para permanecer no poder.

Concordamos com Castro (2002) que o Exército Brasileiro foi também resultado de uma invenção republicana. Na mesma linha, McCann (2007) salientou que a força deste Exército dependeu da barganha com um Governo que pretendia se manter no poder, em situações nem sempre favoráveis e, ao mesmo tempo, de sua capacidade de se organizar e se (re)aparelhar para as demandas de manter o território unido, entre outras.

---

<sup>3</sup> Um modelo de escrita da história que começou a se dissolver, enquanto modelo de escrita historiográfica após o século XVIII, quando a história deixou de ser uma coleção de exemplos, uma mestra da vida, como analisa Karina Anhezini, (2010).

Para fazer esse tipo de análise nos apoiamos nas discussões provenientes da História Cultural. A História Cultural, para Chartier (1990), apresenta uma realidade social, mutável quanto a seu espaço de origem e como construção, resultado de uma forma complexa de pensar e “dada a ver/ler” de forma variada. Na obra “A História Cultural: entre práticas e representações” (1990), Chartier apresenta a noção conceitual de representações como sendo fruto de esquemas classificatórios, produto de práticas que hierarquizam códigos e símbolos que dividem, e demonstram um modo de ver e de ser. É a partir dessa interpretação do conceito que queremos compreender a forja do militar do 4ºGACAv-II/1ºRADC.

Precisamos ter em mente que essa noção conceitual de representação não é única, mas para Chartier (2002) pode tanto se dar a perceber quanto estabelecer uma fronteira, uma distância entre o que os signos deveriam representar e aquilo que evidentemente está se apresentando como real. Por conseguinte, é preciso realizar constantes negociações, pois, ela só passa a existir por meio das relações entre os sujeitos, além do mais, está em constante transformação e (re)construção. Utilizamos esse conceito uma vez que temos por preocupação compreender a construção de um fazer pedagógico que pretendia inscrever aquele militar na categoria de uma masculinidade ideal.

Como dito, a História Militar, por longo período, se preocupou com os grandes feitos, as batalhas descritas como memoráveis, vinculadas a construção dos estados nação. A Nova História Militar se encontra imbuída de um viés cultural e as problematizações passaram a ser com as instituições militares como um todo. O diálogo com a História Cultural nos possibilita levantar questões atinentes a construção dos heróis, o uso da memória e as masculinidades militares.

Dialogando com a História Cultural nos utilizaremos de noções conceituais que julgamos ser necessárias a uma perspectiva que corresponda à Nova História Militar. Entendemos que analisar as representações presentes em uma instituição militar é compreender este nascimento do reflexo que nos dá a perceber, a fala de uma instituição que tem por característica a formação de um homem militar.

Buscamos entender no Livro Registro da instituição, esta marca que apresenta, inclusive, muitos silenciamentos, que são o efeito de um poder presente nas narrativas discursivas. Foucault (1979) afirma que “[...] o indivíduo é um efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (1979, p. 103). Esta concepção nos ajuda a

pensar a busca pelo regramento que ocorre dentro das instituições militares e a formação militar como um todo.

Entendemos que as representações que são utilizadas pelas instituições militares estão impregnadas de relações de poder as quais Foucault (1979) se refere, no momento em que é necessário estabelecer regras, normas, preceitos que devem ser seguidos por todos que delas fazem parte. O poder de regramento que o discurso militar possui, na verdade é só um dos efeitos deste poder. O poder é circular e perpassa todos os indivíduos que fazem parte de um agrupamento militar, funcionando como uma maquinaria de adestrar o corpo militar (FOUCAULT, 1996).

Para Erving Goffman (2010), as instituições militares se enquadram na descrição do conceito de Instituição Total, pois elas buscam transformar todas as ações cotidianas que ocorrem em seu interior em situações regradas, formais, normatizadas em situações diferentes daquelas vivenciadas no ambiente externo ao seu controle.

E sob essa ótica de adestramento que nosso olhar encontra as possibilidades de observar o 4ºGACav-II/1ºRADC como uma Instituição Total, uma vez que as instituições militares carregam marcas de seu tempo e operam em um processo de formação de símbolos que devem ser seguidos por todos que fazem parte da unidade.

Porém, entendemos que a instituição total, contingência as ações sociais dos sujeitos, os ensina, condiciona a considerar determinados símbolos e sinais. Esses sinais, construídos como tradições permitem elaborar um ideal de militar. Analisar as representações contidas nos escritos oficiais nos possibilita compreender os interditos e os diversos elementos nelas presentes, a sua invenção e forma com que elas se reproduzem e formam o militar.

Os discursos, para Foucault (2002), é o próprio fazer, é o dito, são as formas que transformam, ou tornam permanentes as ações dos sujeitos. Isso porque os sujeitos carregam contingências históricas que são formadores, produtores de realidades sociais. Os sujeitos são perpassados pelos efeitos de poder, efeitos esses que nos interessam, na compreensão das representações que os militares desejam para seus subordinados e que a própria instituição deseja de todos, uma vez que a partir deles ela própria existe.

Nas instituições militares essas contingências orientam a construção tanto de uma representação quanto de uma identidade ideal que se pretende homogênea a partir de um passado idealizado pelas datas comemorativas, pela organização do agrupamento, seu cotidiano resultando na formação do militar.

Nessa linha de pensamento, o mesmo autor salienta que as práticas discursivas são próprias a um sistema de formação. Assim como existe o discurso clínico, o discurso econômico, também há o discurso militar e as relações de gênero estão permeadas por esta noção de discurso. Como deve agir/ser um militar? Quais ações são consideradas próprias para aos militares? Atemos-nos a essas questões em toda a dissertação, porém, no capítulo 2 discutimos esta noção conceitual, aliada a compreensão de conceitos como representação, memória, espírito militar e tradição.

É importante observar que as tradições só podem ser compreendidas como sendo invenções com o objetivo de dar legitimidade às práticas sociais de determinada comunidade, como salienta Eric Hobsbawn (1997). As tradições são uma forma de garantir a continuidade de um passado, ou de atribuir ao período presente uma reconstituição deste passado respaldado em um *status* anterior. Para Hobsbawn, ao se inventar uma tradição há uma preocupação com cerimônias, símbolos “[...] que não corresponde ao que foi realmente conservado na memória popular, mas aquilo que foi selecionado, escrito, descrito, popularizado e institucionalizado por quem estava encarregado de fazê-lo” (HOBBSAWM, 1997, p. 21). A invenção de uma tradição estabelece uma continuidade artificial com o passado, ao fazer a repetição de determinados rituais. A ritualização acaba por legitimar determinados valores amparados em uma artificial origem histórica, que por se ancorar no passado seriam aceitos por todos.

Nesse sentido, buscamos compreender quais e como as tradições foram lembradas/inventadas no 4ºGACav-II/1ºRADC, ao longo do recorte selecionado, a fim de discutirmos os usos do passado feitos pela organização militar. O sentido dessa pesquisa foi entender como essas tradições permitiam ao grupamento expressar e/ou construir sua representação ideal e coesão como grupo.

Compreendemos o conceito de representação atrelado ao de tradição, uma vez as instituições militares possuem uma linguagem própria, uma cultura organizacional e muitos valores que são transmitidos a todos que fazem parte dela. Cada componente guarda para si cada um destes valores aprendidos no grupo como um ideal uma forma de melhor desempenhar o seu papel. Para que exista a conformidade entre a tradição o desempenho de cada membro, a instituição faz o apelo à obediência, às regras de conduta e ao mesmo tempo promove heróis que a instituição considera como modelos a serem seguidos e com os quais os soldados precisam se identificar.

Para entender como estas tradições surgiram, salientamos que na instituição militar, há regras próprias e o militar que adentra um quartel ou escola militar, passa por um processo de socialização. Como afirma Castro, neste momento o aluno precisa apreender “[...] os valores, atitudes e comportamentos apropriados à vida militar” (2004, p. 15), a fim de adquirir “[...] os espíritos ou identidades militares” (p. 104), mesmo que estes, por vezes, sejam mutáveis.

Em virtude da compreensão dessa linguagem idiossincrática de instituições militares, que possui regras, e promove modelos dizemos que na caserna eles adquirem o espírito militar ou *ethos* militar. Castro (2004) explica que essas são noções conceituais que utilizamos para analisar o modo próprio de ser que caracteriza os indivíduos que estão na caserna. De acordo com Santos (2004), a formação do *ethos* militar passa por um ritual que tem por objetivo aprender a ser militar, se identificar com a instituição e a se distanciar do meio civil, seja pelo reforço de símbolos ou de mensagens ou pela própria retórica dos discursos oficiais.

Castro (2002) acrescenta que a manutenção deste *ethos* militar se dá pela evocação do passado, pela percepção de um fio que liga as manifestações institucionais, a ritualização do passado a uma identidade social do Exército. Para o autor, com a manutenção do *ethos* é possível construir a instituição e o sentimento de pertencimento à mesma.

As representações que os militares - praças e oficiais - ouvem e percebem em seu cotidiano, as normas que recebem para seguir, os símbolos e a hierarquia que passam a conhecer e a respeitar, promovem um conjunto de comportamentos e valores praticados cotidianamente, gerando um sujeito ajustado à instituição.

Nesse sentido, concordamos com Stuart Hall (2006) quando apresenta as culturas nacionais como um sistema de representação cultural. Entendemos que o militar do 4ºGACav-II/1ºRADC, não só é mais um sujeito na instituição militar, mas também é o meio pelo qual se constrói o sentido de ser militar na região onde se insere e atua, posto que ele constantemente retoma tradições que reforçam as representações sobre ser um militar. Essa ação tanto organiza a vida dele pelas regras que lhe são impostas, quanto fornece um sentido para suas ações enquanto militar.

Castro (2004), sobre a construção dos sujeitos nas forças armadas, percebeu uma cultura organizacional que estabelecia as regras desde o início da formação. Para ele, essa construção visava formar um espírito que refletisse a excelência e, mais do isso, valores e significações que faziam a distinção entre os que permaneciam na carreira militar e os que eram estimulados a desistir, por não se enquadrarem na perspectiva dessa mesma representação ideal.

Consideramos que as instituições militares ainda se constituem, no mundo ocidental, como um lugar de construção de uma masculinidade, pois é no quartel que estes homens não só adquirem o conhecimento sobre o uso das armas como também aprendem o sentido da disciplina. Compreendemos que discutir a construção/formação de homens em uma organização militar é relevante sob uma ótica de gênero, uma vez que esta instituição se configura como um lugar de disciplinamento e normatização das masculinidades.

Helena Carreiras (2009) salienta esse processo de inclusão/ exclusão, pela identificação quando analisa os papéis de gênero que historicamente são aceitos como uma normatização das instituições armadas. A autora explicita que as práticas existentes nas instituições armadas permitem a formação de estereótipos de gênero: a masculinidade está para a guerra e para o público, para armas; enquanto a paz, o privado, está para a feminilidade. Todavia, a mesma autora evidencia que essas instituições se preocupam em forjar a hegemonia de uma masculinidade militar ao desconsiderar as várias masculinidades em prol de uma possível: a do homem guerreiro. Em outras palavras, a ênfase é na construção de uma masculinidade ideal, um *ethos* militar pautado pela virilidade.

Para compreendermos como se forja este homem militar, consideramos que ele passa por uma construção, um ato da cultura, uma vez que a imagem que o Exército toma para si, de acordo com Santos (2004), é uma imagem de virilidade, de uma masculinidade específica, sócio-histórica. É uma construção de gênero, uma vez que atribui significados à masculinidade, em oposição ao que é ser mulher/feminino, estabelecendo relações de poder como afirma Joan Scott (1990). Para Scott, entender a sociedade a partir da categoria gênero é perceber as relações sociais e culturais estabelecidas pelos seres humanos, que distinguem os lugares e as diferentes normatizações impostas conforme a identidade de gênero atribuída e ou cobrada a cada um/a. Para ela a categoria gênero se refere a um tipo específico de relações sociais, fruto de relações de poder que as pessoas travam entre si e a partir de uma concepção binária da cultura que evoca formas de ser, e de fazer específicas para mulheres e homens. Por conseguinte, só é possível compreendê-lo por uma análise relacional, que não desconsidere essas representações dicotômicas entre o feminino e o masculino normativo cultural.

A analisar o 4ºGACav-II/1ºRADC sob essa ótica, significa verificar como esse processo normatizador que procurava uma masculinidade ideal agiu por meio das representações de militares ideais. Representações que dialogavam com os marcadores sociais de gênero presentes na Instituição militar no universo das masculinidades. Por meio delas

conseguimos compreender a construção da masculinidade própria ao militar componente do 4ºGACav-II/1ºRADC.

Dessa forma, o debate apresentado Raewyn Connell (2016) sobre masculinidade hegemônica nos permite dialogar sobre a normatização das ações de homens que estão na Instituição militar: como são construídas as noções de masculinidade e de virilidade, diante da alteridade da vida civil e das outras possibilidades do masculino. Essas questões acima preveem uma preocupação com hegemonia, uma representação que se pretende única, um trabalho de identificação com papéis específicos e um status de virilidade que se espera de um militar. Todavia, é preciso deixar evidente que não há uma hegemonia, como afirma Carreira (2009). Essa homogeneidade ocorre somente no âmbito do discurso, o qual procura estabelecer um grupo militar homogêneo em torno de uma masculinidade homogênea. É por essa perspectiva que buscamos discutir como se dá a construção desse homem militar da Artilharia a Cavalos, no agrupamento enfocado.

Rosemeri Moreira (2011, p. 324) afirma que a virilidade é entendida como a “capacidade para a guerra, para a ação, para a violência”, portanto, é a partir desses conceitos que passamos a entender a preocupação de um militar do 4ºGACav-II/1ºRADC em ter ações consideradas viris. Essas ações de coragem estabeleciam o pré-requisito para a junção entre masculinidade e virilidade. Como analisa Kelly Cristina Kohn (2014), a virilidade é conquistada e (re)conquistada, ocupando lugares simbólicos dentro de um determinado padrão de masculinidade.

Esta análise relacional de gênero nos permite compreender como as masculinidades foram (re)construídas no 4ºGACav-II/1ºRADC, observando que as concepções de homem e de soldado são constructos culturais, posto que há uma construção normativa do como ser masculino em oposição relacional ao que não é ser masculino, portanto, feminino. Assim, ao fazermos este tipo de análise, incorremos em construir uma análise a partir da categoria de gênero.

Dividimos este texto em três capítulos. No primeiro, denominado - *“Entre o Império e a República: políticas de defesa e a criação do 4ºGACav-II/1ºRADC”* - imergimos no contexto histórico de criação e instalação desse agrupamento militar. Abordamos, em primeiro lugar, a política nacional referente à defesa no país, retomando brevemente aspectos do século XIX. O 4ºGACav-II/1ºRADC surgiu na região missioneira do noroeste do Rio Grande do Sul, em 1926, mais precisamente na região missioneira na cidade de Santo Ângelo onde viveram uma quantidade expressiva de militares. Abordamos os debates sobre a política nacional sobre



a defesa, no início do século XX, a fim de compreender a criação do agrupamento militar, na região citada. Além disso, procuramos discutir como foi estruturada o 4ºGACav-II/1ºRADC, e sua organização interna. No final do capítulo, discutimos a hierarquia entre as Armas do Exército e principalmente qual a *ethos* da Arma da Artilharia a Cavalos à qual este grupamento faz parte: o chamado Espírito das Armas, que se configura como uma identidade militar mais específica para a Artilharia, mas que não se desvincula da Arma da Cavalaria.

No segundo capítulo – “*Tradição, memória e representação: o 4ºGACav-II/1ºRADC e o passado (re)construído*” - nossa preocupação é problematizar como as tradições foram vivenciadas na caserna e quais os usos da memória na construção do passado desse agrupamento. Para isso, discutimos quais e como as datas comemorativas foram descritas e vivenciadas no 4ºGACav: os rituais, os símbolos e as evocações de heroicidade. Também enfocamos a discussão sobre a memória como estratégia para construção de um passado e, por fim, a representação dos heróis militares, presente nos enunciados da fonte.

No terceiro capítulo, intitulado “Homens e masculinidades: a formação dos soldados do 4ºGACav-II/1ºRADC”, a análise se volta à formação do militar do 4ºGACav-II/1ºRADC. Analisamos as narrativas que formam a virilidade militar desse soldado, que se pretende protetor da Pátria e que deveria estar disposto a se apresentar nas fileiras do Exército, quando solicitado seu retorno, em caso de guerra. Os itens que abordamos neste capítulo versam sobre as noções conceituais de masculinidade hegemônica e masculinidades, assim como o de virilidade que nos ajudam a analisar a fonte. Em seguida, nos preocupamos em saber qual era a masculinidade que foi desejada e cobrada desse efetivo militar, por meio da análise de vivências do cotidiano do quartel. E, por último, analisamos os enunciados relativos à solenidade de despedida da caserna, disponíveis no livro registro do 4ºGACav II/1ºRADC.

## 1. ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA: POLÍTICAS DE DEFESA E A CRIAÇÃO DO 4ºGACAV-II/1ºRADC

Neste capítulo temos por objetivo analisar a criação e instalação do 4º Grupamento de Artilharia a Cavalo (4ºGACav) (chamado - após 1939 - de 2º Grupo do 1º Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria (II/1ºRADC) no período de 1926 a 1943, na chamada região missioneira, cidade de Santo Ângelo, no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Para isso, em primeiro lugar discutimos as políticas de defesa nacionais relativas ao Exército Brasileiro. Retomamos alguns aspectos da história do Exército Brasileiro, no contexto de criação e instalação da 1ª República em 1889, e os desdobramentos posteriores que contextualizam o período em que foi criado o 4ºGACav-II/1ºRADC no período de 1926 a 1943.

Na sequência buscamos compreender as políticas de defesa adotadas a partir da 1ª República para a região missioneira de Santo Ângelo. Importante afirmar que compreendemos *região* como um conceito que vai além da configuração de território, porque abrange múltiplos processos de vivências que instalam a unidade neste local, entre eles um afloramento de sujeitos que se distinguem dos demais em virtude de sociabilidades e que desenvolvem culturalmente e as relações de poder que estabelecem para o viver nesse território.

Temos em mente que quando nos focamos em contextualizar a região onde foi instalado o 4ºGACav-II/1ºRADC, estamos considerando *região* como uma noção conceitual definida por Bourdieu (1989), como um complexo resultado de disputas de poderes, tanto em relação aos seus limites quanto em relação aos seus sentidos, seus significados.

Segundo Liliane da Costa Freitag (2012), porém, a noção conceitual de região abrange não só o aspecto material, mas também os múltiplos processos que perpassam as vivências dos indivíduos de determinado lugar, porquanto, “[...] a região é criada a medida que é alimentada pelas experiências da historiografia, da memória, da cultura, das relações de poderes, dos saberes, da vida e da morte” (FREITAG, 2012, p. 10).

Corroborando com esta visão, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008) entende a região como algo que ao mesmo tempo em que a limita, dá unidade, e é permeada de lutas e conflitos de relações de poder. Para este autor, a região nasce tanto de investimentos de

sentido quanto da produção de sentidos; nasce da busca por organizar o mundo, por ordená-lo, por esquadrihá-lo, por classificá-lo, por dominá-lo.

Na terceira e última parte do capítulo enfocamos a criação propriamente dita do agrupamento militar e a opção pela artilharia a cavalo. Discutimos como o 4ºGACav foi criado em 1921, através do Decreto-Lei presidencial nº 15.235, todavia só entrou em funcionamento efetivo no ano de 1926. Analisamos as condições históricas que contribuíram para o surgimento dessa unidade militar na referida localidade.

Por conseguinte, analisar a criação do 4ºGACav nos permite observar os caminhos que foram resultados de práticas múltiplas, entre elas, as políticas de defesa que criaram a unidade militar.

### **1.1 Políticas de Defesa: da Invenção do Exército Brasileiro à Implantação do 4ºGACav.**

Falar sobre uma unidade militar pertencente à instituição de defesa nacional implica não somente pensar sobre o quartel em si, mas como ele se relaciona as políticas referentes às Forças Armadas. Todavia, não é possível pensar em defesa, militares e instituições sem refletir sobre a história do Brasil.

Temos que considerar nessa abordagem que escrevendo sobre a História Militar no Brasil, precisamos retomar a historicidade que permite ao Exército ser responsável pela implantação, funcionamento do 4ºGACav e ao mesmo tempo referendar as políticas instrucionais da formação dos militares que serviram em Santo Ângelo.

Para a história institucional veiculada, o Exército Brasileiro surgiu em 1822, após a proclamação da independência. Em virtude disso, podemos dizer que a construção da história dessa instituição é também resultado da articulação entre o Estado e as Forças Armadas, que em constante dinâmica precisou elaborar políticas de defesa que agregassem força a ambos, mesmo quando deixamos o período imperial e adentramos ao período republicano, em 1889.

Entendermos a História Militar do Exército Brasileiro é também um exercício de análise de sua gênese, pois quando fazemos isto verificamos que como um órgão de defesa nacional ele é uma instituição permanente e regular, definida na 1ª Constituição Republicana

como: “[...] essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos e obrigada a sustentar as instituições constitucionais” (BRASIL, 1891). O Exército republicano, por conseguinte, possui uma diretriz planejada, voltada para uma política de defesa, para que pudesse, como afirma a constituição de 1891, cumprir com seu papel em dar a solidez para as outras instituições da Nação.

Para que o Exército existisse e tivesse legitimidade social, jurídica e política foi necessária uma origem que representasse essa preocupação com a defesa de todos os habitantes do território. E essa origem está articulada com a construção da nação brasileira, não no sentido da sua existência concreta, mas no desejo por essa existência e como deveria ser vista.

Quando falamos de construção histórica de nacionalidade envolvemos aspectos que vão além da resistência militar. Precisamos analisar a política nacional estabelecida pelos grupos governantes do período em que a escrita da história brasileira foi pensada como escrita da nação. Por isso, retomamos alguns aspectos do governo de D. Pedro I e de D. Pedro II, uma vez que estas políticas de governo influenciaram a ocupação do território que posteriormente comporia o Estado do Rio Grande do Sul, local onde foi criado o 4ºGACav.

Ao observar a história política brasileira do século XIX é possível verificar que o governo monárquico teve franca oposição à sua política de centralização, por parte das resistências das oligarquias estaduais, como salientou João Quartim de Moraes (2005). Esse autor afirma que, “[...] a força política da oligarquia latifundiária repousava sobre o controle das instituições municipais e provinciais” (MORAIS, 2005, p. 52), e permitir que o imperador tivesse acesso ao controle total da administração era uma forma de reduzir o poder de negociação local destes latifundiários. Essas negociações, que tentavam desarticular o poder latifundiário e incrementar a centralização política, podem ser vislumbradas, de acordo com Moraes (2005), quando se analisa a Constituição de 1824. Nessa análise o autor salienta que as Forças Armadas receberam pouca atenção do ponto de vista legal.

A monarquia brasileira precisava manter, mesmo que a contragosto dos latifundiários, quadros permanentes de oficiais que garantissem a soberania, o poder monárquico e a centralização. Sendo assim, foi necessário fazer negociações e confiar aos aristocratas certos poderes sobre esses exércitos.

José Murilo de Carvalho (1974) afirma que a nobreza, que ele denomina de “civil”, conseguiu acesso a postos militares por meio do prestígio do poder e até mesmo pela riqueza de forma voluntária. Sob este aspecto, Gabriela Nunes Ferreira (2006) explica que, tanto no

período colonial quanto no período monárquico, havia uma espécie de limbo (um lugar de não-negociação para evitar maiores imbróglis), uma vez que as negociações levavam em consideração as disputas locais, a posse da terra, as rixas de fronteira e a disputa pela terra indígena. Por conseguinte, para esse autor os comandantes militares locais, da época do império, receberam terras na região de fronteira e possuíam seus próprios interesses, muitas vezes tinham preocupação em atender os desígnios dos presidentes de províncias, mais do que, necessariamente, o desejo da monarquia.

Salientamos que nesse período a oficialidade do Exército acabava dependendo menos de seus talentos e mais da coesão entre estes militares e a relação política existente entre a Instituição e o governo. Para Wilma Costa *apud* Ferreira (2006), o governo imperial ainda não havia conquistado o “monopólio da violência” no Rio Grande do Sul. Em parte, porque nele as fronteiras não estavam bem delineadas e os vínculos “sociais, pessoais, econômicos e políticos aproximavam-no de seus vizinhos no Prata” (FERREIRA, 2006, p. 75).

Mais do que isso, essa autora, nos adverte de que essa região possuía tantas indefinições de fronteira, de interesses, inclusive, europeus, que a possibilidade de uma lealdade integral da força militar gaúcha tinha como empecilho os próprios grupos que faziam a defesa. Os estancieiros usavam seu poder de comandantes de pequenos exércitos locais para obter maiores terras e ao mesmo tempo, muitos deles eram oficialmente ocupantes de cargos militares<sup>4</sup> imperiais.

Por outro lado, o imperador possuía um quadro de oficiais a seu dispor que também não estavam preparados militarmente. Como afirma Adriana Barreto de Souza (2004), os militares que a coroa dispunha eram oficiais que não tinham formação profissional no Exército, mas que reafirmaram o seu direito a serem militares por meio da sustentação da tese do merecimento e da honra familiar. Além disso, a autora salienta que esse grupo havia conquistado esses postos, também pela prestação de serviços e demonstração de fidelidade à coroa, tal qual se fazia em Portugal, antes da independência. Podemos refletir, então, que os militares contribuíam para com o sucesso do regime monárquico e o equilíbrio de poder que este precisava manter no país, e de forma muito peculiar nas fronteiras do Oeste, principalmente na região Sul.

---

<sup>4</sup> Sobre isso ver: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina**: da independência até 1870, volume III. Nessa obra temos um esmiuçar sobre a política na fronteira, em cada um dos países. Além disso, a autora evidencia que a opção de ter um corpo militar privado no Brasil, como foi a Guarda Nacional, foi inspirado numa lei francesa de 1831.

De acordo com Vitor Izecksohn (2004), na ocorrência da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), o Brasil teve dificuldades de encontrar efetivo para compor as fileiras do Exército. Além disso, as inúmeras rebeliões nacionais durante o período imperial deram o tom de uma situação em que o governo central e os poderes locais estavam em direções opostas. Ambos perceberam que foram despojados deste poder das armas em meio ao processo de unificação da nação que ocorreu, como afirma Castro (2000, p. 34), no momento da Proclamação da República, em 1889.

Durante o século XIX, os sujeitos que serviam ao Exército não eram treinados, somente preparados para pequenas batalhas oriundas de disputas locais. A falta de aparelhamento técnico-militar para a defesa nacional tolhia o próprio imperador em seu poder de executivo, administrador da nação, uma vez que não podia investir neste preparo, pois desagradaria os proprietários rurais que contribuía com a manutenção das alianças que sustentavam a monarquia. Todavia, isso começou a mudar após 1870, quando os grupos políticos locais perceberam que era melhor transferir para o governo a tarefa de combate e de defesa e que sua autoridade local não estaria comprometida, como salientou Richard Graham (*Apud* Leslie Bethell, 2014).

Muitos dos que ingressavam nas fileiras do Exército não eram alfabetizados, mas aprendiam a ler após ingressarem nos quartéis. Como afirma Izecksohn (2004), até 10% dos militares, no último quartel do século XIX, não sabiam ler e escrever no momento da admissão. Todavia, muitos destes “aprendiam ‘leitura, caligrafia, aritmética, geometria a duas dimensões [e] desenho’” (2004, p. 246) dentro da instituição, o que poderia representar um ganho para jovens de classes sociais menos abastadas e que possuíam dificuldades de acesso ao ensino formal.

Héctor Luis Saint-Pierre (2000), ao abordar a existência de exércitos modernos (os do século XVIII e XIX), e a necessidades deles frente àqueles que os europeus conheciam anteriormente, afirma que os governantes temiam o que Nicolau Maquiavel chamou de Exército mercenário. Esses exércitos para Maquiavel (*apud* Saint-Pierre, 2000) eram um grande risco para a formação e proteção da defesa nacional na modernidade e, portanto, os governos precisavam que, de alguma forma, os sujeitos se dispusessem a ingressar na carreira militar. Esse foi um dos fatores que levou o governo imperial a procurar centralizar seu poder e controle sobre a “ação de violência”.

Concordando com Saint-Pierre (2000), a análise feita por Carvalho (2006) sobre o recrutamento das Forças Armadas, afirma que na virada da Monarquia para a República, o

Brasil, diferente de outros países da América do Sul, herdou a forma europeia de fazer o recrutamento, principalmente a portuguesa que primava por alianças locais baseadas num modelo paternalista de organização social e política e não investia em um Exército efetivo, profissional.

Para Carvalho (2006), essa característica permaneceu até início do século XX, no sentido de que havia ainda uma distinção entre os efetivos nacionais e os regionais, bem como uma falta de profissionalização do Exército Brasileiro. Não foi por acaso a dificuldade que o Exército Brasileiro teve em combater na Guerra do Contestado, como salienta Frank D. McCann (2007). Nessa guerra os efetivos locais, depois os regimentos estaduais foram convocados, mesmo assim, devido a falta de preparo e desconhecimento, foi solicitada a ação do exército. Porém, até mesmo essa instituição teve dificuldades em vencer os sertanejos do interior de Santa Catarina e Paraná, entre 1912 e 1916.

McCann (2007), além desse, relata diversos episódios da história do Exército Brasileiro durante o início da República nos quais foram usados equipamentos muitas vezes obsoletos e que aos poucos foram ajustando as técnicas de defesa, as táticas e estratégias conforme o combate.

Retomando a análise de Carvalho (2006), o mesmo salienta que os efetivos das Forças Armadas se formaram dentro de um contexto em que não houve grandes lutas pela independência e, por isso, no Brasil a divisão entre os oficiais, com origem nobre, e os escalões inferiores do Exército foi mantida durante o período monárquico, apresentando uma configuração problemática que resultou no despreparo dessas forças no início da República.

Percebemos como problema o fato de que o recrutamento militar não era equitativo e não reproduzia as características da sociedade brasileira no período de transição da monarquia para a república. Carvalho (1974), sobre esse período, faz um retrato de que as classes mais abastadas conseguiam postos considerados de maior destaque enquanto que os postos menos desejados e, principalmente, aqueles preenchidos por recrutamento forçado, eram provenientes das classes populares, muitos dos quais aproveitaram o serviço militar para ter acesso à escolarização, por exemplo.

Durante o século XIX, os que não eram oficiais do Exército, e até mesmo alguns dos que adquiriram esta patente, não recebiam quase nenhuma instrução superior sobre fazer a guerra, como afirma Carvalho (2006), e aprendiam conforme as exigências do cotidiano quando o momento bélico se apresentava. Isso se manteve até o início do período republicano.

Essa divisão, que mantinha o *status* e os privilégios sociais dentro dos quadros do Exército, acabava por levar para suas fileiras demandas sociais que não necessariamente eram desígnios das funções militares. Esta situação criava um clima de animosidade entre as fileiras e, para Carvalho (1974), foi um dos aspectos que deu origem ao Movimento Tenentista (1920-1935).

Ainda no século XIX, como afirma Carvalho (2003), a preocupação dos que haviam conseguido derrubar a monarquia era consolidar a República. Era necessário, como analisa este autor, uma legitimação do regime, e foi isto que o governo republicano procurou estabelecer. Uma afirmação constante de heróis, mitos, simbologia que efetivassem a construção de uma nação republicana. Essa dificuldade era tamanha porque a República recém instalada precisava ancoragem em heróis que não tivessem vínculos fortes com o Império.

Foi forjado, no Exército, como símbolo de patriotismo, civismo e virilidade o Marques de Herval, reconhecido na República como Marechal Manuel Luís Osório<sup>5</sup> (1808-1879), o qual havia sido vitorioso na Batalha de Tuiuti (24 de maio de 1866), e durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), entre outros indivíduos aos quais retornaremos no capítulo dois.

Atrair uma história de patriotismo nacional a um fazer pedagógico institucional era demonstrar que a República e algumas lideranças do Exército estavam preocupadas não só com a imagem política, mas também em formar um determinado tipo de cidadão. Compreendemos, portanto, que havia uma preocupação com a formação de um cidadão e, por isto, retomamos uma fala do poeta, filho de militares, Olavo Bilac, que defendia a ideia de que o Exército Brasileiro deveria ter uma preparação ampla e voltada a defesa dos interesses nacionais:

Queremos o exército que devemos possuir: não uma casta militar, nem uma profissão militar, nem uma milícia assoldada, nem um regime militarista, oprimindo o país: mas um exército nacional, democrático, livre, civil, de defesa e coesão que seja o próprio povo e a própria essência da nacionalidade (BILAC *apud* CARVALHO, 1974, p. 194).

---

<sup>5</sup> Marechal Manuel Luís Osório, Marquês do Herval (1808-1879), nascido no Rio Grande do Sul, ele ingressou na Cavalaria aos quinze anos de idade e participou das guerras da Independência (1822-1824), da Cisplatina (1825-1828), dos Farrapos (1835-1845), do Prata (1851-1852) e da Tríplice Aliança (1864-1870)” (SAVIAN, 2014, p.59).



Olavo Bilac combatia a ideia de que era desonroso fazer parte do Exército e declarava que fazer parte dele, mesmo que de forma temporária, não era só cumprimento de um dever para com a pátria, era também uma ligação entre os cidadãos, uma condição para o fortalecimento da ideia de Brasil soberano e para a superação das divisões que ocorriam no meio militar no início da República.

Nas palestras da escola militar e nos debates do Clube Militar no Rio de Janeiro, como afirma Castro (1995), grassava a crença no pensamento Positivista, principalmente em relação ao aspecto da doutrina Comtiana que defendia o cientificismo<sup>6</sup>. A ligação com essa doutrina permitiu que a jovem oficialidade estabelecesse uma atuação política em favor da Proclamação da República e da valorização da carreira militar. O que, de uma forma ou de outra, acabou interferindo na forma como estes oficiais, formados na virada do século, entendiam o dever militar.

O envolvimento de militares na campanha abolicionista do fim do XIX; a participação na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), momento em que o Exército conseguiu se organizar com mais coesão e estabilidade; as discussões em torno do positivismo e do cientificismo na Escola Militar, tudo isso propiciou um envolvimento direto de militares na defesa de ideais republicanos. Castro (1995) salienta que todos esses fatores, somados à ideia da valorização simbólica do mérito individual entre os alunos e jovens oficiais e seu espírito de união e solidariedade entre os pares, contribuíram com a Proclamação da República e para com uma visão de como seria o Exército Nacional que deveria atuar em prol da consolidação deste regime.

Como discutido, segundo Carvalho (2006), alguns oficiais recebiam formação na Escola Militar da Praia Vermelha, onde tinham acesso à doutrina positivista de Benjamin Constant. Carvalho afirma que, nessa escola preparatória, o que predominava era o ensino da matemática e das ciências, ao invés das disciplinas técnicas para a arte da guerra.

Era esse ambiente de estudo que formava profissionais de diversas áreas dentro do corpo do Exército, sendo nesse ambiente, de acordo com Carvalho (2006), construída a ideia do soldado-cidadão, defendida por Olavo Bilac. Para os militares oriundos da Escola Militar

---

<sup>6</sup> Muitos estudantes militares concordavam com tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, (professor de astronomia, matemática e ciências naturais do instituto militar), entusiasta das ideias de Augusto Comte, de que para o bem do país havia a necessidade de promover a integração da atuação dos militares na sociedade civil. Alguns destes estudantes e ex-alunos de Constant foram mais atuantes nos episódios que levaram a Proclamação da República do que o próprio tenente-coronel Benjamin Constant. Depois da proclamação da República, Benjamin Constant chegou ao posto de general de brigada. Ver CASTRO, 2000.

da Praia Vermelha, ambiente de formação de bacharéis fardados e pacifistas, como salientou Carvalho (2006), não havia a defesa da necessidade de um Exército permanente, uma vez que a formação dessa oficialidade não estava direcionada para os fazeres da guerra, mas para intervenção nas ações de governo. Afinal, destes bacharéis é que vinham as ideias, a erudição que pretendia civilizar o Brasil com a República.

Nesse sentido de civilizar, intervir para formar e/ou conduzir a população para outro patamar de nação, é que as primeiras ações de governo foram tomadas. De acordo com McCann (2007, p. 266-267) somente na segunda década da República, e depois da 1ª Guerra Mundial, o positivismo da ideia de soldado-cidadão foi esmaecendo. Todavia, devemos lembrar que não havia uma homogeneidade na questão de como ser um soldado no início da República. O próprio Carvalho (2006) nos apresenta o oficial tarimbeiro<sup>7</sup>, como aquele que participou de campanhas de guerra, muitos sem curso na Escola Militar e/ou ex-combatentes na Guerra contra o Paraguai. Dentre esses, podemos destacar o próprio Deodoro da Fonseca.

Esse declínio se deu, principalmente, devido à influência da Missão Militar Francesa<sup>8</sup>, que foi contratada em setembro de 1919, pelo Governo de Epiácio Pessoa, com o intuito de mudar a forma que o Brasil entendia o Exército. Além disso, o contexto de pós-guerra trazia a preocupação de aparelhar uma formação que protegesse as fronteiras nacionais.

De acordo com Adriana Iop Bellintani (2009), o governo brasileiro, desde períodos anteriores a Epiácio Pessoa, tinha preocupação com as áreas de fronteiras, principalmente com a Argentina<sup>9</sup>. Antes mesmo de o acordo ser fechado, oficiais franceses fizeram visitas ao Rio Grande do Sul com o objetivo de conhecer a capacidade bélica do lado brasileiro. O contrato do governo brasileiro com a França visava para a Missão Militar:

Sua tarefa era criar os alicerces do Exército moderno, organizando escolas para treinar oficiais profissionais, melhorando a capacidade do estado-maior para dirigir o Exército, reformulando os regulamentos sobre treinamento e táticas, elaborando um sistema de promoções que assegurasse a ascensão dos

---

<sup>7</sup> A expressão deriva de tarimba: “estrado de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis”. Seria a designação dos que efetivamente foram a guerra, contrastando com os oficiais oriundos dos cursos científicos, da engenharia, por exemplo, como era Benjamin Constant. Ver: CASTRO, 1995, p.17.

<sup>8</sup> Lembrando que houve outras missões da França no Brasil. A primeira denominada de Missão Militar de Instrução foi contratada pelo Governo de São Paulo em 1906, em prol do treinamento da força pública daquele Estado. Outra também importante, foi a Missão de Aviação de 1918 que possibilitou o início do treinamento no Exército com aviões. Ver: FERNANDES apud FAUSTO, 1997; MIALHE, 2010.

<sup>9</sup> Nesse período a preocupação era com a concorrência Argentina, porém, em virtude de todo o histórico de dificuldades de manutenção dessa fronteira era de se esperar uma preocupação maior do Governo também com as questões de defesa territorial. Sobre isso sugerimos a leitura BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930, volume IV.

oficiais mais capazes aos postos de liderança importante e criando verdadeiras unidades táticas. (McCANN, 2007, p. 269-270)

Este cenário de mudança, o qual permitiu o enfraquecimento da ideia de soldado-cidadão, era do interesse do governo brasileiro de Epitácio Pessoa, uma vez que até o momento não havia um órgão forte que dentro do Exército conseguisse estabelecer uma política de defesa nacional. Assim como não havia uma centralização que permitisse a desvinculação do militar das preocupações políticas e sociais, com as quais frequentemente muitos militares<sup>10</sup> se envolveram no início da República, como aponta João Quartim de Moraes (2005).

Essa preocupação governamental em mudar a forma como alguns militares se posicionavam e ao mesmo tempo profissionalizar e centralizar as ações militares no país, também foi descrita por Carvalho (2006). A Missão Militar Francesa, para esse autor, possibilitou com que a preparação militar se tornasse forte o suficiente para ser uma política de Estado.

Em face do período de entre guerras mundiais, os objetivos da Missão Francesa tornavam possível não só o treinamento da arte de fazer guerra, mas também a coesão que a ideia de soldado-cidadão, oriunda do início da República, não deu conta de efetivar, haja vista os movimentos tenentistas terem se originado dentro dos quartéis. Lembrando que a Missão Militar Francesa<sup>11</sup> trouxe um novo formato de ser soldado, em oposição ao soldado-cidadão.

A profissionalização do Exército na 1ª República passou a representar não só um grande elemento para a defesa nacional, mas também o de desenvolvimento nacional, como apontado por diversos pesquisadores/as (SOUZA, 2011)<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Entre eles os que participaram do Movimento Tenentista. Um movimento que se interessava na busca de melhorias das condições sociais, e que entendia esta luta como um dever cívico do Exército. Ver: MORAES, 2005 e SODRÉ, 1985.

<sup>11</sup> Sobre isto, observamos que a França e o Brasil tiveram uma aproximação importante na Conferência de Paz de Versalhes, em 1919. Jorge Luís Mialhe (2010) salienta, inclusive, que entre as cláusulas impostas à Alemanha que perdeu a 1ª Guerra Mundial, figuravam os interesses brasileiros. Permitia-se que o Brasil ficasse com navios que apreendeu durante a guerra por preço abaixo do praticado no mercado e que o país recebesse da Alemanha a indenização por mais de um milhão de sacas de café, seja porque foram parar em Berlim, ou por que foram a pique por ações de guerra marítima daquele país. Para Mialhe (2010) a assinatura do contrato para a vinda da Missão Militar Francesa tinha interesse de ambos os países, França desejava o mercado militar brasileiro e fez o possível para que o Brasil não pudesse negociar com outros países, enquanto que o Brasil exigiu a garantia de que França não se faria presente em eventual demanda da América do Sul sem o consentimento brasileiro.

<sup>12</sup> GONDIM, 2011; CASTRO, 2002; CASTRO, 2004; McCANN, 2007; CARVALHO, 1974; CARVALHO, 2006; MORAES, 2005; WIRTH, 1973, entre eles.

Entendemos como desenvolvimento nacional também as ações militares de transporte e logística que acabavam interferindo não só nas estratégias de abastecimentos para os batalhões militares (como por exemplo, ferrovias para transporte, distribuição, evacuação de materiais, acesso a suprimentos como armamentos, munições, alimentos, medicamentos), como também contribuíam para a integração entre regiões.

Lembrando que ainda no final do século XIX, e nos momentos derradeiros da monarquia, D. Pedro II sancionou em 1880 a Lei Federal nº 2.911, de 21 de setembro, possibilitando o emprego da Engenharia Militar, tanto na construção de ferrovias quanto nas de linhas telegráficas estratégicas, e outros setores pertencentes ao Estado.

As ferrovias construídas durante a República atendiam estrategicamente não só aos aspectos de defesa do país como também a defesa dos interesses econômicos. Como salientou André Luiz Tangl Risse, “[...] na República, o emprego da Engenharia Militar concentrou-se em obras de construção de infraestrutura viárias, iniciando suas atividades na Região Sul, com trabalhos em rodovias e ferrovias” (RISSE, 2011, p. 13). Estratégia que possibilitou desenvolvimento econômico, uma vez que interligou os estados sulistas.

No período imperial parecia não haver preocupação com essas questões, todavia as alianças entre as oligarquias e o poder central não possibilitaram as condições necessárias para este desenvolvimento e para a profissionalização das Forças Armadas, como temos discutido. Na República isto se tornou imprescindível, principalmente para o Exército que almejava maior coesão, superando as cisões para efetivar a mobilização nacional de defesa, como descreve Carvalho (1974).

Trabalhamos aqui com a ideia de Exército como homogêneo, todavia sabemos que não o era, porém, os que estavam no comando das políticas de modernização eram aliados dos governos republicanos e, portanto, seus interesses, para a instituição e para o país estavam em consonância. Como dito anteriormente, para McCann (2007), a participação dos oficiais nos aspectos ligados a defesa nacional durante a República foi incentivada. Era sobre a instituição do Exército que passara a recair a responsabilidade sobre a soberania e a defesa nacional. Em virtude disto é que foram contratados os franceses para o aperfeiçoamento do Exército no início do século XX.

A intencionalidade do governo brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, era contratar equipes alemãs. Inclusive chegou a ocorrer uma viagem de oficiais brasileiros para treinamento na Alemanha. Porém, como afirma Castro (2002), o advento da primeira guerra acabou contribuindo com o estreitamento de laços com a França vitoriosa.

O acordo estabelecido entre França e Brasil, em 1919, privilegiava a indústria militar francesa. Nesse acordo aquele país deveria manter preços a condições de mercado. Assim, as escolas militares e o Estado-Maior poderiam se aperfeiçoar e implementar novas técnicas mais condizentes com uma profissionalização do soldado e o respeito a hierarquia, como afirmou Carvalho (1974). Por conseguinte, estas duas novas formas de perceber as funções dos militares contribuíram para que entrasse em declínio a ideia de soldado-cidadão e colocava em movimento a ideia de soldado-profissional, inclusive no noroeste do Rio Grande do Sul, onde se situava a unidade militar que estamos analisando.

De acordo com Jonh D. Wirth (1973) o Exército foi a instituição mais organizada do período republicano e exerceu grande influência no projeto nacionalista que se evidenciou na década de 1930. Portanto, é possível concordar com Carvalho (1974), que a política de profissionalização do soldado começou a apresentar resultados ainda na década de 1920, e prosseguiu por outra década.

Dessa forma, observamos duas políticas de Estado, que adentraram o século XX, em relação ao Exército Brasileiro. Uma proveniente do século XIX, resultado das forças em disputa durante o Império, chamada de soldado-cidadão e a outra que apesar de surgir com a República, começou a ser colocada em prática após os anos 1920, denominada “soldado-profissional”.

Percorrer a formação do Exército Brasileiro, na virada do século, nos permitiu analisar e visualizar como as dificuldades geradas pela condução política, elitista, agrário-conservadora, no embate com concepções de renovação estrutural na área militar, interferiram na criação de uma instituição forte e moderna no início da Primeira República.

O contexto histórico dentro do qual foi preparada a implantação do 4ºGACav, em 1926 esteve ligado a uma política de expansão de controle territorial do governo federal. Este grupamento militar, todavia, não começou a funcionar imediatamente porque a lei estabelecia que sua implantação e funcionamento dependeria de orçamento para entrar em vigor. Algo que a República do início do século, ou não dispunha, ou direcionou para outra área que não essa.

## **1.2 Políticas de Defesa da 1ª República Para a Região Missioneira: Santo Ângelo - RS.**

Após discutirmos as políticas nacionais de defesa e a configuração do Exército na transição entre Império e 1ª República, passamos a tecer reflexões sobre a chamada região

missioneira do Rio Grande do Sul<sup>13</sup>. Local de funcionamento do 4ºGACav, a partir de 1926, por força de cumprimento de lei.

Entendemos a História Militar como sendo resultado de uma série de relações, vivências e sociabilidades, além de interação entre as ações das Forças Armadas, a política de defesa e até mesmo as ações da sociedade que as circundam, como escreveram Castro; Izechsohn & Kraay (2004).

Em virtude disso, analisamos a história da região missioneira a fim de compreendermos a escolha da localização do 4ºGACav, por conseguinte, neste item precisamos situar a porção populacional mais próxima do quartel: a cidade de Santo Ângelo.

A cidade de Santo Ângelo se situa, em linha reta, a 351 Km da capital Porto Alegre, no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Foi um distrito criado com a denominação de Santo Ângelo, pela lei provincial de 1873<sup>14</sup>, desmembrado de Santa Cruz e São Borja e instalado, em 1874, como município, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1973). Podemos observar no Mapa 1, de 1913, e no Mapa 2, a divisão atual da cidade, e os vários municípios de seu entorno, que na época eram parte da área de influência do 4ºGACav.

Santo Ângelo fez parte de uma região do Rio Grande do Sul que outrora pertenceu à coroa espanhola, abrigando atualmente as ruínas das missões jesuíticas dos séculos XVII e XVIII conforme nos explica Vladimir Fernando Stello (2013). No intuito de propagarem a fé cristã, esses seguidores de Inácio de Loyola fundaram um aldeamento que denominaram de Sete Povos das Missões<sup>15</sup>. Entre estas reduções jesuíticas estava a de Santo Ângelo Custódio, como podemos observar no Mapa 2, a qual apresenta uma relação de todas as localidades da região missioneira, com base em pesquisa feita por Stello (2013)<sup>16</sup>.

---

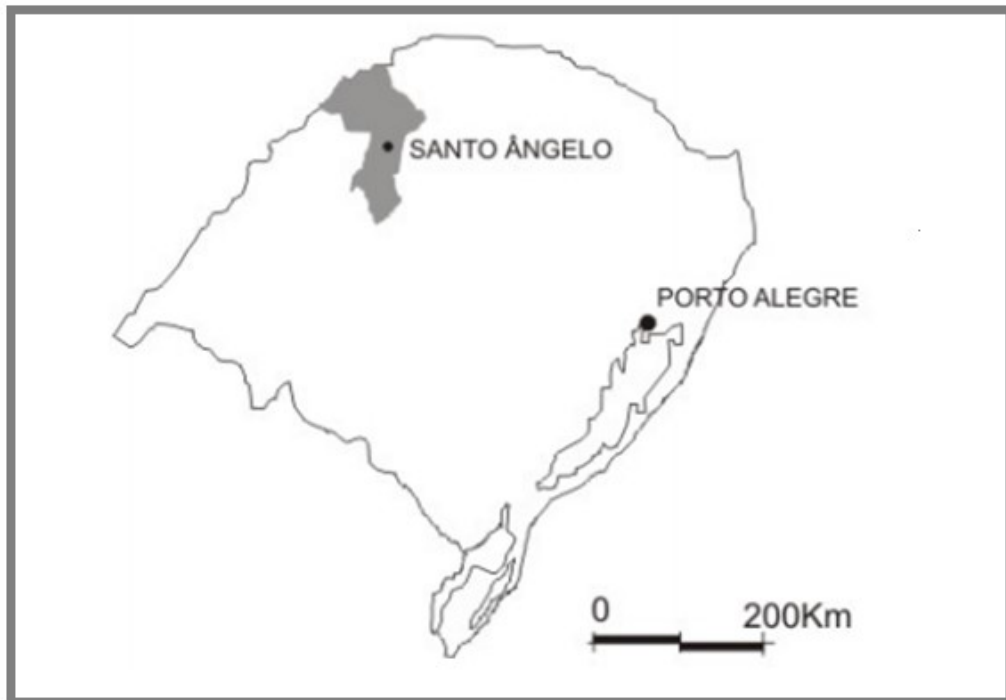
<sup>13</sup> Chamado no século XIX por Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, como explica Souza (2013).

<sup>14</sup> BRASIL, Lei imperial nº835, de 22 de março de 1835.

<sup>15</sup> Ainda existiram a de São Francisco de Borja, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, São Luiz Gonzaga.

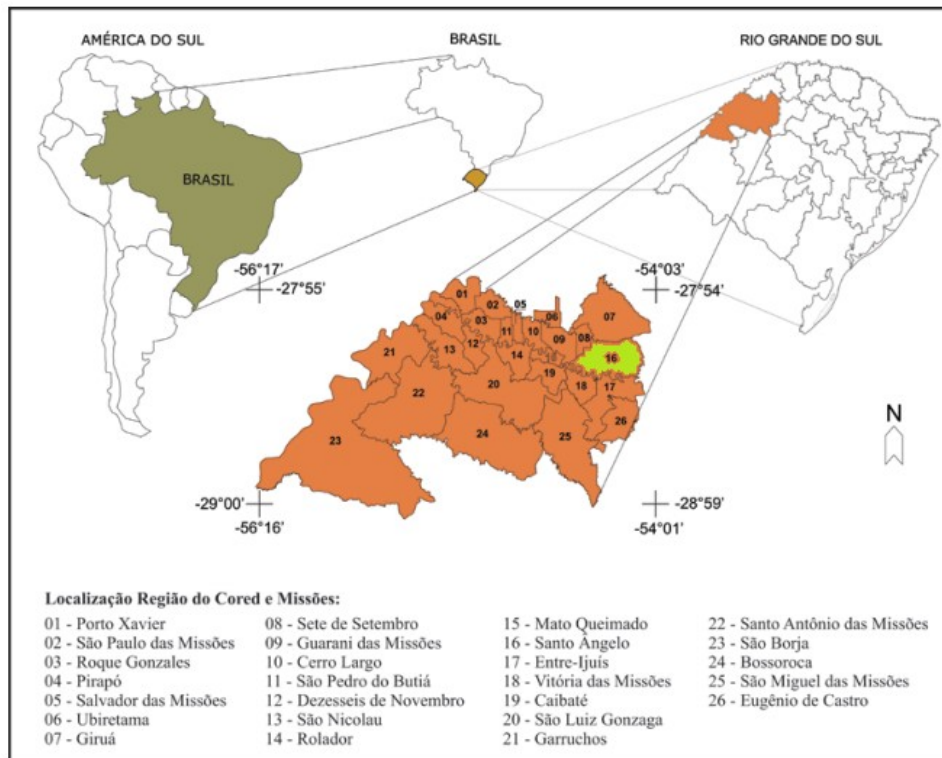
<sup>16</sup> Esse autor realizou uma pesquisa sobre a paisagem cultural da região missioneira, com as divisões atualizadas no início do século XXI.

**Mapa 1: Localização da Cidade de Santo Ângelo na região missioneira**



Fonte: Município de Santo Ângelo no Rio Grande do Sul, 1913, apud Kerber (2008).

**Mapa 2: Região Missioneira e Localização de Santo Ângelo, em 2008.**



Fonte: Localização da Região da Associação dos Municípios Missões/RS (adaptado de STELLO, 2013, p. 27).

Em 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, de acordo com Sandra Jatahy Pesavento (2014), a Coroa Portuguesa permutou a Colônia do Sacramento com a Coroa Espanhola, recebendo em troca a região missioneira dos Sete Povos. No entanto, os padres jesuítas e os seus tutelados não aceitaram esta permuta e assim foi iniciada a chamada Guerra Guaranítica, a qual contribuiu com a destruição das reduções, diminuindo sobremaneira os habitantes da região.

A possibilidade de tornar a região oeste uma região sesmeira<sup>17</sup> ocorreu após o fracasso do Tratado de Madri<sup>18</sup>, e o governo de Portugal se percebeu como dono daquela terra. De acordo com Vera Lúcia Maciel Barroso (2004), a Coroa transferiu para o sesmeiro o ônus da ocupação, ao mesmo tempo em que estabelecia uma política de colonização bem pulverizada e permitia a ação do estancieiro-soldado “[...] que fez do espaço sulino um cenário fortificado, diante da ‘fronteira viva.’” (BARROSO, 2004, p. 2).

Deste modo, concordamos com Barroso (2004) que o processo de povoamento e formação da urbe na região missioneira estava entrelaçado com a consolidação das fronteiras. Tanto pela atuação colonizadora quanto adotando medidas de se fazer presente na região, a Coroa Portuguesa garantiu e resguardou os seus domínios no extremo-sul brasileiro.

Telmo Remião Moure (1994) assinala que a formação das fronteiras no extremo sul do Brasil teve a especificidade de estar implicada em vários conflitos militares e a convocação para que indivíduos fossem habitar a região esbarrava no isolamento a que esses grupos estariam submetidos. Na região missioneira, o isolamento que decorria da moradia e trabalho, possibilitava não só a expansão portuguesa na bacia do Rio Prata quanto permitia, de acordo com Moure (1994), que os moradores pudessem mesclar a atividade econômica com a atividade militar. Além disso, muitos moradores procuravam obter mercês<sup>19</sup> da coroa para estabelecer monopólios comerciais nesta região de fronteira.

---

<sup>17</sup> Uma sesmaria, de acordo com Altamir Antonio de Souza (2013) era a única forma disponível de se conseguir terras durante o período colonial, época em que a coroa portuguesa afirmava ser dona de todas as terras. Para o mesmo autor, esta política de terras não mudou muito durante o período imperial nas regiões de terras altas como as da região missioneira que poderia ser ocupada por autorização das Comandâncias Militares que foram autorizadas pelo poder imperial, como também salientou Rodrigo Fabrício Kerber (2008). Silva (2012) salienta em um estudo sobre a região missioneira que durante o Império, a partir de 1831, militares que davam baixa recebiam lotes de terras e sesmarias para ficarem morando na região o que nos indica que a preocupação com a posse do território de fronteira entre o Brasil e as terras espanholas permaneceu após a nossa independência da metrópole portuguesa.

<sup>18</sup> Esse acordo entre Portugal e Espanha, reconhecia oficialmente os territórios já ocupados por ambas as partes e oficializava os limites entre eles a partir de margens fluviais, marítimas e terrestres, como apontou Guilhermino Cesar (2002).

<sup>19</sup> Termo utilizado pela Coroa Portuguesa para graças, benefícios, títulos honoríficos, e até mesmo remuneração de cargos e de hábitos das ordens militares, como expressa Maria Beatriz Nizza da Silva (2005).



Por outro lado, não havia, segundo o mesmo autor, outra saída para o governo português, uma vez que a baixa densidade demográfica regional não fornecia a quantidade de pessoas necessárias para o recrutamento militar, a não ser incentivar a vinda de açorianos para ocupar o espaço que estaria em disputa com a coroa espanhola.

Para Cristiano Luís Christillino (2010), a ocupação e o registro de terras no Distrito de Santo Ângelo foram iniciados na década de 1830. Principalmente porque era região de campos ricos em erva-mate e que poderiam render um volume importante de lucro para o proprietário da terra, maior do que ele obteria se optasse por desenvolver a pecuária.

A cooptação de militares para esta região define a formação das fronteiras, mas salientamos que a chegada deles como representantes da Coroa Portuguesa e depois do Império, é também resultado de negociação, de uma configuração de relações de força, de mando e de disputa pela terra, as quais contribuíram para a formação de fronteiras num sentido de dimensão simbólica<sup>20</sup>, como escreveu Pierre Bourdieu (1989).

Mais do que isto, no conceito de fronteira, para o mesmo autor, também está implícito que as pessoas, o Estado ou as instituições tramam um jogo em que as forças simbólicas de transformação ou conservação se fazem presentes. É a partir dos modos de proceder destes agentes que as vantagens estabelecidas por estas forças simbólicas se impõem a um território. Este território pode ser pensado como onde se define, se classifica, se interpreta a ação política do Estado que garante a consolidação da fronteira, tanto pela atuação colonizadora quanto pela presença do Estado na região.

Sobre essas forças simbólicas podemos dizer que funcionavam como “correia de transmissão dos conflitos platinos” (FERREIRA, 2006, p. 75) para o interior do território. Por isso a importância em pensar a fronteira através de marcos culturais que ela estabelece na formação de uma sociedade, posto que assim, nos fornece uma percepção desta dimensão simbólica. De acordo com Pesavento (2002), as fronteiras representam o mundo pela qualificação e percepção dos que nela transitam, ou seja, vão muito além de uma localização geográfica.

Em conformidade com o exposto, Pesavento (2014) e Márcio André Braga (2005) salientam que as tensões estabelecidas entre Portugal, Espanha e indígenas, fez emergir na

---

<sup>20</sup> Em suas análises Bourdieu (1989) procurou manifestar como funcionam os mecanismos que legitimam e possibilitam as diversas formas de dominação, seja por formas de poder sobre os corpos, seja por um envolvimento que possibilita a dependência dos que se pretende dominar, uma forma de tornar os dominados cúmplices da própria dominação. Ver: BOURDIEU, (1989).

província do Rio Grande um personagem diferenciado e que possuía apoio de Portugal e depois do Império do Brasil. Esse personagem que possuía características semelhantes dos dois lados da fronteira era hábil em transformar seus equipamentos da faina cotidiana na lida com o gado e com o cavalo em armas de guerra, de acordo com Ferreira (2006). Esse homem, livre, utilizava a faca, o laço e a boleadeira com a mesma destreza com que tocava as charqueadas, era o denominado gaúcho, homem valente, do Rio Grande do Sul. Sobre essa valentia e essa representação de masculinidade discutiremos no capítulo 3.

Dessa forma compreendemos que essa população possuía a prerrogativa de estar armada, militarizada para defender o território em que vivia e dependia. Considerando essas análises de Pesavento (2014), esses grupos mantinham a economia da região que estava basicamente voltada para a produção de charque, necessário não só na região sul, mas também para as demais regiões do país.

Mesmo com o estímulo de doação de sesmarias, com a legalização de terras pelas comandâncias militares e, mais tarde, com a construção de quartéis, a densidade populacional manteve-se nos mesmos níveis desde o final do século XIX, de acordo com Kerber (2008). Essa região continuou recebendo efetivos militares como parte da estratégia em preservar, defender e povoar o território nacional.

A legalização de terras e a militarização da fronteira foram estratégias que as autoridades portuguesas, e depois brasileiras, encontraram para que esta região se mantivesse como parte do território nacional. Entender este processo histórico e seu encadeamento nos permite perceber que a formação da antiga província de São Pedro do Rio Grande do Sul e atual Estado do Rio Grande do Sul “[...] não pode ser dissociada do seu contexto platino”, como afirmou Barroso (2004).

A composição populacional da cidade de Santo Ângelo, no início do século XX, era plural. Residiam ali descendentes alemães, indígenas (principalmente Guaranis) e população negra escravizada, dentre outros povos, conforme Antonio Dari Ramos (2006).

Todavia, mesmo concordando com os autores acima de que houve disputas e conflitos pelas terras da região e que havia dificuldade de fixar moradores nela, podemos afirmar que esta população permaneceu estável por todo o início do século XX, como conseguimos perceber pela Tabela 1 na próxima página.

Observamos na mesma que há um adensamento demográfico a partir de 1900. Segundo Kerber (2008), a chegada de imigrantes em 1915 contribuiu com o aumento

populacional, e isso talvez também tenha relação com a chegada da linha de ferro na região, o que veio a facilitar a comunicação e integração com o restante do estado gaúcho.

**Tabela 01 – População de Santo Ângelo – RS entre 1890 e 1950.**

| MUNICIPIO |                      | ZONA URBANA |                      |
|-----------|----------------------|-------------|----------------------|
| ANO       | NÚMERO DE HABITANTES | ANO         | NÚMERO DE HABITANTES |
| 1890      | 15.377               | 1894        | 250                  |
|           |                      | 1899        | 630                  |
| 1900      | 20.925               | 1911        | 750                  |
|           |                      | 1915        | 880                  |
| 1920      | 42.142               | 1920        | 1.950                |
|           |                      | 1921        | 2.205                |
|           |                      | 1922        | 2.335                |
|           |                      | 1923        | 2.690                |
|           |                      | 1924        | 3.626                |
| 1927      | 62.211               | 1927        | 4.800                |
|           |                      | 1928        | 4.990                |
|           |                      | 1929        | 5.700                |
| 1930      | 70.812               |             |                      |
| 1940      | 68.829               | 1940        | 10.309               |
| 1950      | 89.601               | 1950        | 17.967               |

Fonte: Relatório da Intendência de 1929 e IBGE, 2000 *apud* Kerber (2008).

Percentualmente podemos dizer que entre 1890 e 1900 houve um crescimento aproximado de 36,07% de habitantes, e entre 1900 e 1920 o aumento populacional foi de 101,39%. Em duas décadas mais que dobrou esta população, o que corrobora com as afirmações de Kerber (2008) sobre a chegada de imigrantes. Nos sete anos seguintes essa tendência se confirmou, com o aumento de cerca de 47,62% no número de habitantes no município.

Como demonstra a Tabela 1, entre 1920 e 1930 o crescimento foi de 68,03% aproximadamente, e entre 1930 e 1940 houve um decréscimo aproximado de 2,80%. Entretanto, entre 1940 e 1950 tornou a ocorrer aumento populacional em, aproximadamente, 30,17%.

Quando analisamos o crescimento populacional urbano, temos que entre 1920 e 1929 houve um acréscimo populacional na casa de aproximadamente 192,30% nos dando a

entender que o crescimento urbano foi maior que na área rural do município. Segundo o censo publicado em 1981, feito pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul, na década de 1920 a densidade populacional de Santo Ângelo era 3,14 hab/km<sup>2</sup>, isto porque o município possuía uma área<sup>21</sup> de 13.000 km<sup>2</sup>, enquanto que para o Estado a densidade populacional, de acordo com a FEE (1981), era de 8,16 hab/km<sup>2</sup>.

Se levarmos em consideração que nos primeiros vinte anos do século XX, foi realizada três construções de porte em Santo Ângelo apontamos a probabilidade de que parte deste contingente populacional provavelmente fosse oriundo para o trabalho desenvolvido pelo próprio Exército. A construção da estrada de ferro (1921) e também de dois prédios para abrigar os militares, um para 4º GACav e outro para 4º Regimento de Cavalaria Independente (a partir de 1906). Todavia, os dados de 1º de setembro de 1920, por ocasião do recenseamento nacional<sup>22</sup>, esclarecem que havia em Santo Ângelo, dois oficiais e cento e vinte e um praças das Forças Armadas.

De acordo com Darni Pillar Bagolin (2009) havia políticas de governo que atendiam a necessidade do povoamento regional, mas que desconsideravam muitas vezes a população local, principalmente indígena, em prol do desenvolvimento econômico e da integração do Rio Grande do Sul ao resto do país, principalmente a partir da estrada de ferro.

Ramos destaca que a população de Santo Ângelo se dedicou a uma produção econômica bem diversificada com produtos para venda, tais como: “[...] a lã, erva-mate, fumo, arroz, charque, banha, feijão, milho, farinha de mandioca e de milho, aguardente, couro e vinho.” (RAMOS, 2006, p. 80). Esta produção econômica foi, para Ramos, impulsionada não só pela chegada de imigrantes europeus, mas também com a instalação da energia elétrica e a construção da estrada de ferro.

Segundo dados da Fundação de Economia e Estatística (FEE), a pecuária de Santo Ângelo, em 1920<sup>23</sup> contava com 96.786 bovinos, 22.087 equinos e 3622 asininos e/ou muare,

---

<sup>21</sup> Para efeitos de comparação temos que no mesmo censo Porto Alegre possuía uma densidade populacional de 71,19 hab/km<sup>2</sup>, uma vez que sua área consistia em 2219km<sup>2</sup>. Para outros dados de densidade no estado do RS. Ver: Fundação de Economia e Estatística De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1303-1950. Porto Alegre, 1981. Disponível em: <<https://goo.gl/gzt6WR>> Acesso em 05mar2018.

<sup>22</sup> BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil, Volume IV – 5. parte – Tomo II, Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1929. Disponível em: <<https://goo.gl/NeNAoz>>. Acesso em: 04mar2018.

<sup>23</sup> Para outros dados de criação de animais no estado do RS acesse FEE, Fundação de Economia e Estatística De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1303-1950. Porto Alegre, 1981. Disponível em: <<https://goo.gl/jmnRfn>> Acesso em 05mar2018.

como verificamos no censo de 1920, apresentado pela FEE. Comparando com Porto Alegre, temos na capital do estado 61.659 bovinos, 10.295 equinos e 1229 asininos e/ou muares. Para a década de 1940, havia em Santo Ângelo 122.063 bovinos, 31.686 equinos e 4.743 asininos e/ou muares. Novamente comparando com a capital, em Porto Alegre havia, em 1940: 14.293 bovinos, 1.140 equinos e 182 asininos e/ou muares. Isso nos aponta a importância, em ambos os períodos, tanto da produção pecuária da região de Santo Ângelo, quanto da necessidade do uso do cavalo e similares para o cotidiano santo-angelense e provavelmente, também para o uso do 4ºGACav<sup>24</sup>.

Stello (2013) apresenta o território missioneiro como tendo extensas planícies com vegetações rasteiras com poucos lugares onde crescia uma mata mais fechada. Essa mescla possibilitava a prática da agricultura, principalmente porque a água era abundante e os rios de maior destaque eram o Ijuí e o Uruguai. Por outro, permitia aos militares possibilidades variadas para a prática de seus treinamentos e reconhecimento de território, um dos grandes problemas que o Brasil e aliados enfrentaram durante a guerra da Tríplice Aliança, como afirma Dionísio Cerqueira (1980) ao narrar as dificuldades da campanha.

É importante também apontar que a região de Santo Ângelo possui um clima subtropical úmido e suas temperaturas atingem mínimas próximas de 0°C no inverno, com ocorrência de geadas, e uma temperatura máximas de 39°C no verão. Por conseguinte, fazer o percurso neste território com estas condições de clima, hidrografia e relevo, em 1920, período em que haviam poucas estradas pavimentadas, o transporte mais rápido para a população era com os equídeos.

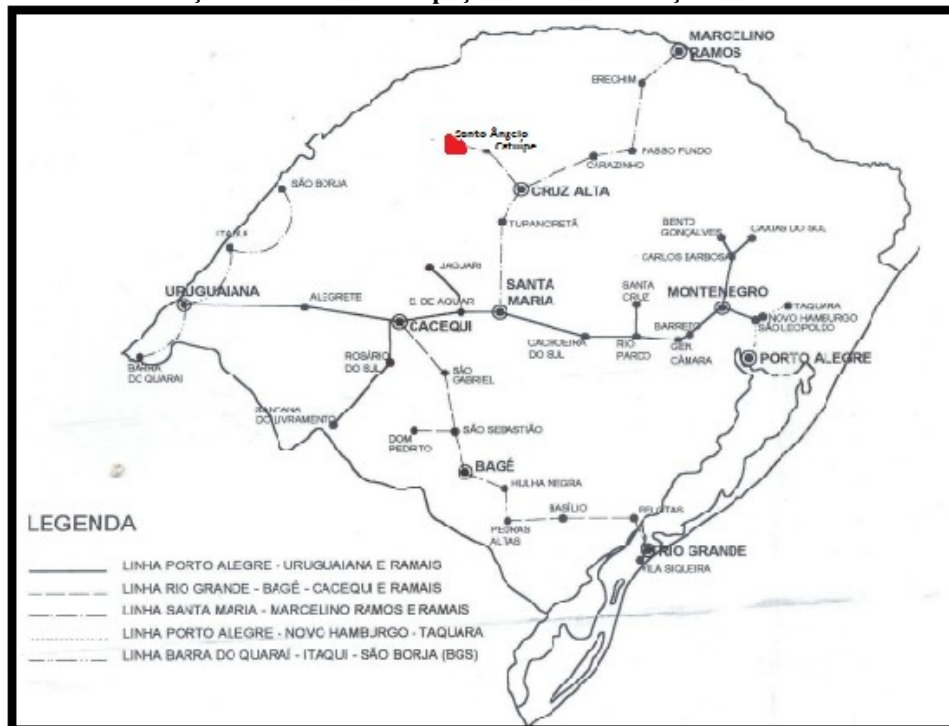
Para Ramos (2006), os imigrantes que estabeleceram colônias na região no final do século XIX possibilitaram uma explosão demográfica, o que provocou também uma demanda por transporte. Seja para a população, seja para a produção agrícola, que em certa escala teria entraves para circular se dependesse somente do transporte equino.

O mesmo autor salienta que a construção da estrada de ferro foi realizada com planejamento e mão de obra de militares, principalmente tenentes. Dessa forma foi possível ao município se integrar ao território regional e poder escoar a produção para fora das fronteiras como é possível observar pelo mapa 3.

---

<sup>24</sup> O censo não denota se o disponível para as Forças Armadas era contado junto com os demais animais.

**Mapa 3: Mapa Esquemático Malha Ferroviária do Rio Grande do Sul  
Situação em 1920 / Encampação da Rede / Criação da VFRGS**



Fonte: IPHAE/RS 2002, adaptado para constar Santo Ângelo<sup>25</sup>.

A estação ferroviária (em vermelho no Mapa 03) foi inaugurada em 16 de outubro de 1921, em Santo Ângelo. Sua construção ocorreu de 1918 a 1921. Essa linha ligava Cruz Alta a Santa Rosa<sup>26</sup>, passando por Santo Ângelo, e estabelecia a conexão entre Santa Maria e Marcelino Ramos.

Ramos (2006) afirma que os governos da esfera federal do início da República estavam incentivando a ocupação e a defesa deste território nesse período. No ano de 1906, a presença de militares foi marcada com a criação do 4º Regimento da Cavalaria e a instalação do 31º de Infantaria.

A presença militar continuou se ampliando e, como apontamos, no ano de 1921 foi construído o ramal da estrada de ferro, pelo 2º Batalhão de Engenharia, depois denominado 1º

<sup>25</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Patrimônio ferroviário no Rio Grande do Sul: inventário das estações (1894-1959). Porto Alegre: Palotti, 2002. Disponível em <<https://goo.gl/ChCt7e>> acesso em: 01fev2018.

<sup>26</sup> “A Estação Santa Rosa é o ponto final do ramal que parte de Cruz Alta, na Linha Santa Maria - Marcelino Ramos. a construção desse ramal teve seus estudos aprovados pelo decreto Federal nº1964, 13/ 02/ 1895, sendo prevista uma extensão de 292 km, que foram executados em pequenos trechos: Cruz Alta - Ijuí, 1911; Ijuí - Catuípe em 1915; Catuípe - Santo Ângelo, e 1921; Santo Ângelo - Giruá, em 1928; Giruá - Cruzeiro, em 1937; Cruzeiro - Santa Rosa em 1940” Disponível em: <<https://goo.gl/ChCt7e>> acesso em: 01fev2018.

Batalhão Ferroviário, tendo o capitão Luiz Carlos Prestes como engenheiro responsável. Esse ramal ferroviário estava previsto desde o Decreto Federal nº 1964, de 13/02/1895, com previsão de 292 Km de extensão.

O 1º Batalhão Ferroviário construiu o ramal, que iniciava em Cruz Alta, e tinha como destino a fronteira oriental, passando por Santo Ângelo. A obra da estrada de ferro foi realizada por partes e o trecho de Santo Ângelo – Giruá, que ligava a estação central do município ao distrito de Comandaí, teve a supervisão de Luiz Carlos Prestes, capitão chefe da seção de construção, no 1º Batalhão Ferroviário em Santo Ângelo (RS), conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (2013)<sup>27</sup>.

Kerber (2008) comenta que até a inauguração da via-férrea a área urbana santangelense era a mesma do início do século, mas que após 1921 houve a possibilidade de integração com o restante do Estado e “[...] no rastro das ferrovias vinha uma série de melhoramentos urbanos como iluminação, telégrafos, escolas, jornais, revistas, atividades políticas e culturais, novas sociabilidades. As ferrovias tornaram-se nessa fase sinônimo de progresso e modernidade” (CARDOSO e ZAMIM apud KERBER, 2008, p. 88), inserindo a região na conformação territorial e econômica do Estado do Rio Grande do Sul.

Simone Petraglia Kropf (1994) afirma que a escola politécnica no Rio de Janeiro, de onde saíam engenheiros militares no início do século XX, tinha um viés positivista tal qual a Escola Militar. Por este viés, acreditavam os engenheiros, muitos militares, que a sociedade não tinha condições de produzir um Brasil moderno, mas que cabia aos engenheiros a tarefa de colocar o Brasil em outro rumo, mais integrado ao que o país precisava. Para essa autora “[...] os engenheiros assumiam assim o compromisso de fundar o que se pretendia ser uma nação moderna” (KROPF, 1994, p. 219).

O que importa para nós aqui é compreender que esses engenheiros estavam imbuídos da obrigação de elevar a região missioneira a um patamar que acreditavam ser mais moderno integrando-a ao resto do país. Mesmo que essa tenha sido uma política de governo, não é possível esquecer que muitos desses militares estudaram no Rio de Janeiro, entre eles Luis Carlos Prestes, e que possuíam, além da formação técnica da engenharia, a formação bacharelesca e positivista própria da ideia de soldado-cidadão, discutido no item anterior. Para esses militares possibilitar o desenvolvimento regional era contribuir realmente com o seu país para a superação dos nossos gargalos nacionais.

---

<sup>27</sup> <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=50500>.

Para Barroso (2004) a região de Santo Ângelo era um espaço de fixação de fronteiras e onde a circulação de pessoas e mercadorias não eram os únicos elementos que nos fazem olhar para o passado. Esse município sediou o início do Movimento Tenentista, conhecido como Coluna Prestes (1925-1927). Segundo esse autor, quando o Batalhão de Engenharia estava construindo a estrada de ferro foram fomentadas as ideias de mudança política e social do país. A ação dos militares ao construírem a ferrovia fez mais que a integração da região missioneira, ao saírem em marcha pelo país em 1925.

Concordamos com Guilhermino Cesar, o qual escreveu que tanto a história do Rio Grande do Sul, quanto da própria região missioneira “[...] só se tornou realidade sob a permanente vigília das armas” (CESAR, 2002, p. 275). Analisar a criação do 4ºGACav só nos fez sentido, partindo da construção dessa fronteira, dessa região construída, a qual se entrelaça com a caserna para se integrar ao restante do Rio Grande do Sul, mais do que isso, a configuração de fronteira dependeu que no século XX recebesse um quartel com a ação da Artilharia a Cavalo.

### **3 A Criação e Instalação do 4º GACav: a Opção Pela Artilharia a Cavalo.**

Como discutimos no item anterior, o território municipal santo-angelense era cortado por uma quantidade de rios e seu clima tinha como característica uma umidade considerável, além do que, sua abrangência era de até 13.000 km<sup>2</sup> e uma densidade populacional considerada baixa, de forma que os deslocamentos eram necessários e lentos. Tudo isto em uma época em que o principal meio de transporte disponível era o cavalo.

Além disso, a fronteira com a Argentina distava, aproximadamente, 100 km, e o quartel que ficava mais próximo da fronteira, o de São Borja, se localizava a sudoeste, cerca de 200 Km de distância de Santo Ângelo. Ou seja, cobrir territorialmente a região fronteira para aquele quartel era uma tarefa bastante complexa, daí a necessidade de maior cobertura de militares e da abertura de outros quartéis na região.

Todas estas condições nos ajudam a entender a necessidade de estabelecimento militar no estado gaúcho. De acordo com Carvalho (2006), a relação do número de militares no Rio Grande do Sul em 1920 era de 4,26 para um grupo de mil habitantes. Esse estado só perdia em efetivo para o distrito federal, o qual possuía 9,70 militares para mil habitantes, e para o



Mato Grosso que possuía 4,52 militares, em virtude principalmente da preocupação desde o Império em proteger essas fronteiras.

O uso do cavalo era imprescindível, assim como o foi em séculos anteriores em outras regiões do país. De acordo com Francis Albert Cotta (2016), as chamadas plataformas móveis de defesa utilizando animais foram usadas desde o século XIX no Brasil, todavia, sua história remonta a ocupação portuguesa. Esse animal foi útil para as três Armas principais do Exército.

No final do Império e início da República havia três Armas no Exército brasileiro: a Infantaria, Cavalaria e a Artilharia. A primeira, conforme José Elonir Savian (2014) destacava-se pelo combate a pé; a segunda contribuía com o reconhecimento, passava a informação e proporcionava segurança para as ações mais estratégicas da terceira arma, a qual, por sua vez, poderia usar seu poder de fogo.

Importante assinalar que nas minas gerais<sup>28</sup> do setecentos, segundo Cotta (2016), “os cargos militares eram cobiçados [...] A patente militar afidalgava, marcava lugares sociais e possibilitava mobilidades e construção de redes clientelares e de apadrinhamento.” (COTTA, 2016, p. 2). Dessa forma, muitos homens procuravam pertencer a algum dos corpos militares para enobrecimento e como uma forma de sinalizar a distinção social nas minas.

Quando falamos de uma unidade militar que usava o cavalo devemos ter em mente que ele foi útil para várias Armas. Quanto a Cavalaria, apesar de ser uma das armas mais antigas do Exército, como tropa regular somente fica evidente na proteção dos caminhos do ouro no século XVIII. Foi no século XIX, com a criação do Reino Unido a Portugal e Algarves, que o príncipe regente Dom João precisou de um Exército eficiente e incentivou a ampliação das tropas e quartéis no território brasileiro.

No Rio de Janeiro, de acordo com Arno Wehling e Maria José Wehling (2008), a segurança e a ordem passaram a ser mantidas por uma companhia de Cavalaria e mais três de Infantaria. Desta forma, tais como os autores acima e com João Paulo Sanches da Nova e Fernando Teixeira Koch (2015), compreendemos que a Arma de Osório<sup>29</sup>, como é conhecida a Cavalaria, “[...] atua na vanguarda da Força Terrestre, provendo a segurança da tropa e realizando o reconhecimento do terreno” (NOVA & KOCH, 2015, p. 2). Estas características

---

<sup>28</sup> Aqui não estamos falando do Estado de Minas Gerais, mas da região sudeste e central do Brasil-Colônia em que havia mineração de ouro e diamantes.

<sup>29</sup> Castro (2002) salienta que este general era lembrado espontaneamente nos quartéis nas primeiras décadas da República. Foi associado à República por diversas maneiras, uma delas por sua estátua equestre estar localizada na praça XV de Novembro, no Rio de Janeiro, inaugurada em 1894.

conferiam à Cavalaria mobilidade, flexibilidade e força que garantiam o trabalho efetivo do Exército, todavia, nem sempre suas funções eram as mesmas.

A partir das análises de Wehling (2008); Nova e Koch (2015); e Cotta (2016), observamos que a arma da Cavalaria possuía funções que foram se transformando ao longo do tempo. Suas características eram e ainda denotam a proteção de determinado espaço. Pertencer a ela significava concordar com os padrões de conduta que eram estabelecidas para o exercício da função, como nos indica Castro (2004).

Savian (2014) entende que estes padrões de conduta levavam em consideração o que um cavalariano precisava enfrentar em suas missões. Ele necessitava, além de ter cuidado e o manejo com o cavalo, fazer o trabalho militar com rapidez e segurança a ponto de informar com dados confiáveis, o mais ágil possível, e extremamente preciso, como agiria um militar da Artilharia.

Com a criação do Exército Nacional (1648), unidades de Cavalaria, Artilharia e Infantaria foram integradas. Porém, no território que hoje compreende o Rio Grande do Sul, somente muito mais tarde é que foi criado o Esquadrão de Voluntários da Província do Rio Grande do Sul (1770), o Regimento de Dragões do Rio Pardo (1736), entre outros, conforme McCann (2007), Carvalho (2006), e Fausto (1997).

O emprego dessas forças tirava partido não só do uso do cavalo em combate, mas permitia que o Exército usasse a ofensiva com maior velocidade. Segundo Carvalho (2006), esta foi a forma de combate utilizada no conflito entre o Brasil e a Província Cisplatina (1826-1828) e na Guerra contra o Paraguai (1864-1870).

A guerra da Tríplice Aliança *versus* Paraguai é o marco da construção do mito fundador do herói da cavalaria. Conforme Castro (2004), nesta guerra a atuação do Marechal Manoel Luís Osório foi constantemente evocada na academia militar<sup>30</sup> para incentivar os oficiais a se decidirem pela Cavalaria.

Entre as funções que a Cavalaria conquistou, a sua posição de “Espírito de Arma”, como analisou Castro (2004), era a de tomar decisão, facilitar o trabalho da Infantaria. O

---

<sup>30</sup> As pesquisas de Castro neste livro se referem especialmente a AMAN- Academia Militar das Agulhas Negras, todavia é preciso elucidar que em seus livros assim como nos de outros autores que trabalham com o Exército, nem sempre os autores utilizam exatamente os nomes das escolas que estão tratando, escola militar pode ser a da Praia Vermelha (1858-1904) ou do Realengo (1913-1941), até mesmo a de Porto Alegre (1905-1913) onde se formavam boa parte dos cavalarianos na época que é nosso foco principal. Inclusive de acordo com Castro (2002) este nome AMAN só surgiu em 1944 quando a escola militar foi deslocada para Resende – RJ.

oficial da Cavalaria atuava e atua na “Arma de Heróis”<sup>31</sup> (Castro, 2004, p. 71). E, em virtude, desses heróis é que nesse trabalho optamos por detalhar com maior ênfase essa Arma, uma vez que, conforme afirmam Castro (2004) e Elonir Jose Savian (2014), os militares de uma das Armas podiam “emprestar” táticas à outra. No caso do 4ºGACav, o cavalo, principal ente de uma das Armas, estava sendo utilizado na Artilharia, em que as táticas da Cavalaria estavam sendo utilizadas nessa unidade militar. Outro fator, importante, que vem a corroborar para essa questão é o fato de terem escolhido como patrono da unidade, o próprio patrono da Cavalaria, que era o General Osório.

Importante apontar que Castro (2004) afirma não ser possível determinar valores fixos para cada Arma porque “Os espíritos das Armas não existem isoladamente; [...] é um mundo de relações, [...] não existe um quadro fixo dos diferentes atributos relacionados a cada espírito de Arma: eles são dinâmica e continuamente "jogados" e "negociados”” (CASTRO, 2004, p. 60). Isso porque elas se complementam e muitas vezes se confundem. Savian salienta que o "espírito da Cavalaria", é definido pela “velocidade, vontade de lutar, solidariedade, altivez, camaradagem, abnegação, desprendimento, coragem, arrojo, lealdade, vigor, ardor, movimento para com seu cavalo” (SAVIAN, 2014, p. 57). Por conseguinte, os atributos que são esperados dos cavalarianos são aqueles que lhes “[...] permitem levar a bom termo suas típicas missões reconhecimento segurança e combate.” (SAVIAN, 2014, p. 58). Isto porque, de acordo com Castro (2004), este militar precisa ser rápido e eficiente em reconhecer o inimigo para que a Artilharia possa fazer seus cálculos metódicos de ataque.

Ressaltamos ainda que tanto na Cavalaria quanto na Artilharia a cavalo, o militar precisava ter forte vínculo com o cavalo para conseguir desempenhar bem o seu trabalho, daí as análises de Castro (2004, 2002) e Savian (2014) sobre a importância das tradições que são comuns aos militares da Artilharia que usam o cavalo, entre elas a lembrança da Batalha de Tuiuti, (vencida pelas tropas aliadas de Brasil, Uruguai e Argentina), em 24 de maio de 1866, e a rememoração das ações em campo de batalha do Marechal Osório e seu cavalo. Situação que percebemos ter assaz evidência no 4ºGACav-II/1ºRADC, como abordaremos no segundo capítulo.

---

<sup>31</sup> Importante pensar que herói aqui dentro do aspecto de tradição do exército é aquele que doa sua vida, não importa as agruras da batalha. Como o fez General Osório, lembrado nas comemorações do início da República no dia 24 de maio, de acordo com Castro (2002). Porém como retomaremos no último capítulo, herói também no sentido de virilidade, modelo a ser seguido por homens. E analisaremos o herói como lugar de reafirmação da masculinidade viril uma vez que as masculinidades são construídas, normatizadas, de acordo com Joan Wallach Scott (1995).

No início da República, como já discutimos, o Exército Brasileiro passava por reorganização política e ideológica. Estas modificações atingiram também as unidades de Artilharia e Cavalaria. Algumas tiveram mudanças na sua organização, outras na sua localização ou foram extintas. Conforme Cláudio Moreira Bento (2014), a tropa do Exército, no início da República, era de um contingente de 15.000 homens, os quais se dividiam em Batalhões de Infantaria, Regimentos de Cavalaria, Regimentos de Artilharia, Batalhões de Engenheiros e corpo de Transportes. No Rio Grande do Sul havia oito Batalhões de Infantaria, cinco de Cavalaria e três de Artilharia. Todavia, este efetivo militar não era suficiente para a guarnição do território nacional, principalmente pelos motivos, expostos anteriormente, que diziam respeito a falta de formação técnica profissional para estes militares.

Em virtude disto, duas importantes reformas foram feitas: uma em 1908 e outra em 1921. No contexto das duas reformas, para o que nos interessa nesta pesquisa, o chamado 16º Grupo de Artilharia a Cavalo (criado em 1908 e organizado como 16º GACav, 1917-1919, em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul) passou a ser denominado 1º Grupo de Artilharia a Cavalo, com duas baterias<sup>32</sup>, tendo como sede a cidade de Itaqui, no Rio Grande do Sul.

Em junho de 1919 foi criada a jurisdição da 3ª Região Militar (3ªRM)<sup>33</sup> a qual abrangia quartéis do Rio Grande do Sul. A esta organização militar estavam subordinadas inúmeras outras, entre elas aquelas que anos antes haviam sido criadas na região missioneira, dentre elas o 4º Grupo de Artilharia a Cavalo e o 4º Regimento de Cavalaria Independente, ambas localizadas em Santo Ângelo<sup>34</sup>. As reformas de 1908 e 1921 procuraram aumentar efetivos, cobrir um espaço territorial maior e profissionalizar o Exército.

O 4º Grupo de Artilharia a Cavalo foi criado em 31 de dezembro de 1921, pelo decreto presidencial nº 15.235, o qual estabelecia em qual Região Militar seria criada a organização militar. Além disso, esta legislação definia quais oficiais fariam parte desse agrupamento. Em caso de não ter material e alojamento, segundo o decreto, os militares deveriam aguardar instruções do Estado-Maior para preencher cada posto. Como podemos observar:

Art. 18. As unidades constantes do presente decreto só serão organizadas e preenchidos os postos de officiaes dos respectivos quadros na medida das possibilidades que houver para a sua constituição effectiva, quanto ao material e alojamento. O Estado-Maior do Exército apresentará annualmente

---

<sup>32</sup> Unidade com 100 a duzentos homens.

<sup>33</sup> Decreto-Lei nº 1651, de 1919. Ver: Bento (2014) em:  
<[http://www.ahimtb.org.br/Livro%203%C2%AA%20RM-vol%20II-PDF%20\(1\).pdf](http://www.ahimtb.org.br/Livro%203%C2%AA%20RM-vol%20II-PDF%20(1).pdf)>

<sup>34</sup> Conforme diário oficial da União de 24 de maio de 1932, no Rio Grande do Sul.

à aprovação do Governo a proposta das unidades que podem ser organizadas, tendo em vista as exigencias acima citadas e a ordem de urgencia de sua organização.

Paragrapho unico. Nas unidades que forem sendo organizadas, serão aproveitados, de accordo com o posto e arma respectivos, os officiaes que pertencerem ainda a corpos sem effectivo em praças, de tal sorte que nenhuma promoção se faça para a unidade que se organizar desde que entre aquelles officiaes se encontre algum da mesma arma e posto igual ao que se tenha de preencher [...] (Decreto nº 15.235 de 1921).

A partir dessa legislação observamos que o governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) estava preocupado em garantir não só uma melhor estruturação, mas uma distribuição territorial e uma modernização do Exército. Porém, essa modernização aproveitaria o efetivo já existente desde que houvesse local para o trabalho em efetivo funcionamento.

A instalação do 4º GACav obedeceu a regra estabelecida pelo Art. 21. do mesmo decreto, o qual firmava que seu caráter não poderia ser provisório e ainda não possuiria officiaes: “De accordo com o determinado no art. 18 não serão provisoriamente e organizadas as unidades abaixo, nem providos os postos de officiaes dos respectivos quadros: [...] tres grupos de artilharia a cavallo (4º, 5º e 6º) [...]”. O efetivo funcionamento da unidade militar só ocorreu em 1926, quando todos os requisitos foram preenchidos.

No decreto criador do 4º GACav está explicita a preocupação governamental em estabelecer contingentes especiais, além daqueles que já compunham o quadro estável do Exército Nacional:

Art. 1º O Exército Activo, em tempo de paz, compõe-se: a) Do Estado-Maior General; b) Do pessoal (officiaes e praças) das 4 armas combatentes - Infantaria, Cavallaria, Artilharia e Engenharia - distribuido pelas unidades de tropa e, quanto aos officiaes, pelas repartições e estabelecimentos militares aqui consignados e nos respectivos regulamentos; c) Do pessoal (officiaes e praças) dos diversos Serviços, consignado nos regulamentos respectivos e quadros que os acompanham; d) Do pessoal dos contingentes especiaes. (Decreto nº 15.235 de 1921).

Esta preocupação, como afirma Carvalho (2006), apontava não só a importância política do Exército com a tendência em concentrar maior efetivo na capital da República, mas também a preparação para estar presente em regiões onde houvesse maior instabilidade, como que era o caso do Rio Grande do Sul neste período.

Como discutido anteriormente, o decreto presidencial determinava que o deslocamento para o Rio Grande do Sul não seria imediato porque antes de seu estabelecimento, enquanto

tropa, era necessário alojamento e materiais, além da definição do tipo de unidade militar seria composta.

Percebermos esta situação ao observarmos o “Art. 2º As unidades de tropa são distribuídas em 5 Divisões de Infantaria, 3 Divisões de Cavallaria, 1 Brigada Mixta e Unidades Independentes, de acordo com o quadro anexo n. 18. [...]” e com complementação no “Art. 6º. As tres Divisões de Cavallaria, estacionam na 3ª Região Militar.”

A hipótese para que o governo federal tenha escolhido três divisões de Cavalaria para o Rio Grande do Sul, diz respeito à preocupação com a proteção das áreas de fronteiras com a Argentina. Se retomarmos a discussão a partir de Bellintani (2009) sobre a Missão Militar Francesa; de Risse (2011), o qual discutiu a atuação de engenheiros no sul do país, a preocupação com o desenvolvimento nacional levantada por Castro (1974 e 2006) e McCann (2007), assim como os projetos que envolviam as relações entre militares, governo e comércio exterior apontado por Wirth (1973), temos que este decreto de instalação de Cavalaria era a expressão concreta tanto da preocupação com desenvolvimento quanto com a proteção da fronteira da região oeste e noroeste do Rio Grande do Sul onde se localizou o 4º GACav, assim como outros quartéis.

Conforme nos detemos na letra do referido decreto nº 15.235 de 1921, percebemos que apesar de não ser possível saber quantos qual o efetivo que compõe cada unidade, sua hierarquia, a estrutura a que se vinculava, o 4ºGACav estava subordinado no momento de criação, a 3ªRegião Militar (3ºRM) com sede em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Todavia, mesmo tendo sido criado em 1921, no registro escrito dos boletins, denominado de Livro Registro, o ano de comemoração do 4ºGaCav é o do seu início de funcionamento em Santo Ângelo, ou seja, data como sendo 1926.

Não temos um número exato de praças e oficiais nos registros oficiais do agrupamento. Através do Livro Registro observamos que existiam no mínimo: um Capitão, dois tenentes-coronéis, um tenente, oito sargentos, quatorze cabos e onze soldados.

O primeiro registro alusivo a fundação do 4ºGACav encontramos em 24 de maio de 1926, data que foi considerada depois como a do aniversário da unidade. Esta data tem uma descrição sobre os militares que compunham o efetivo e que eles vieram a partir do município de Itaqui-RS.

Nesses primeiros anos o efetivo do 4ºGACav, proveniente de Itaqui, ficou alocado no quartel do 4ºRCI (4º Regimento de Cavalaria Independente)<sup>35</sup>, que também funcionava em Santo Ângelo, porém não sob o mesmo comando. Também, não foi possível precisar quanto tempo durou esta hospedagem e nem quais edificações do 4ºGACav ainda não estavam prontas, no momento em que o efetivo chegou de trem de Itaqui, após viagem de 48 horas.

A 24 de julho de 1926 chegava a esta Vila o sup. Cap. Ovino Ferreira Alves, primeiro comandante da mesma unidade trazendo elementos da mesma. Aqui neste quartel, que hoje é o nosso, passava a equipe digna companheira momentos difíceis dado a época anormal que atravessa o país. Mas, com o seu ardor, venceu todos os obstáculos e nos legou esse pedaço do nosso exército, que até hoje tem sabido honrar o seu nome e que aqui continuamos fazendo. Há os soldados que fazem a sua unidade pela dedicação ao seu trabalho e amor à disciplina. E, como aqueles que durante 3 anos aqui [...], mais do que um pequeno esforço a fim de mantermos a nossa unidade que até agora honrou com galhardia as suas tradições, continue a fazel-o [sic] (Boletim, s/n. 24/05/1929. LH-II/1ºRADC, 1943.p.7 e 7v).

Segundo o relato do escrivão do LH e durante o comando do superintendente Cap. Julio Teles de Meneses<sup>36</sup>, os três primeiros anos de existência da unidade militar decorreram situações que o comandante não previa. O que está posto como situação “anormal” pode ser referência à construção final do quartel em relação ao numerário para essa mesma atividade, mas também pode ser uma menção sutil ao movimento iniciado pelo Capitão Luís Carlos Prestes e outros militares, em 1925 (e que durou até 1927), mais tarde denominado por Coluna Prestes.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> Foi fundado em 1906 em Santo Ângelo, conforme demonstra Antonio Dari Ramos (2006) e “ficou sem efetivo entre 1921-32” (BENTO, 2014, p.174) e em 1944 seu quartel foi designado para o 5º Regimento de Carros de Combate, como demonstra o requerimento nº6 de 2013 da Câmara de Vereadores de Rio Negro/PR em: <http://camaraderionegro.pr.gov.br/?p=211>. Sobre esse quartel somente encontramos algumas referências a ele. Na fonte analisada, não temos maiores informações sobre o 4ºRCI.

<sup>36</sup> Assumiu a bateria no dia 20 de maio deixando-a, (não é possível precisar porque seu nome não foi mais citado no intervalo) em 18 de novembro de 1929. Sendo que o comandante, anterior e após, foi o Sup. 1ºTen Erico Miró Ericksen (novamente, não é possível precisar pela frase que usaram no registro. Não há relato de entrega de comando, somente de assunção como vemos em “novembro – 18 – Assumiu da Bia o sup. 1º tem. Erico Miró Ericksen.” LR-1ºRADC, 1943, p.7 e 7v.

<sup>37</sup> Em manifesto de 1926, os comandantes da Coluna, o Cap. Luis Carlos Prestes e Major Miguel Costa, que estavam em trânsito no nordeste, expuseram, de acordo com Alzira Alves de Abreu (2000), as dificuldades sociais do país; o desrespeito às leis eleitorais; solicitaram reforma da Constituição; denunciaram fraudes administrativas, eleitorais e fiscais; reclamaram da ausência do ensino primário e profissionalizante, entre outros itens. Soma-se a estas questões o fato de que existiram na década de 1920 sublevações dentro das Forças Armadas, que criticavam tanto a ordem social e educacional como a própria honra do exército. Movimentos esses que foram denominados de Tenentismo, [sobre isto ver Sodré (1985)]. Além disso, nessa década também havia o questionamento da validade do pleito eleitoral pela disputa de poder entre as oligarquias que representavam Minas Gerais e São Paulo e as que representavam os demais Estados. Essa disputa de poder entre

Como temos observado, a partir de 1921, o 4ºGACav entrou na proposta de criação do governo federal, por meio da legislação/regulamentação expostas anteriormente e que mesmo após sua construção a unidade começou a funcionar de forma lenta nos primeiros anos. Quanto ao uso do cavalo na Artilharia que apresentamos nos parágrafos anteriores teremos uma retomada em nossa análise quando abordarmos sobre os ideais de tradição evocados nas datas comemorativas desta organização militar, bem como sobre o uso dessa memória para forjar um passado e um presente como modelo de ação em uma circunstância que a história oficial utilizava como exemplo de vida, e um exemplo de heroísmo. Sobre estes aspectos versam nosso segundo capítulo.

---

essas duas oligarquias culminou na vitória de Arthur Bernardes para presidente do Brasil em 1922, representando os dois primeiros Estados.



## 2. TRADIÇÃO E MEMÓRIA: O 4ºGACav-II/1ºRADC E O PASSADO (RE)CONSTRUÍDO

Nesse capítulo analisamos as narrativas sobre a organização militar, presentes nas anotações e nos boletins que compõem o chamado Livro Histórico (LH). Como já dito, a unidade militar aqui analisada, iniciou seu funcionamento em 1926 e foi denominada de 4º Grupo de Artilharia a Cavalo (4ºGACav)<sup>38</sup>. Porém, além de seu nome ter sido alterado em 1934, os registros que temos a nossa disposição não possuem numeração específica e constam, como apontado na introdução, dentro de um livro registro, o qual foi juntado e encapado em 1943.

O objetivo deste capítulo é analisar as narrativas sobre a organização militar, presentes nas atas dos boletins manuscritos no Livro Histórico da unidade, focando na representação da tradição, os usos da memória e a construção do passado militar por meio das representações de heróis militar (es) delineadas nesses boletins. Pois é pela força das tradições que os militares buscam dar legitimidade e construir a história do agrupamento militar, definindo as ações que são e as que não são consideradas como próprias para esses militares, a partir da recorrência a representações heróicas de um passado glorioso.

Para tanto, abordamos em primeiro lugar a historicidade da fonte e o uso da memória na construção de um passado almejado, com interesse de nos aproximarmos dos significados dela para o 4ºGACav-II/1ºRADC. Na sequência discutimos sobre a composição do herói General Osório, que envolve desde a concepção da teoria de soldado-cidadão até o uso da tradição. Por fim, focamos nas datas comemorativas da unidade que elencam as vivências na caserna, uma vez que buscam moldar os militares a semelhança que a instituição militar deseja.

---

<sup>38</sup> Em 9 de janeiro de 1935, o 4º GACav passou a ter efetivo de Grupo e não mais de Corpo de Tropa, por força do Decreto-Lei nº 24.287, de 24/05/34. Portaria ministerial de 20/xii/934, *apud* Livro Registro, 1943. p. 17.

## 2.1 O Livro de Histórico II/1º R.A.D.C.: Lugar de Memória.

No dia 10 de fevereiro de 1943, o comandante do Grupo, faz a abertura manuscrita da primeira página numerada do LH-II/1ºRADC de 1943<sup>39</sup>. Como dito na introdução, todas as páginas estão rubricadas, todavia não é possível saber quem fez essa rubrica.

Como salientamos anteriormente, o Livro Histórico-II/1ºRADC de 1943 é composto por 61 (sessenta e uma) páginas de registros, frente e verso, com anotações de datas que foram consideradas importantes pela oficialidade hierárquica desse agrupamento. O Livro Histórico-II/1ºRADC se configura em uma juntada de documentos (atas e boletins) referentes ao 4ºGACAV-II/1ºRADC. O primeiro registro, corresponde a 24 de maio de 1926, data da fundação do 4ºGACav.

Ao folhearmos o LH, percebemos que se assemelha a um livro ata e possui registros da unidade de 1926 a 1943 com descrição de alguns boletins. Os registros se referem a ações de deslocamento; resultados de instrução; retornos para o quartel; datas comemorativas; apresentações de chegada e partida de oficiais e<sup>40</sup>; exames de instrução; entre outros registros. No decorrer do capítulo analisaremos os boletins das datas comemorativas. A metodologia que foi adotada para a escrita deste LH era numerar somente o anverso da folha e não seu verso, o qual também contém registros sobre o agrupamento militar<sup>41</sup>.

A partir de registro de deslocamento contido na fonte, observamos que os militares que inicialmente compuseram o 4ºGACav, eram provenientes da cidade de Itaqui (RS), onde de acordo com Bento (1989) funcionava o 1ºGACav<sup>42</sup>, com a distância de 270 Km de Santo Ângelo. O LH não apresenta o deslocamento desses militares em detalhes, porém evidencia este local como sendo a origem dos primeiros militares do grupo (Anotação, 24/05/1926. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 2).

Não foi possível identificar com exatidão quantos militares compunham o efetivo do 4ºGACav-II/1ºRADC, ao longo do período aqui analisado. Entretanto, conseguimos quantificar em 38 militares, o número inicial do efetivo de formação da unidade.

---

<sup>39</sup> Grafada dessa forma na fonte em virtude de que em 1939 o 4ºGACav foi extinto e outra instituição passou a denominar todo o efetivo.

<sup>40</sup> Nem todas as partidas estão registradas, posto que, aparecem dois registros de entrada e nenhum de saída no período.

<sup>41</sup> Por exemplo: a escrita de abertura do ano de 1927, foi feita no verso da página 2 (dois), inclusive esse verso de página possui todos os registros do ano e nele não houve registro algum de boletins comemorativos.

<sup>42</sup> “16º GACav - Uruguaiana - Criado em 1908 e organizado como 16º GAC (1917-19). Como 1º GACav, Itaqui (1919-1934), e a partir de 1934 em Santiago.” (BENTO, 2014, p.175).

A partir do LH-II/1ºRADC é possível elencar as patentes e postos que existiam no 4ºGACav, em 24 de maio de 1926. Dentre os praças graduados haviam: 2ºsargento, sargentos, 2º sargento-arquivista, 2º sargento-contador, 3º Sargento, 3º Sargento Artífice, cabo-contador, soldado-auxiliar, soldado de rancho, cabo do material bélico, cabo armeiro, cabo correiro, cabo carpinteiro, cabo serralheiro, cabo telefonista, pelo menos 2 soldados ordenanças, soldado condutores, pelo menos mais 3 cabos e mais um soldado (Anotação, 24/05/1926. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 2). Havia também dois oficiais subalternos (segundo-tenente, primeiro-tenente), um oficial intermediário (capitão) e dois oficiais superiores (tenente-coronel).

Observando a composição do efetivo, à luz do artigo n. 45, do Decreto-Lei nº 14.085, de 3 de Março de 1920, assinado pelo presidente Epitácio Pessoa: “Todos os officiaes [sic], sargentos e cabos devem ser instruídos nas funções [sic] de explorador, observador, agente de ligação ou estafeta e signaleiro [sic]”, temos que essa primeira leva de militares no quartel tinha a função de organizar o espaço e ao mesmo tempo (re)conhecer a área de abrangência e atuação da unidade.

Na mesma data constam as seguintes vagas para oficiais no 4º GACav: um 1º Ten. médico e um 1º ou 2º Ten. veterinário. As vagas disponíveis para praças eram de: três segundos sargentos, três terceiros sargentos, um cabo enfermeiro e 72 (setenta e dois) soldados (Anotação, 24/05/1926. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 2).

Tendo como referência o mesmo decreto citado, percebemos que as funções disponíveis nesse agrupamento eram consideráveis, principalmente se levarmos em conta que havia onze cabos e, em geral, suas funções eram para estarem instruídos para executarem as atividades de:

[...] patrulhas, rondas, exploradores e signaleiros [sic], nomenclatura de terreno e seus accidentes [sic], idéas geraes[sic] sobre leitura de cartas, curvas de nivel, escatas numericas e alinhamento; orientação com bussola portatil e manejo dos pequenos telemetros[sic] [...] Emprego dos explosivos e diversos processos de transmissão de fogo [...] conservação do material em depósito. (BRASIL, 1920).

Observamos que dentre as atividades desenvolvidas pelo 4ºGACav estava a de conhecer e percorrer a fronteira em seus detalhes territoriais, objetivando que, em caso de precisar defendê-la, haveriam homens preparados para essa ação. Todavia, esses militares

acumulavam outras tarefas, por exemplo: o trabalho com o couro, a madeira, fiscal da limpeza<sup>43</sup>.

No capítulo anterior dissemos que a fonte contém várias retrospectivas históricas. E, é nesse capítulo que falaremos delas ao analisarmos as datas comemorativas. De acordo com o decreto nº 14.085/1920, essas poderiam constar por desejo do comandante e como forma de instrução à tropa.

Mesmo que a função fosse instrucional, como o decreto impunha, essas datas comemorativas deveriam estar em boletim específico de data de solenidades e ser lido e conhecido por todos, inclusive: “Os commandantes [sic] de corpo e os de unidade incorporada mandam diariamente uma cópia de seu boletim (ou additamento)[sic] á autoridade immediatamente [sic] superior” (BRASIL, 1920).

Temos no LH-II/1ºRADC de 1943, cerca de quinze boletins com referência a datas comemorativas. Desse total, dois boletins fazem alusão a data de 25 de Agosto (comemoração do dia do soldado); dois com referência a 7 de Setembro (comemoração da independência do Brasil); dois registrados no dia 15 de Novembro (dia da proclamação da República), e dois para o dia 19 de Novembro (dia da Bandeira). Todos esses boletins fazem referência a datas comemorativas, seus respectivos heróis e as tradições do exército. Os demais boletins compreendem instruções a tropa.

Devido à importância da rememoração e construção das tradições nessa fonte, analisamos esses boletins para compreendermos o uso da memória presente nesses enunciados; a construção dos heróis militares e da representação de militar ideal. Esses boletins eram lidos diante da tropa<sup>44</sup>, como previsto no Decreto nº 14.085, de 1920, na unidade militar.

Esses registros de memória institucional nos fazem refletir sobre a necessidade da construção, reconstrução e frequente reiteração de um passado que eles entendiam como glorioso. Mais do que isso, nos fazem perceber o próprio *status quo* da memória, a sua seletividade, pois ela permite lembrar no presente, somente aquilo que tem importância para a compreensão desse mesmo presente.

---

<sup>43</sup> Para mais detalhes das funções específicas de cada um ver o decreto nº 14.085 de 1920.

<sup>44</sup> O ato de ler é importante forma de apropriação de sentidos, mas é também invenção e produção de significados que podem ser ressignificados, por quem ouve. Roger Chartier em “Textos, impressões e leituras” nos traz uma concepção sobre o ato de ler, e ouvir ler. Ver HUNT, Lynn. A Nova história cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

A rememoração de alguns episódios em detrimento de outros, demonstra a seletividade da memória que se quer avivar, ao mesmo tempo utilizar-se de um atributo inerente a um ritual, a uma data comemorativa ou a um herói. Isso permite dar consistência a uma determinada ação do presente fundada em ações do passado.

Importa perceber que essas memórias, aliadas às tradições, existem tanto nas vivências de rituais, quanto nos símbolos descritos nas datas comemorativas relacionadas no LR do agrupamento militar em questão. Por conseguinte, discutimos como a memória é utilizada enquanto estratégia para construção do (de um) passado.

Pierre Nora (1993) apresenta que os acontecimentos guardados nos locais de memória podem ser eventos fundadores ou acontecimentos espetáculos. Os primeiros são comuns, sem grandiosidade, porém, com o passar dos anos acabam adquirindo um vulto maior. Fundam, porque a eles se atribui um significado diferenciado, aquele que se quer apropriar para o presente, por exemplo: o uso que se faz da vitória na guerra do Paraguai para legitimar uma tradição de heroísmo e tentar debelar o medo e a covardia do militar combatente do presente. Para esse autor, os acontecimentos espetáculos são aqueles que se revestem desde o primeiro momento de um sentido simbólico considerado importante, por exemplo, a ênfase na descrição de que o Gen. Osório foi ferido e continuou lutando na mesma guerra “somente os que estavam próximos de Osório, viram-lhe o resto ensanguentado. Uma bala penetrara-lhe o maxilar, e, no entanto, o destemeroso general lutava ainda.” (Anotação, 24/05/1930. LH-II/1ºRADC, 1943, p.5v).

Esses lugares de memória são resultado de uma disputa simbólica entre o que se considera importante a ser lembrado e a história oficial que é construída a partir dessa consideração. Assim é a história oficial quem prepara toda a narrativa que dá corpo a essa memória que será lembrada, rememorada.

Sobre essa disputa, Paul Ricoer (1994) salienta a importância do/a historiador/a romper com os resultados dessa batalha e reconfigurar o vivido, em busca de outros significados. Os quais não eram totalmente inteligíveis no passado, mas que agora podem ser. Por isso, compreendemos como relevante analisar como a memória foi configurada no 4ºGACav-II/1ºRADC.

Sandra Pesavento (2002) vai nessa mesma direção, afirmando que a memória é indispensável para que o historiador possa compreender as narrativas do passado construídas por meios de representações que as pessoas e grupos estabelecem.

Na historiografia militar, como já observamos, a definição de ser brasileiro, passa pela identificação com os sentimentos patrióticos, gerados pelo processo histórico, o que veio a dar corpo não só a ideia de nacionalidade, de nação, mas a própria ideia de territorialidade política. Daquilo que se reconhece como sendo o Brasil, conforme afirma Castro (2015). O mesmo autor, assim como Carvalho (2006; 2017), afirma que as tradições são cultuadas dentro do Exército, mas não só nele. Cultuar tradições faz parte da esfera civil, a qual também se ancora em uma dita herança dos antepassados, ou as representações que se tem/fazem sobre eles.

Conforme Hall (2006), as nações possuem culturas diferentes e, algumas se utilizam de narrativas unificadoras que rememoram a pátria ancestral por meio de cerimônias ancoradas em um passado comum. Além disso, o autor também afirma que, para entender o conceito de cultura nacional, não basta olhar para este passado, por isso os povos costumam olhar para o seu presente<sup>45</sup> com o propósito de ressignificar as suas memórias.

De acordo com Hobsbawn (1997), há alguns dispositivos que são correntemente acionados para que a tradição inventada possua legitimação, no intuito de que ela adquira sustentação em uma determinada sociedade. São as suas significações, as práticas ritualísticas ou simbólicas ou até mesmo os significados atribuídos às tradições que fazem com que elas sobrevivam. Da mesma forma, lhe permitem legitimidade social mesmo quando reconfiguradas.

Essas questões teóricas nos trazem a perspectiva de como as tradições se configuram como parte de um todo que é uma representação desejada, e, mais do que desejada, serve como instrumento que pode possibilitar a coesão que uma instituição pretenda para seu corpo militar. Todavia, deixamos claro que este desejo, não representa que a instituição sempre tem/teve sucesso em estabelecer a coesão identitária que aspira no grupo que a representa.

A tradição tem sustentabilidade em narrativas épicas de heróis, principalmente a tradição militar. Essas narrativas estão entrelaçadas a memória, símbolos, e acontecimentos fundadores, que só existem nos ditos lugares de memória, como afirma Pierre Nora (1993). Segundo ele: “A memória instala a lembrança no sagrado”, porque ela “é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas,

---

<sup>45</sup> Reinhart Koselleck (2006) denomina esta relação entre passado e presente, presente e futuro como tempo múltiplo, onde a experiência de um passado vivido é influenciada pelo horizonte de espera. Em outras palavras, o presente sofre pressão tanto do que se viveu, pelas memórias que são atualizadas nesse processo, quanto daquilo que se pretende com elas.

telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções” (NORA, 1993, p. 3).

Ao contrário da memória, a História atua para quebrar essa mágica, porque ela é a reconstrução, uma problematização do passado que só existe por meio da indagação, do questionamento, da análise, é a trama das ações humanas.

Nos quartéis estas narrativas épicas ocorrem em celebrações comemorativas de datas simbólicas, permeadas por memórias, lembradas, rememoradas. Possuem relevância de solenidade com intuito de instalar uma conexão entre quem participa da solenidade de rememoração e estabelecimento da tradição. Isso funciona como uma educação destes corpos dóceis, como discute Michel Foucault (1987).

Estudar as tradições evocadas pelas instituições militares nos ajudam a compreender como se legitimam as práticas sociais dentro da caserna. Isso porque elas são manipuláveis por agentes históricos que influenciam a formação de uma homogeneidade desejada, e estabelecem a área de fronteira entre aqueles que pertencem a caserna e os que não pertencem, devido a atributos que estes dispõem para se identificar com personagens épicos lembrados por essa tradição criada.

Nesse sentido, tal noção de fronteira corresponde a um marco de referência imaginário, com aquilo que chamamos de identidades culturais – “[...] aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso 'pertencimento' a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais" (HALL, 2006, p. 8).

Quando falamos de tradição inventada estamos, como dito, retomando uma noção conceitual utilizada por Eric Hobsbawm e Ranger Terence que consideram que ela é inventada quando um determinado grupo estabelece:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas. Tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado, aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWN; TERENCE, 2012, p. 9).

De acordo com esses autores, quando se faz a rememoração de uma tradição o que importa são os valores que se procura nela, às vezes alguma norma, portanto, não seria uma repetição infundável, mas sim continuidade, posto que esse passado apropriado sirva às intencionalidades do presente no qual se rememora a mencionada tradição.

Isso posto, ao falarmos de memória e História, comentamos que as narrativas épicas têm lugar dentro fundamental em organizações militares. Contudo, a organização não quer simplesmente reviver uma batalha que considera épica, como a Batalha de Tuiuti, por exemplo. O que a instituição pretende, ao revirar seus registros memoráveis, é utilizá-los como metáforas de vida para as ações que desejam de seus recrutas. Esse desejo de modelar o militar à sua semelhança, ao mesmo tempo em que o dociliza. Moldar os militares em uma configuração que se pretende de coesão e homogeneidade, da qual falamos anteriormente.

Para que essa coesão funcione adequadamente, as instituições militares seguem hierarquias, regimentos, nomenclaturas e siglas, em busca de uma normatização para a prontidão: como agir e quando. Segundo Foucault, nas instituições militares, “O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 1987, p. 119), e estabelece a fronteira de quem faz parte da organização e daquele que não faz parte dela, como evidenciou Stuart Hall (2011).

Ao falarmos de fronteira entre militares e não militares queremos evidenciar "aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso 'pertencimento' a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais" (HALL, 2011, p. 8). Para fazer parte de um grupamento militar este pertencimento precisa estar visível e essa evidência só é possível a partir da distinção entre a identidade pretendida, desejada, e a alteridade. Para conseguir, que o militar compreenda qual é essa identidade, as instituições totais partem do uso de representações por meio da recorrência a memória, os valores e virtudes de heróis e feitos de batalhas.

Para se forjar a fronteira identitária de pertencimento é preciso que os sujeitos não simplesmente façam o que se quer, mas que o façam com as técnicas: “[...] a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 1987, p. 119). O uso das tradições e, a evocação da memória somada à disciplina militar quebra a resistência que esse militar possua, porque se aperfeiçoam suas habilidades corporais, ao mesmo tempo em que o subjugam a se adequar à cultura organizacional que se pretende para ele.

Quando a memória e a tradição são evocadas para moldar o espírito que se espera do militar e se faz a repetição e a exaltação do cumprimento das disciplinas, existe uma possibilidade de transformar este cidadão em mecanismo mais útil para as forças que o controlam.

Além disso, segundo Antonio Astor Diehl (2002), a memória pode ser atualizada historicamente e pode instrumentalizar, por meio da história, um canal de comunicação entre



passado e presente. A história, posta como tradição no quartel, não deixa de apresentar “[...] uma relação de fascínio e temor” (DIEHL, 2002, p. 380), a qual os soldados tendem a incorporar em suas ações, resultando na pretendida representação que a organização militar desejava para ele, correspondendo aquilo que Foucault (1987) chamou de maquinaria que funciona de forma sutil.

Podemos dizer que esta concepção vem à tona nos processos de absorção de múltiplas disciplinas (FOUCAULT, 1987) e é constituída por meio das relações internas, oriundas da interação entre oficiais e praças dentro da unidade militar e em uma relação direta com as políticas nacionais de defesa. Mas, além disso, a coerção também ocorre pela interação entre os regulamentos e regras, a atuação política de governos, e sua oposição. Seja em âmbito municipal, estadual ou federal.

Essas disciplinas, compostas de símbolos e concepções que os indivíduos passam a decodificar funcionam como representações do real. Chartier (1990) entende que as representações variam de acordo com os interesses dos grupos onde elas se movem, e levando em conta as intencionalidades dos mesmos grupos ou classes sociais onde se fazem presentes. Contribuem, assim com a forja do corpo e o estabelecimento do poder e a dominação.

Até a década de 1920, período que antecede a construção do 4ºGACav, a representação do soldado que estava sendo moldada no interior da Escola Militar da Praia Vermelha, como já discutido, era aquela em que o soldado ideal defendia o não afastamento da política e primava por uma aproximação entre militares e civis. Era a ideia da formação de um soldado-cidadão.

Na formação desses militares do 4ºGACav-II/1ºRADC as batalhas consideradas épicas, do General Osório, por exemplo, eram constantemente lembradas. Apesar dessa constante lembrança não quer dizer, que ele era o modelo de soldado-cidadão que se pretendia. Isso porque uma tradição pode ser reconfigurada para um uso que determinado grupo ou sociedade considere mais importante ou legítima como salientou Hobsbawm (1997).

Considerando as lembranças contínuas de heróis militares, presentes no LH-II/1ºRADC de 1943, observamos a presença constante de representações sobre o General Osório e sobre isso discutiremos a seguir.

## 2.2. Memória e Tradição: Representações do Gen. Osório no 4ºGACav-II/1ºRADC.

General Manuel Luis Osório<sup>46</sup> foi, na perspectiva da tradição construída pela cultura militar, considerado um tarimbeiro. Ou seja, oficial forjado no campo de batalha. Esse termo, na cultura militar, ora era usado de forma pejorativa pelos bacharéis provenientes da escola positivista, a partir do final do século XIX, ressaltando a distância desse tipo de militar do bacharelismo; ora de forma positiva, em que a experiência de guerra era enfatizada de forma benéfica e necessária, quando se colocava a experiência de guerra para a profissionalização do soldado, principalmente com a chegada da Missão Francesa Militar.

Oposto ao bacharel, formado nas escolas militares organizadas a partir do final do século XIX, o tarimbeiro era aquele que foi à guerra, o combatente que passou pelas suas agruras, como salientou Castro (2002). A descrição de seus feitos, suas ações, nos boletins que analisamos, foi uma tática construída não só pelo exército, mas também pelo próprio general, uma vez que os primeiros presidentes republicanos eram oriundos da caserna, como explica Castro (2002).

No período inicial dos governos republicanos, esse general era muito popular entre os militares, mas não só entre eles (CASTRO, 2002). Essa popularidade aprazia a instituição para usá-lo como modelo, em momentos posteriores, para coesão, tanto dentro da caserna quanto fora dela. Em virtude disso seu nome consta pelo menos dezessete vezes nos boletins de datas comemorativas do 4ºGACav-II/1ºRADC, que constam no LH-II/1ºRADC de 1943.

A construção de memória, criada a partir de representações do General Osório, esteve ligada diretamente a ideia do soldado cidadão. Desenvolvida a partir do final do século XIX, com a chegada do pensamento de August Comte nos cursos de formação de bacharéis do exército, essa concepção de soldado-cidadão pressupunha que o militar deveria ter uma ação para além da caserna, em prol da sociedade, porém como sabemos esse general era um tarimbeiro, e, portanto, não afeito a envolvimento com as atividades ditas, dos civis. Aparentemente temos uma incongruência, mas devemos nos lembrar também que a história oficial encontra meandros para criar tradições e memórias.

Sendo assim, esse general teve sua forma de atuação desvinculada da forma de agir do tarimbeiro. Osório é lembrado nos boletins como o herói da Batalha de Tuiuti. As

---

<sup>46</sup> Nasceu em Tramandaí-RS, em 10 de maio de 1808, e faleceu no Rio de Janeiro, em 4 de outubro de 1879. Após a guerra do Paraguai foi promovido a Marechal e recebeu também o título de nobreza de Marquês do Herval. Ver: OSORIO, Fernando Luis. **A História do General Osório**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1894.

rememorações se voltam ao militar à cavalo em batalha. Em nenhum momento houve referências, ao seu cotidiano ou vivência, muito menos seus erros, um deles citado por Dionísio Cerqueira: “No exército do legendário Osório contava-se muito com a natureza e nunca se distribuiu forragem. Os animais, vivendo do que lhes davam os raspados campos alagados, enfraqueciam a olhos vistos e iam ficando pelo caminho” (CERQUEIRA, 1980.p. 84).

Também não foi levada em consideração a biografia escrita pelo próprio filho do General, o biógrafo Fernando Luis Osório (1894, p. 3031)<sup>47</sup>, que afirmou que o pai foi, inclusive, criticado pelo próprio imperador, que o chamou de político, quer dizer, envolvido demais com as atividades não militares. Aqueles que se preocuparam em construir um imaginário para a República, desvincularam dele seus erros e o vincularam aos acertos. Perceberam nele a junção dos fatores necessários para ser considerado um herói e a história oficial do Exército tratou de vinculá-lo a ideia de soldado-cidadão para formar “heróis destemidos” como ele.

Para Carvalho (2000), esse ideal de soldado-cidadão estava relacionado à necessidade de “afirmação militar” e, simultaneamente, traduzia como muitos militares se sentiam em relação à elite (econômica e política) e à sociedade civil, no período inicial da república, não aceitando a ideia de que o militar era de segunda classe<sup>48</sup>. Porém, “[...] devia assumir a cidadania plena sem deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar” (CARVALHO, 2000, p. 39).

Para Miriam de Oliveira Santos (2004), a questão militar do início do regime republicano possibilitou a crença em um soldado que deveria ser um herói, que dava sua vida pela Pátria. Para essa autora essa imagem era constantemente trazida à tona a partir das rememorações de batalhas e os feitos de heróis. Essa concepção remonta ao século XIX, os recrutas deveriam ser despojados de quereres individuais, sem vícios e com sacrifícios.

Joseph Campbell define como o herói “[...] aquele que participa corajosa e decentemente da vida, no rumo da natureza e não em função do rancor, da frustração e da vingança pessoais” (CAMPBELL, 1990, p. 79). Assim como a tradição o herói é uma invenção social, que tem a função de servir a propósitos específicos. No caso de militares, principalmente, na elevação do patriotismo e da defesa nacional. Campbell (1990) também

---

<sup>47</sup> No original as páginas são grafadas com numeração romana.

<sup>48</sup> Não devendo participar das decisões políticas do país. Isso é possível verificar com a questão militar do final do império. Ver Castro (2002) e Carvalho (2017).

salienta que a escolha do herói tem relação direta com a época em que este sujeito é alçado ao panteão dos heróis, e as suas características principais são o “destemor e realização” (CAMPBELL, 1990, p. 166). Tal qual o Gen. Osório passou a ser representado no Exército, e que reverberou no 4ºGACav.

Conforme Castro (2002), entretanto, não é só a narrativa de coragem que funda o herói. Soma-se a essa narrativa um ato fundador que estabelece a imagem do herói nacional como uma ancoragem. A figura do herói em forma de estátuas equestres, conforme Castro (2002) é sempre formada por homens de guerra, por suas estratégias de combate e vitórias, e sempre alçado ao panteão dos heróis, porque persiste a evocação da narrativa de uma tradição militar de heroísmo e bravura.

Em relação LH-II/1ºRADC de 1943, existem nove boletins que fazem referência a bravura do General Osório, comandante das forças brasileiras na Batalha de Tuiuti, durante a guerra contra o Paraguai. A Batalha do Tuiuti aconteceu em 24 de maio de 1866: “Era 24 de maio de 1866, o [ilegível] exército comandado pelo legendário general Osório servia contra o Paraguai, a maior batalha campal travada na América do Sul.” (Boletim, s/n. LH-II/1ºRADC 24/05/1929)<sup>49</sup>. A grandiloquência e a hipérbole são características da chamada “História Batalha”, tradicional historiografia que se preocupava com os fatos “tais como sucederam”. O historiador, muitas vezes também militar, demonstra apego e corporativismo, ao mesmo tempo em que estabelece um vínculo com o leitor militar que pode precisar de inspiração para enfrentar as vicissitudes<sup>50</sup>.

Esse heroísmo também foi lembrado em 24 de maio de 1930: “a Batalha de Tuiuti onde o general Luis Osório, depois marquês do Herval, cobriu-se de glória vencendo-a, mas [sic] pelo seu destino, que pelas ferramentas de que dispunha”. (Boletim, s/n. 24/05/1930. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 5v.) Primeiro essa citação faz uma evocação de memória de um herói, com intuito de tratá-lo como modelo de altruísmo, coragem. Um exemplo a ser seguido pelos militares do grupo, dentro e fora da caserna. Para Carvalho, todo o processo de heroicização de um personagem tem a necessidade de fazer “a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou de aspirações coletivas” (CARVALHO, 2017, p. 15).

Em segundo lugar, essa citação como referente a um passado memorial, evoca o que Michel Pollak (1989) afirma que: “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo” (POLLAK, 1989, p. 9). O

---

<sup>49</sup> LR-1ºRADC, 1943, p. 4.

<sup>50</sup> Ver Arno Wehling, 2001.

trecho no parágrafo posterior se trata do início do registro da ata do dia 24 de maio de 1930. Percebemos nele como o comando da unidade prezava por lembrar esta data e os feitos do General Osório, principalmente em apresentá-lo como arquétipo de heroísmo. No próximo capítulo retomaremos essa discussão para pensar como essa narrativa do herói é aproveitada para estabelecer as características de uma determinada masculinidade que se deseja na caserna.

Além do mais, quando verificamos os registros de anos posteriores confirmamos essa mesma inquietação. Podemos dizer que havia um padrão nesses registros, deixando clara a preocupação dessa unidade em afirmar/buscar uma identidade e coesão institucional.

Por outro lado, esse discurso que continuou a ser repetido durante a década de 1930 no 4ºGACav, pode ser relacionado, as preocupações com a defesa da nação. Como observamos em: “recordemos nós de Osório, [...] Mallet e Antônio João! figuram uns exemplos de Amor à Pátria, [...] de Justiça, espírito de sacrificio teremos assim cumprindo o nosso dever para com o nosso grupo o Brasil e a fraternidade” (Boletim, s/n. 09/01/1939. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 30v). Nesse período a instituição poderia preparar seus militares para um cenário semelhante, não ao daquele vivenciado por Osório, mas as preocupações das primeiras décadas do século XX: interiorização a definição e/ou manutenção de fronteiras.

Esses enunciados evidenciam a necessidade de manutenção da memória de um militar importante ao Exército, pela forma com que suas ações eram rememoradas, como atos de um heroísmo exemplar as suas fileiras. Observamos na publicação de 24 de maio de 1933:

[...] momentos mais críticos qual nosso Deus por meio dos seus soldados e usando de seu poder a bem dizer, sobrenatural de, com a sua presença e indiferença ao perigo, transmitindo-lhes esta mesma coragem que lhe era tão maternal e multiplicar indefinidamente a [ilegível] transformando-os de obscuros combatentes em grandiosos heróis. (Boletim, s/n. 09/01/1939. LH-II/1ºRADC, 1943, p.5v.).

Esse registro enfatiza os feitos dos demais militares que participaram da campanha no Paraguai com General Osório. Apesar de anônimos foram alçados à condição de heróis. Mais do que isso, todos foram abençoados por Deus. A divindade e a religião, como parte da guerra, são reiteradamente invocadas em enunciados militares e por diversas instituições estatais.

Para Carvalho (1990), os heróis são símbolos que trazem consigo a representação referencial que um regime político utiliza para se fazer legitimar e, era essa uma necessidade em 1933, uma vez que o governo Vargas ainda era provisório. Mais do que isso, a ênfase no

Deus cristão, um ser não material, incognoscível, declarar sua tutela, chancela as ações humanas e estabelece valores e virtudes, conforme Joana Rêgo Cardoso (2016), os quais contribuem na formação e no caráter que se pretende para determinada população e/u determinado sujeito.

Considerando que o 4ºGACav-II/1ºRADC foi criado com o intuito de proteção, de defesa de território, em um lugar considerado posto remoto do país, era importante trazer à tona um herói que havia lutado em condições retratadas nas narrativas como de difícil êxito. Mais do que isto, rememorar o general e seus feitos era também uma maneira de legitimar na memória regional militar, que o desprendimento e a coragem eram o cerne da vida de um militar.

Enunciados relativos a Batalha do Tuiuti e ao Gen. Osório, se repetiram em outros anos, na data de 24 de maio. Era importante forjar a tropa, a partir dessas representações relativas a vitórias, inculcando no efetivo militar os elementos da tradição; os modos de ser e de fazer como representantes do Exército.

Cabe lembrar que a data que foi definida para comemoração do herói da cavalaria é também a mesma escolhida para inauguração da 4º GACav. Isso implica na conexão entre os atos de heroísmo do passado da cavalaria às ações que se esperava dos militares que representariam uma organização militar que também faria uso do cavalo.

Além do culto a Osório, as datas comemorativas presentes no LH-II/1ºRADC trazem outros episódios relativos à tradição militar, sobre eles a sequência mostrará a análise.

### **2.3 As Datas Comemorativas do 4ºGACav-II/1ºRADC e a Tradição Inventada**

Considerando que a década de 1920 foi bastante conturbada, no que se refere à participação de militares na política brasileira<sup>51</sup>, no período posterior era necessário um discurso militar que buscasse a coesão dentro do próprio Exército, principalmente nos novos quartéis que surgiam. O apaziguamento interno foi possível, por meio das negociações

---

<sup>51</sup> Para uma maior compreensão da efervescência que foi a década de 20, tanto no aspecto militar, quanto político, econômico e cultural, Ver: LORENZO & COSTA, 1997.

estabelecidas pelo Ministro de Guerra Góis Monteiro<sup>52</sup> (1934-1935) e o governo Vargas, na década de 1930 em diante.

No 4ºGACav, de 1926 a 1943, as tradições rememoradas enfocavam os símbolos nacionais (Bandeira do Brasil); as datas consideradas cívicas, tais como a Independência, o Dia do Soldado, o aniversário da morte de Tiradentes; a Proclamação da República. O uso da rememoração na construção da tradição, como já posto, era utilizado em relação à Batalha de Tuiuti e o dia do aniversário do grupamento militar (dia 24 de maio).

No Exército, a preocupação em fixar a tradição, não só fornece os elementos que buscam a homogeneização e identificação ao grupamento militar, quanto também contribui com a coerção ao feitiço do dever, o cumprimento do respeito à legalidade, o desenvolvimento da entrega passional, patriótica e nacionalista, que permita ao militar sentir-se parte do dever de manter a soberania nacional.

Conforme Hobsbawn (2012), as tradições são continuidades, e notadamente forjam a ideia de coesão, a qual permite, dá lastro, a existência da nação. Um povo, por meio de suas tradições, consegue estabelecer laços fortes em que as divergências internas se tornam pequenas diante de uma ameaça externas. No boletim de aniversário da unidade, em 24 de maio de 1935, observamos:

[...] o sentimento brasileiro, se o temos é frouxo e amortecido. as grandes instituições Pátrias e os nossos feitos esvai-se na tradição, direito judiciário, pluralizando-se, quebra a unidade da nossa Justiça. o regime federativo tornando os estados autônomos fez a unidade da nossa administração. A raça esmaecendo-se apaga a unidade de nossa origem. [ilegível] das leis, a religião católica, parte se a unidade da nossa terra. e por fim o povoamento do solo o indivíduos e famílias de todas as procedências acabara de desatar com a confusão das línguas, as últimas [ilegível] que ainda integram a nacionalidade. Hora, se é certo que a imigração está presa o futuro do Brasil não se justifica, que filho de estrangeiro aqui nascido não apreendam a mesma língua- também certo é que, não preparamos uma Pátria para o estrangeiro. Este será um fator da nossa grandeza, [...] (Boletim, s/n. 24/05/1935. LH-II/1ºRADC, 1943. p. 18v).

Nesse trecho, a preocupação não é somente com o heroísmo como ato que funda a tradição e permite a coesão. A preocupação é com os elementos que podem minar a coesão nacional, entre eles, a chegada de imigrantes, principalmente alemães oriundos não mais das campanhas de imigração do governo, mas da fuga da crise econômica na Europa. Está

---

<sup>52</sup> Este participou ativamente das decisões referentes aos militares e até mesmo decisões econômicas durante todo o período do governo Vargas. Ver Wirth (1973)

explícito nessa comemoração do Aniversário da unidade, 24 de maio de 1935, o temor de que a imigração pudesse desmantelar o Estado brasileiro. A narrativa enuncia uma preocupação com a miscigenação e com os falantes de línguas que não era o português<sup>53</sup>.

Nesse período, o governo brasileiro ainda aceitava a ideia de que jornais, revistas, entre outros materiais, fossem publicados em língua teutônica. De acordo Valdir Gregory (2013), não havia grandes preocupações com a prática da alemã entre os imigrantes. Porém, entre 1920 e 1940, as oligarquias do Rio Grande do Sul não estavam aceitando o aumento das colônias alemãs, que ocorreu em Santa Catarina e Paraná.

Como afirma Castro (2002), quando as tradições estão ligadas ao nacionalismo, elas são manifestações historicamente militares, porque são pensadas e transmitidas para servir a um propósito bem específico, que é manter a soberania. E, Benedict Anderson (2008) nos faz refletir que a nação moderna nasce com ações de comunidades imaginadas. Sendo assim, quando num dia 24 de maio, um soldado de um quartel está ouvindo uma fala sobre a importância do heroísmo de militares do passado, ele sabe, e, ao mesmo tempo imagina, que não está sozinho.

Apesar não serem todas as unidades que comemoravam aniversário nessa data, em vários outros quartéis, outros soldados participavam de rituais parecidos, com base nas virtudes do Gen. Osório, na Batalha do Tuiuti.

Refletindo sobre o conceito de comunidades imaginadas, para militares é fundamental o sentido de pertencimento a uma comunidade, permeada pela de nação, mesmo que aparentemente eles sejam somente parte de uma instituição nacional. Essa reflexão sobre a formação de comunidades imaginadas nos faz pensar como ela se relaciona com a imagem de herói, de cidadão, de busca por unicidade que é uma construção nacional.

Os enunciados da citação acima evocam: raça, uma ideia de família brasileira, a coesão nacional, a língua, as leis e o solo, em uma clara manifestação nacionalista. Fazendo a conexão entre o presente (1935) e as lutas de outrora, no sentido de evocá-las por meio das narrativas de memória criadas pela tradição, uma vez que, como salientou Hobsbawn (2012), elas podem ser alteradas para servir melhor ao presente.

Castro (2002) vai além ao dizer que o próprio exército brasileiro é uma invenção nacional e a mesma narrativa tinha por dever construir a nação, uma linguagem forjada como construção cultural que se utiliza da memória do passado para fazer sua ancoragem.

---

<sup>53</sup> Ver Gregory (2013)



Sobre a preocupação com a construção de uma nacionalidade, os boletins da década de 1930<sup>54</sup> procuravam enfatizar a preocupação com a instrução, a educação, o analfabetismo e até mesmo com as disputas regionais, apesar de não serem citadas explicitamente. As disputas regionais que não permitiam aos militares completarem a tarefa de coesão e de soberania nacional:

[...] é pela educação dá vontade, firmando a energia empreendedora, pela educação da inteligência formando a disciplina mental, pela educação do caráter, formando a resistência moral, que se afluva as sociedades robustas e se afirmavam no seio aberto as virtudes que acamparam as instituições que protejam as pátrias Boletim, s/n. 24/05/1934. LR-1ºRADC, 1943, p. 19)

[...] alembremo-nos, [...] sempre, que antes, muito antes mesmo, de sermos rio-grandenses, baianos, mineiros, etc somos, brasileiros, brasileiros, brasileiros Boletim, s/n. 24/05/1934. LR-1ºRADC, 1943, p. 25v).

[...] Há 16 anos que vemos entrar anualmente pelo portão de seu quartel, uma plêiade de homens, acanhados físico e espiritualmente na maioria analfabetos para saírem desembaraçados, alfabetizados e perfeitamente adestrados para [ilegível] da nossa pátria. É o nosso quartel, o nosso lar, a nossa oficina de trabalho onde todos constituem a sua parcela para um único fim, a eficiência do Exército [...] (Boletim, s/n. 24/05/1934. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 41).

A preocupação evidenciada nesse enunciado, de 24 de maio de 1934, com as disputas regionais, a forma de agir e até mesmo a preocupação de alfabetizar estes indivíduos, nos mostra não só a intencionalidade de prepará-los enquanto defensores da Pátria, mas de torná-los eficientes. Porém, para que essa qualidade afluasse, era necessário uni-los em prol de um mesmo ideal, o de ser brasileiro e militar, acima dos regionalismos<sup>55</sup>. Esse posicionamento, todavia, precisava de esquadrinamento, ou seja, que todos estivessem coesos, tanto na forma de expressar o ideal da instituição em nome da qual combatiam, quanto na forma como combatiam.

A força da tradição é recuperada dentro do 4ºGACav-II/1ºRADC para forjar esta forma de ser militar. Os usos de termos que nos levam a refletir sobre a memória, a tradição e as representações, nos trazem em evidência a preocupação em tornar presente o herói:

[...] Dissesteis vos mesmos, olhos fitos no maravilhoso pendão, digo pavilhão, que sacrificareis a própria vida, em defesa da Pátria. Ela vos

<sup>54</sup> Nesse período estava ocorrendo a “Revolução de 1930” quando Getúlio Vargas chegou ao poder. Para aprofundamento sugerimos FAUSTO, 1997.

<sup>55</sup> Sobre isso ver Frank McCann (2007) o qual aborda as ações do exército brasileiro desde meados do século XIX, como a Guerra de Canudos ocorrida no interior da Bahia, por exemplo, e que contou com a participação até de soldados gaúchos com seus trajes típicos, nas fileiras das tropas do governo.

agradece e está certa da sinceridade de vosso juramento e o Exército, que hoje vos aceita em definitivamente como filho queridos, vos agradece também por terdes pressurosos ocorrido ao seu chamado. com propósitos variados como apresentamos nesse item (Boletim, s/n 15/11/1934. LH-II/1ºRADC, 1943, p.16v).

A narrativa da instituição explicita o dever dos militares na doação da própria vida, exortando-os a compartilhar o simbolismo da Bandeira Nacional, a partir da fidelidade a instituição militar. A Pátria, representada pelo pavilhão, e o juramento quer precisa ser proclamado, nos mostram como lentamente o militar vai sendo preparado.

Na sequência buscamos problematizar as narrativas referentes a datas comemorativas presentes na fonte: o aniversário da Unidade, em 24 de maio; o Dia do Soldado; e Dia da Bandeira no 4ºGACAV-II/1ºRADC.

### **2.3.1 O Aniversário do 4ºGACav-II/1ºRADC: 24 de Maio**

Dentre as datas comemorativas que constam no LH-II/1ºRADC, a que tem registro em praticamente todos os anos, é a de aniversário da unidade, comemorado em 24 de maio. Além disso, como já dito, nessa data era comemorada também a vitória na Batalha de Tuiuti, sob o comando do General Osório. Sobre essa data existem registros nos boletins durante 14 anos.

O que percebemos é que nos dois primeiros anos do funcionamento do 4ºGACav essa data tenha ficado sem registro, ou no momento da juntada dessa documentação, em 1942, tenha sido extraviado. Um elemento importante das narrativas referente ao 24 de Maio, que consta no Boletim de 1929, é a alusão ao “ardor” militar.

[...] com o seu ardor, venceu todos os obstáculos e nos legou esse pedaço do nosso exército, que até hoje tem sabido honrar o seu nome e que aqui continuamos fazendo. Há os soldados que fazem a sua unidade pela dedicação ao seu trabalho e amor à disciplina. (Boletim, s/n. 24/05/1929. LH-II/1ºRADC, 1943. p.7 e 7v).

Este ardor se configura como elogio à coragem, espírito de corpo, virilidade. Rosemeri Moreira (2011) trata dessa concepção em espaços considerados como próprios ao exército, espaço construtor de uma masculinidade viril, a qual é invocada como um papel diferenciador, não só de entre homens e mulheres, mas também de outras masculinidades:

A virilidade, como se vê, é uma emissão eminentemente relacional, construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesmo (MOREIRA, 2011, p. 67).

Porém, mais do que demonstrar a masculinidade viril, estes homens procuram se enquadrar dentro de um estereótipo que lhe confere status para além do masculino, porque se refere a mantê-lo diferenciando-os de outros homens. Retomaremos essa discussão no capítulo 3.

Na documentação referente ao 24 de Maio, em 1931, existe somente uma menção ao aniversário do agrupamento, porém não houve transcrição de boletim e a fonte não nos indica com precisão o porquê dessa ausência, nem sobre a da ausência da comemoração da Batalha do Tuiuti, feita na mesma data. Todavia, sabemos que esse era o período do segundo ano do governo de Getúlio Vargas, após a “Revolução de 30”, como salienta Fausto (1997). Nos anos de 1932 e 1933, foi registrado um texto com uma clara preocupação com a exaltação da tradição e da grandeza da heroicidade militar, forjada no campo de batalha:

Nós, os soldados do glorioso Exército Brasileiro, também comemoramos o aniversário da maior batalha campal travada na América do Sul. [...] onde o general Luís Osório, depois marquês do Herval, cobriu-se de glória vencendo-a mas pelo seu destino, que pelas ferramentas de que dispunha. [...] momentos mais críticos qual nosso Deus por meio dos seus soldados e usando de seu poder a bem dizer sobrenatural de, com a sua presença e indiferença ao perigo, transmitindo-lhes esta mesma coragem que lhe era tão maternal e multiplicar indefinidamente [sic] transformando-os de obscuros combatentes em grandiosos heróis (Boletim, s/n. 24/05/1932-1933. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 9 e 9v; p. 10 10v).

A invocação do heroísmo do mito do herói nacional explicita a necessidade de lembrar a tradição, a fim de moldar as ações dos futuros combatentes. Por outro lado, conforme Paulo Miceli (1988), esta abordagem transforma a figura do herói como se ele fosse sujeito único, e exclusivo, para o processo histórico. Portanto, era necessária a aproximação do herói com a figura divina. Segundo Luis Alberto de Cuenca:

Individuos marcados por el hierro candente de la desmesura, gigantescos en la Victoria y enormes en el sufrimiento, los héroes tienen que aceptar la precaria existencia del símbolo y del arquetipo. Y es que no existen: solo representan, son el espejo de cuanto hay en nosotros de superior, de divino. (CUENCA, 1991, *apud* ROCHA, 2015, p. 23)

O herói é um arquétipo, um modelo ideal, o qual é aproveitado em processo de invenção a partir de atos desmesurados, representando o que há de divino no humano. Esses tipos de necessidades criativas “[...] nascem a partir de uma necessidade espiritual ou forma de proteção contra o desconhecido” (ROCHA, 2015, p.23). Na tentativa de construção do herói que se fazia indispensável, recorria-se novamente ao mito de herói Gen. Osório.

Quanto a Batalha do Tuiuti, no Boletim s/n, 24 de maio de 1933, consta: “Para a sua conquista deixou o exército Brasileiro mortos [sic] no campo da honra cerca de 3.000 combatentes, todos filhos abnegados desta estremecida Pátria.”(Boletim, s/n, 24/05/1933. LH-II/1ºRADC,1943, p. 11v). Homens de coragem, os heróis anônimos que serviram a Pátria são lembrados como modelos de soldados abnegados e corajosos:

É hoje uma das mais ditosas datas para o nosso Brasil, para o nosso Exército, para a nossa Arma e para o nosso Grupo. – Para o Brasil, porque nesse dia há 76 anos que se freniu [ilegível] a maior batalha campal da América do Sul –Tuiuti! – cujo o êxito coube gloriosamente ao exército brasileiro contra as tropas paraguaias [...] surge de vários pontos da linha inimiga ondas de assalto comandadas pelos melhores e mais bravos oficiais do exército paraguaio. (Boletim, s/n. 24/05/1942. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 41). [...]. Vendo que as tropas argentinas estão em perigo, vai em auxílio desses nossos aliados, que o recebem sob delirantes exclamações. [...] foram quatro horas de fuzilaria constante, de cargas de cavalaria, trovejar dos canhões e de brados de furia dos combatentes [...] (Boletim, n118. 24/05/1943. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 43v).

A bravura e coragem dos brasileiros, a grandeza da tropa, mas também do general que a conduz, salvador também dos argentinos, são o arquétipo do militar ideal encarnado pelo divino. Dentro dessa rede de representações, o transcendente aparece para estabelecer vínculos com o ser humano mitificado.

Para Mircea Eliade, “o nosso mundo é um Cosmos, qualquer ataque exterior ameaça transformá-lo em Caos. A vitória de Deus contra o Dragão é a vitória contra o Caos” (ELIADE, 1992. p. 42). Em virtude dessa concepção, o arquétipo do herói é uma forma de (re)estabelecer a ordenação militar, possibilitar o entendimento desse vínculo religioso que encoraja, embebeda o militar, de valores de com a finalidade de organizar o caos, para o qual é chamado em épocas de guerra.

Em 1940, como já explicitado, também não houve um boletim de comemoração referente à data de aniversário do 4ºGACav-II/1ºRADC. Nesse ano temos o registro de que entre 21 de março e 14 de junho, o comando do agrupamento trocou por três vezes e o comandante esteve ausente no 4ºGACav-II/1ºRADC por, pelo menos, duas vezes no período.

A fonte não fornece nenhuma pista dos motivos das trocas de comando sucessivas, porém era o período da segunda guerra mundial, e, portanto uma época de muitas movimentações entre os militares, mesmo que ainda, até esse momento, o Brasil não houvesse declarado guerra.

Observamos nos enunciados presentes nos registros do LH-II/1ºRADC que rememoram o 24 de Maio, aniversário da unidade, a conexão com o heroísmo de Osório, patrono da cavalaria, marcado pelo viés religioso. A seguir, discutimos as narrativas sobre o passado presentes nas comemorações do Dia do Soldado.

### **2.3.2 A Representação do Herói e o Dia do Soldado**

O dia 25 de Agosto é comemorado o Dia do Soldado. Esse dia foi assim estabelecido a partir de 1923<sup>56</sup>, como homenagem ao nascimento de Luis Alves de Lima e Silva, conhecido como Duque de Caxias, nascido nessa data. Castro (2000) afirma que a trajetória de Luis Alves de Lima e Silva no Exército foi muito importante, mas ele não foi considerado no início da República, tão popular quanto General Osório.

Nos primeiros anos republicanos (1889 a 1923) o nome de Caxias não foi utilizado no empreendimento da construção de heróis militares, vinculados à invenção da tradição republicana. Segundo Castro (2000), em 1923 surgiu uma proposta dentro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de uma data para comemoração dos feitos de Caxias. A partir de 1925, as solenidades militares dedicadas a Caxias passaram a ser também dedicadas ao soldado, de forma genérica.

De acordo com Adriana Barreto de Souza, (2004) nascido em 1803, Luis Alves de Lima e Silva<sup>57</sup>, era o primogênito de uma família tradicional portuguesa que havia prestado serviços a coroa brasileira, durante o período regencial<sup>58</sup>, mas que teve sua ascensão após este período e principalmente após a Revolução Farroupilha, que ocorreu no Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845.

---

<sup>56</sup> Oficialmente, somente após 1925, a partir do Aviso Ministerial n º366.

<sup>57</sup> Souza (2004) afirma que somente em 1949, após a inauguração do panteão construído para ele na Avenida Presidente Vargas (na cidade do Rio de Janeiro, em frente ao Ministério da Guerra) é que Caxias passou a ser festejado como patrono do Exército brasileiro, porém a escolha de Caxias como Patrono do Exército só se deu oficialmente em 1962.

<sup>58</sup> Como explicamos no primeiro capítulo, nesse período, o militar que assim o fazia, recebia as graças da Coroa.

A preocupação do Exército era encontrar um meio de associar o soldado à imagem de Caxias, como um exemplo de lealdade. Para Castro (2000), a partir daí as virtudes pessoais de Caxias passou a ser lembradas em cerimoniais oficiais, conectando-o a figura do soldado, base estrutural de todo o Exército. As solenidades enfatizavam, principalmente, a participação de Caxias em prol da unidade nacional. Preocupação recorrente a partir da década de 1930, em franco processo de centralização do poder político e fortalecimento do Exército.

No LH-II/1ºRADC, existem dois boletins referentes a comemorações do 25 de Agosto. O primeiro deles é de 1941, período em que o 4ºGACav já havia sido mudado para 1ºRADC. Comum na ação política de governos, Getúlio Vargas se utilizou constantemente de figuras e símbolos exemplares, de acordo com Gildson Nascimento Pereira Vieira (2017). Além disso, como salientou Carlos Versiani dos Anjos (2009), esse período é caracterizado pela forte atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o qual fiscalizava e censurava a imagem de Vargas, como também contribuía para o fomento do autoritarismo e do nacionalismo.

O governo de 1930 a 1945 se utilizou diversas vezes da História *Magistrae Vitae*, uma história que é escrita como exemplo de vida, daquilo que se pode ou não se pode fazer, contribuindo para com o fortalecimento do poder político, principalmente se considerarmos as ações em conjunto com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e as próprias forças armadas. Vieira (2017) aponta que o Varguismo procurava estabelecer uma política de uso do passado para a construção da memória, no intuito de forjar um novo cidadão que estivesse mais afinado com o nacionalismo e Caxias servia a esse propósito devido a construção de sua imagem que vinha, desde 1923, como o pacificador das revoltas que ocorreram no país, no século XIX.

Em boletim do dia 25 de Agosto de 1941, observamos resquícios dessa forma de pensar a política, transportada para a caserna, para o mundo do soldado. Importante ressaltar que o culto a Caxias, iniciado em 1923, tomou fôlego a partir de 1941, com a presença dos presidentes da República nas comemorações: “Nos anos anteriores, os presidentes da República não compareciam à cerimônia. Outra novidade foi a presença dos cadetes da Escola Militar, que receberam seu novo estandarte das mãos de Vargas” (CASTRO, 2000, p. 109).  
No boletim de 1941

[...] nascia Luiz Alves de Lima, Futuro Duque de Caxias, que mais tarde deveria ser o maior dos generais brasileiros. Homem dotado de sólidas qualidades morais, de enorme capacidade de ação e espírito de sacrifício,

aliados a uma profunda inteligência o grande general, o patrono do nosso exército, se impôs perante o povo brasileiro e sul americano como um estadista inteligente e soldado padrão. Toda a sua vida foi dotada exclusivamente para a pátria, conquistando para ela, com sua espada invencível, um manancial de glórias que muito enaltece as páginas da nossa história (Boletim, 25/08/1943. LH-II/1ºRADC, 1941, p. 39 e 39v).

Nesse boletim estão evidentes as qualidades de um herói que, mais do que lutar, sabia se sacrificar era mitificado, divinizado. Porém, essa descrição tem um paradoxo, porque, também o aproximava dos soldados, o tornava mais humano, de acordo com Castro (2000). Caxias era o representante da unicidade do país. Para Castro (2000), a escolha de Caxias como herói e bem mais tarde, patrono, o colocava como o principal representante e “protótipo das virtudes militares” (CASTRO, 2000, p. 6), o maior exemplo militar da caserna. No Boletim comemorativo de 28 de Agosto de 1943, Caxias esta posto como:

[...] um constante incitamento de audácia, espírito de ordem e decisão, coragem pessoal, capacidade de sacrifício, firmeza, desinteresse, calma, sentimento do dever que tantas vezes o caracterizou como homem de guerra, [...] Camaradas! Quando no correr dos exercícios estafantes, o cansaço nos desanimar e o desalento acabrunhador se insinuar no vosso ânimo, reagí, lembrando-vos de Caxias, nas campanhas do Uruguai, doente e assoberbado de trabalhos, mas sempre inflamado de mais saudável entusiasmo, patenteando, invariavelmente, a mais resignada conformação [...] (Boletim, 25/08/1943. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 39 e 39v).

Mostrar um Caxias, um herói em sofrimento e dificuldades, aponta para a união entre os soldados e a nação. Castro (2000) afirma que este Caxias, mito humanizado, foi importante para unificação do exército, fortalecê-lo e, ao mesmo tempo, estabelecer uma identificação para além do soldado, com todos os brasileiros. Com o Exército mais forte, era possível ao governo brasileiro, de acordo com Castro (2000), o fortalecimento de seu projeto. No mesmo Boletim, segue:

Soldados! Se o destino nos levar aos campos de batalha e o pago da peleja fizer surgir em vossa imaginação, o pessimismo, a falsa possibilidade da vitória, evocai a imagem de Caxias, sempre cheio de fé e de amor pátrio, para ela vos desperte a mais viva esperança nos destinos do Brasil, berço perpétuo do vencedor nunca vencido. Eis aí, os motivos porque o Exército colocou em suas mãos a bandeira da Pátria, a fim de que a erga bem alto, como que a concitar aos soldados do Brasil Novo, a vitória-esmagadora, sobre as forças elementares da barbaria, que levadas por paixões de loucos irresponsáveis ameaçam a marcha do futuro brasileiro. Soldados do Brasil, sabeis que a mais expressiva das homenagens que podeis prestar ao Duque de Caxias, o grande herói tranquilo, é evocar o seu espírito de disciplina, a

sua capacidade de sacrifício, a sua resignada conformação, firmando-vos do propósito de toma-lo como exemplo (Boletim, 25/08/1943. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 39 e 39v).

Os feitos do General Caxias, conforme a citação acima, apontam para a preocupação com a disciplina, em meio a guerra que ocorria na Europa, e em torná-lo o padrão da lealdade militar. Por meio de Caxias era possível, na caserna, estimular a ação disciplinar direta.

A ênfase no adestramento militar (FOUCAULT, 1987) que deveria funcionar no interior dos quartéis, se intensifica no momento em que é necessário prontificar estes homens para a defesa da Pátria, principalmente após a entrada do Brasil na 2ª Guerra.

Além da preocupação com a formação do soldado, em busca de sua lealdade perante o Exército, era necessário também estabelecer um vínculo desse militar com a Pátria. Esse empreendimento está presente nas comemorações alusivas ao dia da Bandeira Nacional, discutidas a seguir.

### **2.3.3 Dia da Bandeira no 4ºGACav-II/1ºRADC: 19 de Novembro.**

A Bandeira Nacional republicana foi instituída pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889. De acordo com Carvalho (2017), com a Proclamação da República foram reafirmados, construídos e reconstruídos diversos símbolos em busca de uma legitimidade para o novo regime. A Bandeira Nacional foi um deles. Por meio desses símbolos, segundo Carvalho (2017) foi possível “formar as almas”, uma vez que o povo, em sua grande maioria, não esteve informado e não decidiu pela troca do regime político, mas precisava reconhecer a legitimidade dele.

No LH-II/1ºRADC, do 4ºGACav-II/1ºRADC, existem 12 registros em Boletins, inteiros ou parcialmente, dedicados ao Pavilhão Nacional. Como elemento indispensável para as atividades cerimoniais e comemorativas, todos os anos a bandeira é citada nessa fonte. Porém, é na narrativa dos boletins comemorativos que encontramos como os comandantes do regimento faziam uso dela.

Nos enunciados referentes a Bandeira Nacional, o primeiro registro é do Boletim do dia 24 de maio de 1930. É mencionada na comemoração da vitória na Batalha do Tuiuti: “A bandeira triunfante do Brasil era como que um aceno de coragem e de fé da Pátria



estremecida” (Boletim, s/n. 24/05/1930. LH-II/1ºRADC, p. 5). Em 1931, no dia 19 de novembro, consta no boletim o seguinte:

Esta Bandeira, símbolo da nossa muito amada Pátria, este [ilegível] “Lábaro estrelado que de frente de nossos [ilegível] antepassados peregrinou pelo Uruguai, Argentina e Paraguai destemidos; libertando-os; triunfando hoje em ápice de um mastro, relembra-nos um passado de tradição e glórias inúmeras e inspira-nos uma dedicação fanática ao nosso Brasil estremecido, uma fé inabalável no civismo da nossa raça, civismo que ainda não enfraqueceu nem enfraquecerá jamais, tivemos o exemplo em outubro do (ano passado) civismo que no futuro (oxalá que tem muito pois que a guerra é maior desgraça para as nações) repetirá as belas páginas de uma história militar de que tanto nos orgulhamos fitando a uma idolatrada Bandeira [...] recordamos a epopéia dos heróis da Copacabana cada qual com a sua fração da Pátria integrada no conjunto, marchando para a morte “espiando o crime, de ter criado um sonho e amado uma bandeira” [...] Caros comandados aos nossos heróis frutos de nossa veneração, com o pensamento nos seus feitos que tão alto elevaram o nosso valor militar, prometamos que ao nosso idolatrado pavilhão não faltarão nunca, o nosso amor, a nossa dedicação, a nossa coragem abnegada (Boletim, s/n. 19/11/1931. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 7v e p.8).

O trecho acima usa como âncora a enumeração de acontecimentos construtores da história nacional. Apresenta referência às lutas por território e pela definição das fronteiras com os países vizinhos, investindo no fervor apaixonado pela Bandeira ter tremulado diante daqueles que, na ocasião, eram inimigos da nação. Faz alusão ao civismo, mencionando a Revolta do Forte de Copacabana, de 1922, e solicita que os militares do regimento dediquem sua vida à Bandeira, à Pátria.

Para Carvalho (2017), a intenção republicana era formar, forjar a legitimidade do governo que se iniciava e estabelecer um vínculo diferente com as classes populares. Porém, afirma que a forma que o regime que se organizou não permitiu que as classes populares tivessem uma participação de forma ativa, se não por mecanismos de subversão aos poderes constituídos, questionando-os com suas ações, que não necessariamente era o voto, mas a insurreição, que muitas vezes tomava o caminho de desunir o país.

Além disso, por meio do culto à Bandeira, se enfatiza o apego a tradição, característico de organizações militares, e do 4ºGACAv. Sobre isso, no Boletim do dia 18 de novembro de 1933, observamos:

Diante do símbolo glorioso da Pátria brasileira acabastes de proferir o sagrado juramento exigido daqueles que se voltam à defesa do país e das suas instituições. Com gestos [ilegível] e palavras simples, traçastes neste momento, um [ilegível] sublime da maneira pela qual vos propostes a

cumprir o dever de todos o mais sagrado que é o de um cidadão-soldado para com a sua Pátria, prometendo a própria vida em holocausto, nada reservastes para vos mesmo além da íntima convicção de que o sacrifício da vida pela Pátria da qual constitui a suprema [sic] glória que aspiram a todos aqueles que abraçam a carreira militar. O Brasil é grande mesmo em sua extensão territorial, mas precisa ser maior na sua maior grandeza imaterial e este desiderato será atingido quando todos os seus filhos e nós especialmente, tivermos por único lema na vida aquele [ilegível] o qual a Pátria vos acena a cada instante “ordem e progresso” cumprais rigorosamente o juramento que acabais de proferir e a Pátria ser-vos-á eternamente reconhecida. abnegada (Boletim, s/n. 18/11/1933. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 12v e p.13).

A imolação do militar em favor da Pátria, do território e das instituições, dentre elas o Exército, parecer ser necessária para modelar um cidadão, identificado com os valores da nação. Carvalho (2017) assinala que o nascimento da República e a construção de seus símbolos nacionais, dentre eles a Bandeira, tinha o objetivo de idealizar uma comunidade política unificada em torno de uma História e de valores culturais que a legitimassem. Para Castro (2007), a condição de fortalecer os vínculos dentro de uma organização militar está na identificação com os valores com o espírito de corpo, as agruras, os sofrimentos físicos e morais que militares passam juntos, por meio dessas vicissitudes é que constroem laços que acabam por fortalecer a instituição.

Como salientamos até aqui nossa preocupação foi compreender como a unidade militar se utilizou da memória, da invenção das tradições, do culto aos heróis e símbolos para moldar os seus militares, a partir dos registros do LH-II/1ºRADC.

Neste capítulo abordamos o uso da memória e a invenção da tradição, voltadas a um passado idealizado, o qual buscava aproximar a formação do militar do 4ºGACav-II/1ºRADC de uma representação de militar, ora vinculado a Osório, o tarimbeiro divinizado; ora vinculado a Caxias, o leal unificador e pacificador.

No capítulo seguinte, analisamos a construção da masculinidade militar, a partir das narrativas existentes no LH-II/1ºRADC.

### **3. HOMENS E MASCULINIDADES: A FORMAÇÃO DOS SOLDADOS DO 4ºGACav-II/1ºRADC**

Nesse capítulo discutimos a (s) masculinidade (s) idealizadas ou forjadas para e no 4ºGACAV-II/1ºRADC. Para isso, analisamos no LH-II/1ºRADC de 1943 as atividades desenvolvidas pelos integrantes desse agrupamento. Esses registros nos mostram quais funções os militares deveriam estar aptos a realizar. Nosso exame está voltado a compreensão das possíveis masculinidades moldadas e/ou pretendidas para esse soldado, protetor da pátria e defensor das fronteiras.

Em primeiro lugar discutimos as noções conceituais de masculinidade hegemônica e masculinidades, assim como o de virilidade. Conceitos utilizados para a compreensão e análise das fontes. Em seguida, nossa preocupação é sobre a masculinidade que foi desejada e cobrada desse efetivo militar, por meio da análise de vivências do cotidiano do quartel, descritas no livro registro. E, por último, nos atemos aos enunciados relativos à solenidade de despedida da caserna, relativas a esse homem militar, disponíveis no LH-II/1ºRADC. Em virtude dessa preocupação destacaremos principalmente os registros de formação de turmas e de dias de instrução, existentes nos boletins do 4ºGACav-II/1ºRADC, todavia não estamos alheias aos demais boletins que contribuem com o esquadramento das masculinidades idealizadas para os que passavam por aquela unidade militar.

#### **3.1 Masculinidade Hegemônica e Masculinidades.**

Um dos primeiros textos a fazer o questionamento sobre distinção entre sexo e gênero foi o livro “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir (1949), a partir da frase: “não se nasce mulher, torna-se”. Ou seja, não é o destino biológico que caracteriza o ser mulher na sociedade, mas a cultura estabelecida na sociedade em que se insere. Nesse período, os estudos sobre sexo, que contrapunham Beauvoir, ancoravam seu entendimento de que o sexo era dado pela natureza e que era a partir desta que se desenvolviam papéis distintos para homens e mulheres.

Para essa autora o ser homem ou o ser mulher é uma ação da cultura porque o ser é construído a partir da relação entre história, sociedade e política, dadas as condições culturais que os indivíduos experienciam, ou são forçados a experimentar. Portanto, de forma lenta

aquele é moldado pelas ações da cultura onde se insere, torna-se o “homem”. A teoria de Beauvoir contribuiu para pôr em causa a naturalização da condição social de mulheres e homens.

Para Joana Maria Pedro (2005) os estudos feministas foram os primeiros a problematizar a produção de conhecimento que desconsiderava as desigualdades de gênero. De acordo com Márcio Ferreira de Souza (2009), foi só após os anos 1960 que os primeiros trabalhos sobre as categorias “homens” e “masculinidades” começaram a questionar como o gênero tem sido construído ao longo dos anos.

Fernando Bagiotto Botton (2013) afirma que os estudos de masculinidades estão atrelados aos questionamentos sobre a consideração dos papéis sexuais como sendo inquestionáveis e naturais, até a metade de século XX. Para esse autor, todavia, esses estudos se aprofundam, quando se colocou em xeque a categoria “mulher”. A partir de então, os estudos voltados para as masculinidades, e as feminilidades, relacionam a construção de “homem” e de “mulher” pela ação cultural da sociedade onde eles e elas se inserem.

Karen Giffin (2005), a qual contribui com uma relação de estudos e debates sobre a inserção dos homens nos estudos de gênero, afirma que na década de 1970 haviam discussões sobre masculinidade a partir da perspectiva de não existência de blocos homogêneos na construção das relações homens/mulheres. A autora argumenta que os estudos sobre homens e masculinidades são “[...] também produto dos estudos gays, o conceito de masculinidade hegemônica sugere que são grupos específicos de homens, não os homens em geral, que são oprimidos no âmbito das relações patriarcais sexuais” (CARRIGAN, CONNELL & LEE<sup>59</sup>, 1987 *apud* GIFFIN, 2005, p. 50).

Ainda dentro do espectro dos estudos sobre homens e masculinidades, na década de 1980, “Kaufman aponta que os homens são marcados e brutalizados pelo mesmo sistema que os dá seus privilégios e poder” (*apud* GIFFIN, 2005, p. 49). Nessa década, esses estudos ainda estavam ligados a concepção de violência contra si mesmo, e pouco preocupados com uma análise relacional de gênero. Como afirma Giffin (2005), os estudos na área demonstravam mais as tensões entre o ser “macho” e o ser “masculino”.

Dentro dessa ótica temos, na década de 1980, os estudos de Tim Carrigan, Robert Connell e John Lee (1985), no artigo intitulado *Towards a New Sociology of Masculinity*, no qual apontavam que um modelo de masculinidades era fruto de múltiplas relações de poder,

---

<sup>59</sup> Robert Connell após 1997 iniciou o processo de transição de gênero, atualmente assina sua obra como Raewyn Connell. Algumas de suas obras foram reeditadas com o nome.

entre homens e mulheres e entre os próprios homens. Esses autores tentaram demonstrar que o sistema definidor de papéis de sexo/gênero dentro da sociedade não resultava somente em opressão para as mulheres, mas também entre os próprios homens, os quais poderiam, ou não, praticar o papel de opressor.

Nos anos 1990, abordagens teóricas, a partir de Joan Scott (1990), passaram a discutir gênero como categoria de análise, buscando entender de forma crítica como a percepção pela divisão binária acabava por justificar sistemas e relações de opressão, sobre aqueles que não aceitavam enquadrar-se dentro de concepções fixas e únicas de feminilidade e de masculinidade. Sendo assim, os estudos de gênero passaram a considerar a existência tanto das feminilidades quanto das masculinidades, criticando a percepção de uma única forma de ser mulher e uma única forma de ser homem.

Até então a discussão estava centrada numa ótica em que a masculinidade era resultado de uma prática opressora de homens, uma cultura naturalizante que demandava o espaço público para os homens e os espaços privados para as mulheres. Michelle Perrot afirmou que as mulheres “[...] estão a maior parte do tempo ausentes desses lugares públicos,” (PERROT, 1995, p. 14). Isso porque esse espaço do público era considerado o espaço da atuação política, das guerras, do Estado, surgido com as monarquias nacionais na Idade Moderna, a partir de século XV, mas principalmente bem caracterizado no século XVIII, com a ascensão do pensamento iluminista e da sociedade burguesa.

Contribuindo com a afirmação de Perrot (1995), Elizabete David Novaes (2015) afirma que a condição de gênero das mulheres foram naturalizadas ideologicamente como as atuantes na esfera doméstica. Estava para as mulheres, a partir do século XVIII, a função, fixada na natureza, de dar a proteção e o afeto, educar para a demanda e desenvoltura de papéis sociais relacionados à família, enquanto aos homens caberia o lugar desvirtuado, da liberdade, da rua, da guerra, onde se devem ultrapassar limites. Essa separação era, como afirma Novaes (2015), dada como relativa a natureza, a partir do século das luzes, principalmente. Segundo essa pesquisadora:

Na sociedade burguesa ocorreu a separação entre os locais de produção e consumo, situando formalmente o homem na fábrica e a mulher no espaço doméstico, sendo tal divisão justificada por um discurso biologizante que naturalizou papéis sociais de forma sexuada, atrelando a mulher ao estereótipo da reprodução, dos sentimentos, da intimidade e o homem ao cérebro, à inteligência, à razão (NOVAES, 2015, p. 5).

Formalmente, porque apesar de haver uma separação biologizante, como afirma a autora, a partir da ascensão dos estados nacionais, do desenvolvimento da sociedade burguesa, a preocupação era com os papéis desempenhados por homens e mulheres, e de uma forma dicotômica e complementar. Como aponta Perrot (1995), esses papéis não eram tão fixos, apesar de um desejo de fixá-los.

Novaes (2015) usa o termo estereótipo para refletir sobre os papéis sociais criados de forma dicotômica, e fixadas entre público e privado: feminino e masculino. Nessa reflexão a sociedade passou a escamotear o fato de que eram relações permeadas pela cultura e resultantes de estratégias de negociação, persuasão e coerção.

Como Perrot (1995) afirma, essa divisão não garantiu a ausência de mulheres no espaço público. Todavia, havia/há, cartesianamente, uma organização dessa dicotomia para justificar, amparar uma narrativa que estabelecesse as fronteiras simbólicas que davam/dão plausibilidade para a concepção de virtude, e (des)virtude, patrocinada pela teoria naturalizante de que existem qualidades e atribuições específicas para homens e mulheres, os constituindo enquanto tal.

Acrescentando a esse debate, os estudos sobre masculinidades na década de 1990, passaram a ter a tônica de que o homem era não só detentor das possibilidades de romper as virtudes, e de exercer a violência devido a sua força física, mas também, era o vetor que podia exercer pressão e violência sobre si mesmo, devido às condições normativas.

A condição de pressão vivida por esse sujeito, não ocorria por ser ele um homem “naturalmente programado”, mas porque precisava manter uma condição de dominância, dentro de uma concepção cultural, em que se esperava que ele fosse violento, entre outras atitudes. Essa foi a tese defendida por Pierre Bourdieu, no livro “Dominação Masculina”, originariamente publicado em 1998. Segundo Bourdieu:

Os atos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre os dominantes e os dominados, que a magia do poder simbólico desencadeia, e pelos quais os dominados contribuem, muitas vezes à sua revelia [...] aceitando tacitamente os limites impostos, assumem muitas vezes a forma de emoções corporais [...] ou de paixões e de sentimentos [...]; emoções que se mostram ainda mais dolorosas, por vezes, por se traírem em manifestações visíveis, [...], e outras tantas maneiras de se submeter [...] ao juízo dominante, ou outras tantas maneiras de vivenciar [...] a cumplicidade subterrânea que um corpo que se subtrai às diretivas da consciência e da vontade estabelece com as censuras inerentes às estruturas sociais (BOURDIEU, 2012, p. 51).

Nas palavras desse sociólogo, a violência simbólica consiste numa ação complexa, própria das relações culturais e de poder, estabelecidas dentro de uma sociedade, e que é compartilhada por todos e todas que nela vivem. Em outras palavras, a dominação masculina é aprendida por homens e por mulheres, estes a absorvem inconscientemente. Quando a sociedade naturaliza os comportamentos sociais de homens e mulheres, torna essas atitudes válidas e reproduz essa naturalização de dominância masculina. Nas palavras de Bourdieu, “[...] os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais” (BOURDIEU, 2012, p. 46).

No início do século XXI, Robert Connell e James W. Messerschmidt (2013) retomam o debate sobre o conceito de Masculinidade Hegemônica, o qual havia recebido diversas críticas, desde a década de 1980. No texto “Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept”, publicado em 2005<sup>60</sup>, Connell e Messerschmidt, apresentam a Masculinidade Hegemônica como o resultado de práticas que buscam a padronização de ações reais dos indivíduos, os quais permitem a dominação sobre mulheres e ao mesmo tempo suprimem, subalternam as demais masculinidades que não estão dentro dessas práticas.

Em outras palavras, a Masculinidade Hegemônica é resultante de relações de poder, dentre elas as sexualidades chamadas periféricas, pois, por ser uma prática cultural ela é construída, corrigida para que refute as práticas não desejadas, àquele que precisa se diferenciar de outrem por ser/para ser um homem. Desse homem é cobrado que seja destemido, confiante, independente, racional, profissionalmente realizado e competente, entre outros atributos tais como arrogância, violência e autoritarismo. Um corpo alinhado com uma representação datada, no tempo e no espaço, e que pode ser normativa heterossexual, dependendo dessas condições.

Além disso, Connell e Messerschmidt compreendem a Masculinidade Hegemônica como uma dentre várias outras masculinidades. Nesse caso essa conceituação nos é útil para entender que as representações sobre militares, em busca de uma padronização, são diferenciáveis das demais masculinidades que os homens de carne e osso poderiam ter no interior da caserna.

---

<sup>60</sup> Este artigo foi publicado originalmente na revista *Gender & Society*, v. 19, n. 6, p. 829-859, Dec. 2005.

A partir dessa consideração, tratamos as masculinidades sempre no plural pensando em sua diversidade. Porém, ao tratarmos da representação de uma masculinidade militar o faremos no singular, porque entendemos que existia uma busca por um padrão, relativo ao *ethos* militar, uma masculinidade hegemônica. Isso porque a instituição, por meio de seus códigos e normativas, bem como pela ação hierárquica, pretende o controle do corpo e a uniformização dos gestos, e, principalmente, o treino para assunção de capacidades militares específicas. Essas ações são premissas na busca pela construção do modelo do homem hegemônico buscado pelo Exército.

O que não significa dizer que todas as masculinidades existentes no Exército sejam iguais, porém há uma negociação, um desejo de alçar degraus da hierarquia militar. Para conquistar esse intento os militares precisam demonstrar certa afinidade com o padrão normativo desejado e buscado pela instituição, o qual, por sua vez, pode variar conforme o período histórico.

Entendemos o *ethos* militar como o “modo de ser” dos militares, uma identificação que os diferenciam tanto na hierarquia quanto em relação aos civis. O *ethos* militar pode ser entendido como o “espírito militar”. A partir de Celso Castro (2004), compreendemos que esse espírito é o resultado do processo pelo qual militares internalizam, apreendem os valores, as atitudes e os comportamentos que a instituição julga adequados à vida na caserna, às suas tradições culturais, ou seja, a uma “maneira militar de agir” e de estar enquanto militar, seja na ativa ou na reserva.

Esta maneira de ser/estar própria de militares está associada a ideia de virilidade, práticas, posturas, comportamentos que tendem a determinar um homem viril. A virilidade tanto pode ser associada aos aspectos físicos e corpóreos, quanto a códigos e valores que, como salientou Jean-Paul Bertaud (2013), instrumentalizam o corpo do indivíduo. Para esse autor a virilidade é inculcada desde a entrada na caserna, por meio dos exames médicos, até a prática dos exercícios físicos, pois “Marchar, a coisa mais simples na vida civil, torna-se nos campos uma arte complexa que necessita de grande atenção e um excesso de energia para alcançar a leveza desejada.” (BERTAUD, 2013, p. 84).

A esse aspecto soma-se a preocupação com a saúde, a higiene, o molde da aparência, tanto da farda quanto do corpo. E mais, para esse autor a “[...] virilidade do civil é o dom da vida, a do militar é a busca da morte” (BERTAUD, 2013, p. 195), isso porque ser viril compreende a busca pela vitória, pela glória da nação, a desafiar a morte, e para isso prepara



seu corpo para todo tipo de violência, pois para ser vitorioso ele precisa de “[...] rapidez e ausência de sentimentos” (BERTAUD, 2013, p. 195).

Compreendemos que as atividades desenvolvidas dentro de instituições militares, pelas regras, disciplinas, hierarquias, mais do que formar o sujeito militar, a semelhança da instituição que representa, também, diferencia este sujeito de outros homens, dos civis. Isto porque, as relações de poder que forjam esse militar, não necessariamente são iguais as que forjam outros homens, em outras instituições. Portanto, nessa perspectiva está incluso a perspectiva plural de gênero, uma vez que, para Judith Butler (1998), não há uma única masculinidade e nem um binarismo no que se refere às identidades de gênero.

Para Butler (1998), a sexualidade, a virilidade, as masculinidades, as diferenças de gênero, são construídas e significadas pela cultura vivenciada pelos sujeitos, a partir de marcações que normatizam uma determinada masculinidade, dependendo das relações que os sujeitos estabelecem ou precisam estabelecer ao seu redor. Assim, esta capacidade de agir de acordo com preceitos e regras pode ser considerada um meio de prova de detenção de uma masculinidade, definida para determinado período, lugar e/ou grupo.

Para Elizabeth Badinter (1993) a masculinidade viril é demonstrada por atividades que envolvem risco, o ardor e medo da passividade, pois estas características contribuem para fabricar o homem: “A masculinidade é conquistada no final de um combate "contra si próprio" que não raro implica a dor física e psíquica” (BADINTER, 1993, p. 70).

Para entendermos como se processava a busca por essa masculinidade viril dentro do 4ºGACav-II/1ºRADC, recorreremos aos registros que detalham as vivências, o cotidiano na instituição.

### **3.2 Ser um Militar na Fronteira**

Como salientamos no primeiro capítulo, os militares do 4º GACAV-II/1ºRADC faziam treinamentos para reconhecimento da topografia, do território geográfico, dos rios e florestas, do trato com o cavalo, de armamento e tiro, etc. Como uma unidade de fronteira, que tem por principal função a preocupação com a defesa do território, ter esse conhecimento era primordial.

Sobre esse militar da fronteira, os relatos do General Dionísio Cerqueira, presentes no livro “Reminiscências da Campanha do Paraguai” (1980), o qual lutou na guerra da Tríplice

Aliança, nos ajudam a compreender as vivências e dificuldades experienciadas por militares nessa região. Os militares do 4º GACAV-II/1ºRADC enfrentaram durante a sua formação e/ou atuação, situação semelhante. Nas palavras do General Cerqueira:

Meu reiúno azulego um dia afrouxou; e fiquei na retaguarda com a cauda dos retardatários. Cheguei ao acampamento puxando-o pela arreata, fatigado porque ele não cabresteava bem, e molhado até os peitos pela água dos banhados cheios que passei a pé (CERQUEIRA, 1980. p. 85).

Por meio desse relato fazemos um exercício de reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelo exército aliado, principalmente o brasileiro, que em sua grande maioria, se constituía de homens não forjados para a batalha, muitos menos para uma guerra em um território desconhecido, como salienta o General, com muitos obstáculos e dificuldades.

É nesse espírito de formar militares preparados para situações hostis, tais como essas, que foi se ampliando a preocupação do Exército Brasileiro com a profissionalização dos militares, e que estava em pleno processo entre 1926 e 1943. Houve, em certa medida, a revalorização do tarimbeiro em consonância a definição de postos, hierarquias e procedimentos com vistas a profissionalização.

Esse militar tarimbeiro, já aqui discutido, possuía características importantes para a compreensão da formação de uma masculinidade hegemônica. O General Cerqueira (1980) relata que fez reconhecimento do território somente no momento das batalhas que travou.

E, como em um laboratório, os quartéis militares, e o 4ºGACav-II/1ºRADC, eram os locais da ação, da obtenção da experiência no período de paz. Onde militares aprendiam sobre as dificuldades enfrentadas pelos heróis, descritos nos boletins, e ao mesmo tempo vivenciavam, durante os treinamentos de campo, uma quantidade diversa de saberes e fazeres. Saberes e fazeres compreendia o reconhecimento dos territórios, habilitação para planejamento, estabelecimento de vínculos com outros homens que soubessem fazer o mesmo de formas diferentes e em territórios variados, com equipamentos também diversificados.

Dois anos após a chegada dos militares ao quartel, observamos diversas situações de reconhecimento tático:

A fim de cumprir a missão que lhe foi confiada a Bia deslocou-se nessa data [21] de Santo Ângelo em direção ao rio Ijuhy, pela vila Rio Branco e estacionou na margem direita do arroio Leão. (Anotação, 21/01/1928. LR, 1943, p. 3).

Continuando a resolução de um tema tático a Bia deslocou-se nesta data do arroio Leão para Villa de Ijuhi onde pernoitará. (23/01/1928. LR, 1943, p. 3).

Prosseguindo na resolução de situações táticas a bateria seguiu e estacionou no dia 23 na região do Fachinal a 24 atingiu a estância Licínio e aí estacionando; a 25 a Bia atingiu a cidade de Cruz Alta onde estacionou na Invernada do 6º R.A.M. (Anotação, 25/01/1928. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 3).

Fazer o deslocamento entre Santo Ângelo e Cruz Alta (RS), passando pela região descrita na citação, equivalia a percorrer cerca de 95 km em cinco dias, uma média de 19 Km por dia. Essa distância diária poderia ser feita a pé em cerca de três horas, e a cavalo de uma a três horas. De Santo Ângelo até as proximidades do Arroio Leão, distância de cerca de 35 Km daria aproximadamente sete horas a pé, ou entre duas horas e seis horas a cavalo, conforme o tipo de andadura escolhida pelo cavaleiro militar<sup>61</sup>.

Uma bateria militar corresponde a um grupo de 100 a 200 homens. Considerando que a Bateria precisava levar consigo armamentos, utensílios, provisões, dentre outros materiais, esse militar estava treinando seu corpo para reconhecer os limites físicos e a manipular esses limites para efeitos de guerra. Nesse contexto, seu corpo estava sendo educado para o endurecimento viril frente ao cansaço. Vencer os percursos tinha relação com obediência para o cumprimento das instruções recebidas e ter a coragem para levá-las a cabo.

No deslocamento a cavalo é preciso ainda conseguir estabelecer vínculo com o animal, principalmente, porque o cumprimento fiel da missão podia trazer dados importantes para o comandante do 4ºGACav:

O processo decisório baseia-se nas informações que os comandantes obtêm sobre as dimensões do Ambiente Operacional no qual operam. Sua correta interpretação só é possível se as informações disponibilizadas forem tempestivas, fidedignas, coerentes e precisas. Em geral, essas informações são – ou podem ser – relacionadas ao terreno, o que torna esse elemento da dimensão física um fator primordial para o planejamento e a condução das operações (EXERCITO, EB20-MC-10.209, 2014, p. 10).

No Manual de Campanha (2014), citado acima, observamos a importância para o Exército das atividades e situações táticas, estabelecidas para 4ºGACav em 1928, como descrito nas anotações verificadas em citação anterior. Esse tipo de operação é uma forma de

---

<sup>61</sup> As distâncias calculadas a pé foram baseadas por meio de consulta aproximada pelo Google mapas disponíveis em:<encurtador.com.br/afO56> acesso em 26/ago/2018. Sobre as distâncias/velocidade aproximada com o uso do cavalo ver: <http://www.ipcfex.eb.mil.br/images/manualequitacao.pdf>



Como podemos observar no mapa hidrográfico acima, havia uma quantidade de rios, arroios e sangas que diversificavam as possibilidades de treinamento e o tipo de andadura de militares e seus animais, e conforme o período do ano em que essas áreas eram utilizadas para o deslocamento do efetivo militar. Essa andadura também era influenciada pelos tipos de terreno, pela altitude e pela vegetação.

Como discutimos anteriormente, a região missioneira possuía campos de planalto com planícies fluviais (Anexos, mapa 06), em uma mescla com um relevo denominado de Depressão Central Gaúcha e o com o Planalto das Araucárias (Anexos, mapa 05).

Além disso, os comandantes da bateria deveriam levar em consideração se pretendiam enfrentar maior ou menor intensidade de ventos e umidade (Mapa 4), de acordo com a estação do ano em que estavam em deslocamento, tudo isso a partir do conhecimento sobre a região. Lembrando que essas combinações de água, relevo, altitude e clima interferiam em um deslocamento mais rápido ou menos intenso: no passo, trote, ou galope. Reconhecer a topografia e considerar as altitudes do terreno onde cavalgavam era um tipo de conhecimento que fazia parte das atribuições desses militares.

A região era em grande parte marcada pelo pampa gaúcho, com um latossolo<sup>63</sup> e um nitossolo<sup>64</sup> vermelhos, significando que esses solos quando estão desprovidos de cobertura vegetal formam crostas, situação comum se os animais e seres humanos, realizarem seu percurso sempre pela mesma trilha.

Esses são solos menos suscetíveis a evaporação da água, maior capacidade de erosão, e, por consequência formam mais sulcos e voçorocas (principalmente, o latossolo) fazendo com que estradas e trilhas se tornem de difícil trânsito em épocas de chuvas, principalmente pela possibilidade de relevo ondulado com declives entre dezenas e centenas de metros (EMBRAPA, 1980).

A região missioneira possuía um território diversificado formado tanto por planícies, quanto por áreas de afloramento de sangas, arroio ou rios mais caudalosos; um solo com grande retenção de água; um cenário territorial que podia contribuir para exercícios que iam muito além do reconhecimento do território. Os deslocamentos nessa região de fronteira formavam e reconheciam, acima de tudo, os homens militares, os quais que eram testados, em seu âmago.

---

<sup>63</sup> A água passa por ele de forma moderada, é mais argiloso.

<sup>64</sup> A água se infiltra rapidamente e pode carregá-lo com facilidade, por isso a maior propensão para as voçorocas. Quando seco é um solo quebradiço, quando molhado é um tanto pegajoso.

Enquanto faziam os roteiros das viagens pré-programadas, os militares do 4ºGACav-II/1ºRADC se projetavam em uma formação de terreno, onde não podiam descartar passagem de rios, descida de barrancos, encostas íngremes, trânsito por terrenos alagadiços, enfrentamento a picadas de répteis.

Após um longo percurso, o corpo extenuado pela viagem; pela preocupação com controle do animal; com o peso das munições, e o seu devido acondicionamento; suportando a cavalgada, e até seguindo a pé, quando seu animal precisava de descanso, ou se machucava, ainda precisava ser capaz de montar acampamento.

Hervé Drévilion (2013) analisa a cavalgada realizada pelo guerreiro como uma arte. Uma ciência constituída pela racionalidade que provia o homem pela junção de saberes diversos que o dignificavam, o tornavam homem e militar. Além, da preocupação com a condução correta do animal esse militar precisava considerar a saúde sua e do equino. E carregar o armamento, saber preparar a montaria, saber poupar o animal de possíveis machucados, ou luxações nas subidas e descidas, ao atravessar uma mudança de terreno era mais do que um aprendizado, era moldar o próprio corpo, pois tudo isso era a extensão de seu corpo.

Nas viagens, a alimentação precisava ser regrada, calculada, assim como precisavam definir o preparo e quais os apetrechos de cozinha eram indispensáveis, evitando ocupação de espaços desnecessários e perda de agilidade e eficiência. Assim como o trânsito de remédios, não descartando o conhecimento da fauna que poderia ajudá-los em momento de maior precisão.

Kety Carla de March (2010) argumenta que ao fazer a distinção de corpo masculino, as redes de poderes que fazem efeito sobre ele, nos fazem entender que os limites da honra ultrapassam o perímetro de seu corpo chegando até o corpo feminino. Vamos além, quando entendemos que essa rede de poderes perpassa o cavalo, a vestimenta, o acesso a remédios e a alimentação.

Quando concebemos que as instituições militares são o corpo masculino, e, a Pátria, a nação, é o corpo que precisa de proteção, o feminino, numa relação binarista de gênero, entendemos o enunciado da fonte de uma forma bem mais profunda. Quando ela diz “criar os meios necessários” (Boletim, s/n 11/01/1939. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 30v.) ela concebe esta formação extracorpórea de homem militar que envolve até seus bens móveis.

Cobertas, tendas, forragem para os animais, carroças, carros de transporte de munições, faziam parte do efetivo militar em trânsito. Todavia, nem sempre esse efetivo se

deslocava a cavalo. Em algumas passagens no Livro Registro existem anotações informando que o efetivo se deslocou utilizando o trem.

24 – Prosseguindo na sua marcha a Bateria chegou a Santa Maria as 6 horas tendo sido servido o café as 7 horas e sendo as 7:30 distribuído forragem a cavalhada dentro dos vagões, d’onde partiu as 9:20 horas, chegando em [ilegível] às 15 horas onde foi servido o almoço, seguindo a marcha em direção a São Simão desembarcando e acampando a 8 km de distância da referida estação. (Anotação, 24/02/1934. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 13).

A preocupação com o bem-estar do animal no quesito alimentação, na citação, nos aponta que os cavalos eram mantidos em condições adequadas para a cavalgada. Cuidados por veterinários militares, os relatórios dão conta de que eles estavam em sua grande maioria gordos ou regulares, em perfeitas condições de cavalgada.

Todas essas situações remetem a formação de um soldado subjugado, esquadrinhado, que precisava ter a graça e o garbo de um cavaleiro militar, sem descuidar dos cuidados práticos que estabeleciam o vínculo homem e cavalo, e ainda ser capaz de desbravar uma geografia conhecida somente pelos caboclos missionários. Esses últimos é que conheciam as picadas na mata e os melhores pontos de travessia dos riachos e rios.

Além dos deslocamentos, disputas esportivas também estão descritas no LH II/1ºRADC

maio - 24- em comemoração ao 10º aniversário da criação da unidade foi realizado o seguinte programa: as 8 horas- hasteamento da Bandeira, com formatura geral da unidade; as 8:30 horas- disputa de uma partida de voleibol entre os Sargentos do 4º RCI e 4º GACav; as 9 horas- início das competições atléticas entre os praças do 4º GACav e 4º RCI constando das seguintes provas: corridas 100, 200, 400 e 800 metros, arremesso de peso, dardo e disco, saltos em altura, extensão e com vara; as 11 horas disputa de uma partida de Polo e entre os oficiais; as 14 horas: jogo de futebol entre os grupos do 4º GACav e 4º RCI. (Anotação, 24/05/1936. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 22).

A preocupação com o lazer e o esporte, em uma instituição militar, está ligada à concepção de preparação de um corpo com força, audácia, desprendimento e competitividade. Um indício de preocupação em relação ao fortalecimento e saúde da mente e do corpo. A prática de esportes na instituição militar é uma contribuição ao mundo de representações, pois estabelece nomenclaturas e rituais que fortalecem o ideal de masculinidade desejada pela unidade militar.

Segundo Vigarello (2013), a prática do esporte, em fins do século XIX e início do XX, foi concebida como prática que viria a contribuir para a formação de uma virilidade e expansão da militarização na sociedade, a partir da preocupação com a demonstração de força, dos músculos, do combate e exaltação a guerra.

No próximo item analisamos os boletins que se referem aos discursos de despedida desses homens da caserna.

### 3.3. Narrativas de despedida no 4ºGACav-II/1ºRADC

Os fazeres exigidos a esse homem militar, apresentados no item anterior, nos dão arcabouço para compreensão das representações de masculinidades de personagens históricos, cultuados pelos militares brasileiros: General Osório e Duque de Caxias.

A representação de masculinidade ligada ao Gen. Osório, existente no LH-II/1ºRADC, era de um militar exemplar, que tinha responsabilidade pela tropa sob seu comando, fosse ela brasileira ou aliada. Era o comandante ideal, pois não abandonou o comando nem quando ferido em batalha, por isso amado e respeitado. Um homem de ação, chamado de tarimbeiro, como já dito no primeiro capítulo.

Para Castro (2004), quando um oficial é respeitado pelos seus subordinados ele ascende ao posto de líder: “O ‘líder’ militar também está preso às normas, mas distingue-se do ‘chefe’ por um prestígio específico diante do qual o subordinado ‘se sente arrastado’” (CASTRO, 2004, p. 28). Mais do que isso, esse indivíduo passa a ser o espelho, o anseio dos militares subordinados e o modelo ideal de bom militar. Do ponto de vista da virilidade, temos uma representação de Osório, publicada no Boletim (s/n) de 24 de maio de 1943, com as seguintes palavras:

Mas a honra maior do dia foi do comando do General Osório cuja silhueta, o grande novelista argentino, Manuel Galvez, assim, traçou “o seu aspecto era magnífico”: o peito saliente, o ar do chefe, olhar vasto enérgico e dominador; a fronte erecta. No seu cavalo tordilho, encilhado a moda dos guascas do Rio Grande, lançava no desfile os olhos perscrutadores; e gaúchos e baianos sentiam-se felizes ao ver a fisionomia serena e franca do grande chefe com sua expressão plácida e bondosa. (Boletim s/n, 24/05/1943. LH-II/1ºRADC 1943, p. 43v.).



Os aspectos detalhados no boletim salientam um homem viril, fisicamente e em atitude, mostrando esse gaúcho de Conceição do Arroio (localidade onde nasceu no RS), como um indivíduo da terra, em um apelo ao regionalismo das tradições sulistas. O termo “guascas” pode significar tanto a masculinidade viril, quanto o próprio órgão sexual masculino. Ao narrar em detalhes o corpo, seu aspecto, a altivez, o olhar, mostra um homem ao mesmo tempo enérgico, mas que é também sereno. Esse enunciado reafirma um indivíduo que passou pela complexa arte de tornar-se viril, em outras palavras, foi representado viril aos olhos dos militares do 4º CAGAv-II/1ºRADC, em 1943.

Essa narrativa foi construída como exemplo de um chefe militar que precisava educar, formar seus conscritos a partir desse ideal; apresentou-lhes um militar tarimbeiro, como afirmou Carvalho (2005), porque conheceu e passou pelas dificuldades de uma guerra como a da Tríplice Aliança.

Em relação a rememoração de Duque de Caxias, percebemos algumas semelhanças, mas também algumas diferenças. A partir de um registro do Boletim (s/n), datado de 21 de agosto de 1943:

Soldados do II/1º R.A.D.C, neste momento angustioso que atravessamos é o dever de todo o brasileiro, civil ou militar, recorrer à biografia do grande Duque e procurar haurir nas suas páginas, os estímulos espirituais que delas promanam, porque, na leitura dos feitos do grande pacificador do Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, encontrarão todos, não só um constante incitamento de audácia, espírito de ordem e decisão, coragem pessoal, capacidade de sacrifício, firmeza, desinteresse, calma, sentimento do dever que tantas vezes o caracterizou como homem de guerra, como sobretudo receberão a interativa sugestão do engrandecimento pátrio, pelo fortalecimento da unidade nacional Para que a alma nacionalista resista e vença a angustiosa crise que atravessa a civilização, necessário se torna para que ela se projete grandiosamente no futuro, que cada um de nós brasileiros, do norte, do centro, e do sul do país – nós congreguemos na comunhão do mesmo pensamento, que é a vitória e conseqüentemente o progresso do Brasil. Caxias, não se destacou somente como homem de guerra, sua figura se projeta também fora do cenário militar, empolgando a nacionalidade. Foi estadista de renome e como político, como presidente do conselho, como ministro, como presidente da província, como senador, como deputado, nunca deixou ele de ser principalmente soldado. Homem de vida privada exemplar agia dentro de um equilíbrio perfeito, entre o dever de cidadão, e a solidez de seus conhecimentos profissionais, sempre orientado pela firmeza e energia de suas ações (Boletim, s/n 21/08/1943. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 49v. e 50.).

Esse fragmento, escrito no período da 2ª Guerra Mundial (1939-1945), recorre a representação de Caxias, de forma pedagógica aos militares subordinados enfatizando o ideal

de uma masculinidade viril, assim como vimos anteriormente o fragmento relativo a Osório. O Duque de Caxias representa um modelo de masculinidade hegemônica no interior no Exército, firmada pela representação de um militar que foi bem sucedido nas tarefas de unificador, pacificador e estadista.

Esse ideal de masculinidade hegemônica traz em seu bojo uma preocupação com a demonstração de liderança que sustenta uma posição dominante, diante de outros indivíduos que lhe devem a obediência e deferência. Caxias se enquadrava nesse papel por ser considerado um homem mais hábil que os demais, por ter em seu conjunto de características pessoais a facilidade de negociação e de liderança. Em um período de paz essas características são importantes, para um país, todavia em período de guerra são essenciais. E, nesse papel Caxias, cumpria o que a instituição considerava ideal.

Se por um lado esses militares ouviam predileções sobre as distinções de Caxias, como hábil negociador, por outro lado, também ouviam sobre General Osório, o qual era representado por meio do prestígio e respeito por um coletivo de homens. O Marquês do Herval (Osório) era lembrado pela sua audácia, pelo corpo treinado para reconhecer as possibilidades de usar o raciocínio, por ter a capacidade de se sacrificar quando foi necessário.

A representação de Osório foi bem sucedida, nos boletins anteriores, também, enquanto ideal de virilidade, pois “[...] a força, e resistência ao cansaço, a aptidão para superar o sofrimento físico e a dor moral, enfim, a aceitação de derramar seu sangue para a defesa do país, são um conjunto de qualidades viris que encontram sua completa satisfação no estado militar” (BERTAUD, 2013, p. 74).

Quando observamos a Livro Registro em sua totalidade, não conseguimos desconsiderar que a exaltação dos heróis ali registrada, só pode ser pensada a partir de uma categoria de análise de gênero. Esse homem que ouve as narrativas, alvo da pedagogia moral dos boletins militares, recebe informações a partir das lembranças de heróis, a qual tem a função de esquadrihar o soldado, prepará-lo a partir das instruções que recebe.

Mais do que isso, essa forja em militar, esse momento de ouvir sobre Osório, sobre Caxias e seus feitos, buscava normatizar o raciocínio, o corpo do militar. E, esse esquadrihamento é resultante de uma construção de gênero.

Refletir sobre masculinidade hegemônica implica compreender os conjuntos de valores que homens devem adotar a partir de um modelo que lhes foi ensinado. Como já posto, para os militares havia um modelo ideal que precisam adotar para serem considerados

aptos a desempenhar suas funções dentro das instituições militares. Modelo esse que pendulava entre Caxias e Osório.

Este modelo abarcava o modo de falar, a forma de dispor e usar o corpo, assim como a roupa, a cavalgada, além das atitudes que deveriam tomar nos momentos de tensão ou conflito. Em outras palavras, a experiência da caserna exige uma espécie de mortificação do individual para o nascimento da coletividade presente na instituição, para que existisse uma relação de simbiose entre os componentes hierárquicos dentro da instituição militar. Entretanto, isso não significa que o ideal militar fosse/seja incorporado de forma homogênea e não sem resistências e conflitos no interior da caserna.

Para Celso Castro (2004), nas instituições militares esses homens são ensinados, apresentados a um conjunto de significados, simbolismo, heranças do passado, que tem a função de moldar, formar a couraça desse indivíduo. Por meio dessas ações, que são exteriores à vontade individual de cada um, a instituição busca exercer um controle sobre eles.

Ao relatar sobre sua experiência antropológica, Castro (2004) denomina esse controle que suprime a individualidade como uma espécie de homogeneização, realizada na caserna. Os boletins que rememoraram Caxias e Osório são exemplos dessa busca pela homogeneização, pela procura em demonstrar pelo exemplo, como um herói militar é (deveria ser) dentro e fora da caserna.

Para Foucault (1999), isso significa adestrar os militares por meio de uma redução das forças individuais, em que o corpo estará submetido a um sem número de forças pequenas, micropoderes, que se relacionarão a mecanismos maiores, até mesmo por meio de um olhar com efeito de poder disciplinador.

Consideramos que esse modelo de adestramento seja hegemônico, e, portanto, gere uma representação de masculinidade hegemônica, uma vez que o Exército precisa de um consenso para conseguir subsistir como força armada em defesa da soberania de um povo, mesmo que dentro do quartel possam existir fraturas e negociações, nessa masculinidade dominante.

Para Soraya Barreto Januário (2016) a masculinidade, quando pensada como lugar simbólico, é impregnada das vivências que os indivíduos adquirem na sua vida social e cultural. Entendemos que ao participar da caserna, esses homens do 4ºGACav-II/1ºRADC, estavam estabelecendo sociabilidades e adquirindo formas de viver, que mais do que próprias para militares, tinham a intenção de moldar seus corpos para a vida em sociedade.

A caserna, o quartel, o agrupamento militar, se configuram como um lugar de aprendizado aos homens, como pode ser observado nos registros de saída e chegada do contingente na caserna.

No ano de 1926, os registros dos boletins se resumiram a narrar factualmente a composição hierárquica do início das operações do quartel: a chegada e a saída do médico e a troca de comando. Porém, o Boletim (s/n), de 1º de janeiro de 1927, traz: “Realizou-se hoje conforme determinação do sup. Cmt. da Região, o compromisso a bandeira pelos soldados recrutas da unidade (Boletim, s/n 01/01/1927. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 2v.).

O regulamento interno das instituições militares prevê como obrigatório que os recrutas façam o seu juramento diante da Bandeira Nacional. Esse dever para com o pavilhão nacional está prescrito no Decreto-Lei nº 19.040, de 19 de Dezembro de 1929, o qual aprovou o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais dos Corpos de Tropa do Exército (RISG), a partir daquele ano:

Art. 17. Cada corpo terá sob sua guarda uma bandeira nacional, destinada a simbolizar a Patria Brasileira e a estimular nos seus defensores o elevado sentimento do sacrificio pessoal, tão necessário ao desempenho do dever militar.

§ 1ª Na guerra e em manobras, conduzirão suas bandeiras os regimentos de infantaria e cavallaria e os batalhões de caçadores, sendo que dentre estes, quando constituides grupos, só conduzirá bandeira o de número menos elevado.

§ 2º Os corpos de effectivo inferior a batalhão de caçadores não usarão bandeiras nas formaturas, excepto guardas de honra, cerimonias do compromisso de recrutas e paradas, ou si forem a unica tropa do Exercito, existente em uma localidade e ainda assim si o seu effectivo não fôr inferior ao de uma companhia em tempo de paz (BRASIL, Decreto nº19040 19/12/1929).

Conhecer, honrar e respeitar a Bandeira vai além de do juramento na caserna, mas simboliza um momento de máxima devoção ao país e aos nacionalismos. As bandeiras têm sido utilizadas como um dos elementos para construção dos nacionalismos: um “[...] elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações” (HOBSBAWN, 1990, p. 19).

O juramento militar se configura como um dos principais rituais de passagens da caserna, da vida civil para a vida militar. Quando o recruta faz seu primeiro compromisso em um quartel, ele está jurando lealdade para fazer a defesa da nação às últimas consequências, se necessário for.

Os recrutas presentes, no dia 1º de janeiro de 1927, no quartel do 4ºGACav, estavam sendo iniciados nessa maquinaria do poder Foucault (1999), onde seus corpos estavam sendo modelados pela disciplina, pelo olhar panóptico de seus superiores, nos exercícios que os preparavam para anular a individualidade e passar agir como um conjunto, uma engrenagem pela qual atravessava os efeitos da ordem, da hierarquia estabelecida pela instituição e que chegava a eles pelos exemplos de masculinidade viril dos heróis militares, anteriormente discutidos.

O ato de compromisso a Bandeira se configura como uma das ações do conjunto de práticas que forjam a masculinidade viril que se deseja aos militares, uma masculinidade belicosa e sacrificial. Nesse importante ato, assim como fizeram Osório e Caxias, o soldado recém-incorporado, colocava sua vida em defesa da Pátria.

Outro ritual que se apresenta de forma clara nos registros dos boletins analisados: a despedida dos soldados, a solenidade do licenciamento. Em Boletim do dia 14 de março de 1931, sobre o licenciamento da 1ª Turma de Reservistas do ano, os enunciados discursivos feitos na solenidade enfatizam a posição política em relação ao governo de Getúlio Vargas, e o apego à memória de ações que foram iniciadas no Rio Grande do Sul, e que culminaram na chamada Revolução de 1930<sup>65</sup>:

Hoje pelo nosso RISG é feriado para a nossa unidade. Festejamos a nossa grande conquista a caderneta de reservista de 1ª categoria adquirida e significativo diploma de aptidão para defesa da pátria. Cumpristes o dever elementar de patriotas, preparaste-vos para atenderdes, cômnicos da vossa eficiência ao 1º apelo da nossa grande Mãe (Boletim, s/n 14/03/193. LH-II/1ªRADC, 1943, p. 7.)

O RISG é um dos documentos que gerem a vida burocrática e cotidiana em uma unidade militar. Conquistar a Caderneta de Reservista significava que o militar cumpriu com a sua função obrigatória, e mais do que isso, estava apto a defesa do país.

Receber a Caderneta significava que este militar havia incorporado os elementos que o transformaram em engrenagem, em um corpo masculino/viril, detentor das disciplinas e singularidades, por meio das quais podia, caso convocados, exercer a belicosidade viril. A obtenção da Caderneta significa a consideração em estar apto e preparado para o desafio da morte em defesa da Pátria.

---

<sup>65</sup> Sobre isso ver FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: história e historiografia. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

Na mesma citação existe uma associação explícita da ideia de Pátria com a ideia de Mãe. Assim como o soldado está para uma masculinidade viril protetora, a Pátria está subordinada a uma condição de necessidade de proteção, portanto detentora de um feminino.

De acordo com Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (2010) a Pátria (*pater*), é definida como a ligação de sangue (a fraternidade) entre pessoas de uma nação (*natio*, o lugar de nascimento) por meio de manifestações culturais, com uma fronteira determinada. O enunciado do boletim tem um apelo ao sangue, a filiação de ser brasileiro, muito mais do que simplesmente a defesa dos limites, das fronteiras, da representação de ser brasileiro.

O RISG é um dos documentos que gerem a vida burocrática e cotidiana em uma unidade militar. No mesmo Boletim do dia 14 de março de 1931, observamos a preocupação dos militares em reafirmar sua posição em relação à República Velha. Antes de 1930, como já discutido, grupos de militares haviam trazido para si o dever de moralizar a política nacional e de promover o desenvolvimento nacional. Esses foram uns dos motivos que impulsionaram as revoltas de tenentes, durante a década de 1920, de acordo com Nelson Werneck Sodré (1985):

É vós, meus camaradas, mais que nenhuma outra classe já desincorporada, podeis ufanar-vos de levardes para vossos lares esse atestado de serviço no Exército, porque com ele transformastes também a glória de haverdes contribuído para a libertação do nosso país subjugado por uma camarilha de políticos inescrupulosos (Boletim, s/n 14/03/1931. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 7.)

Além disso, para Fausto (1997), a esse cenário soma-se o desgaste da aliança de Minas Gerais com São Paulo, na decisão da escolha de presidente da República, 1929 e 1930, o que veio a contribuir para que outros atores comessem a fazer parte da política nacional. O quartel do 4ºGACV fez parte do movimento gaúcho que participou da ascensão de Getúlio Vargas a Presidência da República:

Não tive a [ilegível] de ser o vosso condutor nessa pugna brilhante onde o patriotismo e heroicidade mais uma vez se patentearam aos olhos do Brasil. Seguistes o tenente Geisel, meu companheiro de conspiração no Rio, sob a direção do [ilegível] capitão Juarez Távora. Talento e patriotismo [ilegível] ninguém melhor que ele nos guiaria. Consola-me, todavia, ter estado a frente de grandes como vós, soldados de escolta, de quem tenho as mais gratas recordações (Boletim, s/n 14/03/1931. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 7.)

O então Ten. Geisel<sup>66</sup>, que havia se formado como oficial em 1928, na Escola Militar

---

<sup>66</sup>Ernesto Beckmann Geisel se tornou o 4º presidente do Brasil (entre 1974-1979) durante a ditadura militar.

do Realengo (RJ), foi o condutor da bateria do 4ºGACav no deslocamento para o Rio de Janeiro, em defesa da deposição do governo e tomada do poder pelo grupo Varguista. À distância, essa bateria era comandada pelo Cap. Juarez Távora, como consta no registro. O Cap. Juarez Távora<sup>67</sup> foi um dos articuladores da Revolução de 1930. No momento do deslocamento dos soldados do 4ºGACav para Rio de Janeiro, ele estava no nordeste do país, a fim de fazer as articulações necessárias, e depois, com o mesmo propósito, seguiu para Paraíba<sup>68</sup>.

Na continuação do texto, aparece de forma explícita a preocupação com a política nacional e a afirmação de que, apesar da ocupação da presidência por Getúlio Vargas, deviam estar preparados para outras ações, principalmente se houvesse alguma reação:

Ide, camaradas para o recesso vossos lares, certos de ter servido ao Brasil e não vos esqueçais de que a nossa obra ainda não está bem terminada, consolidada. É possível que os esbanjadores da fortuna pública e seus asseclas descontentes com excepcional regimen de honestidade e justiça se insurjam; mas não exitais [ilegível] a lança podre da imoralidade, o escudo forte da arma [ilegível] a Pátria (Boletim, s/n 14/03/1931. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 7 e 7v.)

Isso nos mostra a importância das guerras na construção da masculinidade viril, uma vez que por meio dela, os militares legitimam sua existência, função e intervenção na sociedade, demonstrando coragem e ao mesmo tempo inflando o ânimo daqueles que passam pela caserna, os instrumentalizando para a ação efetiva seja, no âmbito interno ou no externo:

Correi ao nosso quartel e aqui encontrareis armas e um comandante com o valor intelectual de um amigo, mas cujo ardor patriótico lhes confira a senda da vitória ou a morte honrosa para os soldados do Brasil. As praças que se vão no correr deste ano para suas casas, as minhas despedidas e a todas elogio pela disciplina e árduo trabalho durante o tempo de paz no ano transacto e pelas referentes serviços à Pátria na defesa dos luminosos princípios da nossa constituição. (Boletim, s/n 14/03/1931. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 7 e 7v.)

Chama atenção, tanto a preocupação com a condição hierárquica de quem é o possuidor do ardor patriótico, quanto à forma feminilizada com a qual são nominados aqueles que estão na base da organização dual do Exército: “as praças”. Conforme denominação

---

<sup>67</sup> Sobre ele ver ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>.

<sup>68</sup> Oficialmente Joaquim Távora não poderia assumir um comando por estar exilado do Brasil, porém passou a fazer parte das negociações da tomada do poder por Getúlio Vargas. Mesmo assim, era chamado de capitão nos meios militares.

hierárquica da carreira militar do período, no Exército as praças (soldados, sargentos, taifeiros e cabos, bem como os suboficiais) são subordinadas aos oficiais subalternos (tenentes e aspirantes): aos oficiais intermediários (capitão); aos oficiais superiores (major, tenente-coronel, coronel), e aos oficiais gerais (gerais e marechal).

Como elemento compositor do primeiro degrau da carreira militar os/as praças possuem o grau básico de instrução. Considerando a linguagem como prática política e carregada de relações de poder, essa associação ao feminino, reflete a condição subalterna relegada a “feminilidades” no exército e aponta as relações de gênero (entre homens e mulheres e entre homens e homens) como estruturantes da ideia de militar.

As praças, em caso de guerra são aqueles que recebem um tipo específico de proteção, o ardor patriótico do chefe da unidade. Isso porque o comandante é o mais próximo dessa praça e esta precisa de ter uma couraça moldada para obter coragem em ir à luta. O comandante é quem transmite o exemplo de um ideal de masculinidade viril, necessária para a guerra, o combate, o conflito. Um dos motivos do investimento nas narrativas dos feitos dos heróis.

Além disso, a imagem do Exército como o detentor dos meios e do simbolismo fálico é somada ao simbolismo gerado pela ideia de morte honrosa. Por meio dessa representação o militar precisa colocar essa honra a prova, ao tomar a decisão de proteger à Mãe (Pátria), aquela que está colocada numa condição de fragilidade, privada de suas decisões.

Outros termos utilizados nesses enunciados militares, referentes a despedida do quartel, eram: libertação, patriota, pugna (luta), heroicidade, disciplina, conspiração, lança, entre outros e, por fim morte honrosa. Todos esses termos, de uma forma ou de outra, se relacionam com um ideal de masculinidade viril.

A partir desses enunciados, observamos no 4ºGACav a exaltação de uma masculinidade pautada tanto pela capacidade belicosa e obediência a outros homens, os superiores hierárquicos, quanto pelo treinamento do “espírito” pela formação de valores inerentes ao militarismo que advém da representação dos heróis militares.

Os termos usados pelos comandantes<sup>69</sup> estão perpassados por um conjunto semântico que constrói o masculino e o feminino ideal, na perspectiva sexista e binarista. Isso acarreta em uma concepção de família dentro de relações de poder que subalternam e submetem as

---

<sup>69</sup> Estes não têm seu nome descrito na fonte.



mulheres, as crianças, os idosos, entre outros, vistos como incapazes e que precisam de proteção. Essa percepção permite que homens possam exercer uma masculinidade de forma dominante em relação a essas pessoas e em relação a outros homens militares, que estão no nível inferior de postos e patentes.

Foucault (1999) compreende que discursos ligados de alguma forma a sexualidade são constructos sociais, não são neutros, e sempre são produzidos tendo em seu bojo alguma relação de poder. Em virtude disso, entendemos que o modelo de masculinidade viril, no qual a força, o heroísmo, a batalha e até mesmo a imolação ou o sacrifício, são aceitos como algo necessário aos homens militares, faz parte desse constructo social.

Em sua função de protetores da mãe/pátria/feminino esses militares carregam em seus corpos um poder que ao mesmo tempo é defesa e opressão para esse feminino. Defesa enquanto cumpridor de um papel social que é a função e programa aos militares, dar sua vida, se necessário for.

Em 1º de março de 1932 e no dia 10 de abril de 1933, em uma nova despedida de turma, temos a repetição do boletim discutido anteriormente:

[...] Retemperastes num ambiente propício à saúde e à alma. Ampliastes os vossos conhecimentos gerais e vos preparastes para a defesa eficiente do Brasil quando ela necessitar de vossos serviços. [...] Ide e continuais no exercício da profissão que interrompestes para aprenderdes para ser soldado e tendes sempre em mente as virtudes que vos ensinamos, trabalhais com vigor e honestidade que com isso contribuirão para o engrandecimento da Pátria.[...] Não esqueçais repito, que continuais a ser artilheiros do 4º GACav e lembrai-vos sempre dos nossos dezenas de reservistas caros amigos, adeus! A experiência que adquiristes no quartel há de reunir-vos também na vida civil (Boletim, s/n 10/04/1933. LH II/1ºRADC, 1943, p. 7).

As masculinidades estão presentes na fala, no registro, nos corpos e na arquitetura de uma unidade militar, como afirma Foucault (1999). A repetição das ideias e dos enunciados, enfatizam essas representações sobre os militares ideais, as quais precisavam estar vívidas para quem passava pela caserna.

Os enunciados de adeus aos homens se encontram imbuídos de uma marcação de oposição, não somente em relação a mulheres e a um feminino, mas, sobretudo, em relação a outros homens que não passaram pela mesma experiência, que não são ou foram militares.

Castro (2015) salienta que essa superioridade militar faz parte da identidade castrense, que possui uma visão hierárquica em relação ao mundo civil, cotidiano, paisano, considerado

desorganizado e menos ordeiro. O autor ainda acrescenta que a entrada desse homem na instituição militar é marcada pela mortificação de seu anterior e a vivificação de um eu coletivo, que é a instituição.

Em 16 de março de 1934, a narrativa do boletim de despedida de turma, contém trouxe algumas preocupações que não haviam ainda sido desnudadas em boletins anteriores, a saber:

[...] A força não é garantia de impunidade. Mas é o mais eficaz argumento para a estabilidade da paz. Visando tão somente esta paz por todos almejada é que o Brasil, todos os anos recebem no seio de seus quartéis a mocidade residente e esperançosa para o aprendizado e manejo eficiente das armas, transformando cada um dos seus filhos em aprimorados e verdadeiros combatentes, para a manutenção de sua integridade (Boletim, s/n 16/03/1934. LH- II/1ºRADC 1943, p. 13v.)

Sobre esse enunciado, devido a data, acreditamos que seja uma menção a Revolução Constitucionalista de 1932, em que os paulistas pegaram em armas contra a União<sup>70</sup>. A preocupação com a integridade se refere as funções do Exército e as dificuldades em manter a coesão nacional. Nessa citação, o termo Brasil não representa somente o país, mas o próprio quartel, e as instituições militares. Mais do que isso, é uma referência ao seio materno. Ou seja, no quartel o jovem militar, a mocidade, receberá o alimento necessário para o seu fortalecimento para se tornar um homem. Na continuação, o boletim enuncia:

A orientação da política externa de um país pode representar a aspiração da massa geral da nação ou apenas da maioria ilustrada de que se distribui o governo. Todavia em qualquer dos casos ela repousa sob três fatores essenciais. – Um que prepara e prevê, outro que organiza e impulsiona e outro que serve de garantia aos dois primeiros – a diplomacia, a administração superior e a força armada. Diplomatas e administradores se confundem na sua ação comum sob a designação política de estadista que é comum a sagração de suas aptidões. Do concurso que estes fatores se prestam mutuamente depende o equilíbrio na política e a segurança na execução de seu programa, modesto ou arrojado, segundo a índole da raça, o grau da civilização do país. Boa política requer boa diplomacia e boa diplomacia, bons navios e regimentos disciplinado e aguerridos, de todas as armas para apoiá-las, dar-lhes o inestimável prestígio da força e fazer valer seus argumentos, pela boca convincentes dos canhões (Boletim, s/n 16/03/1934. LH II/1ºRADC, 1943, p. 13v.)

O comandante exorta a tropa sobre suas preocupações tanto em relação as atitudes e ao planejamento do Governo Vargas em relação ao aparelhamento do próprio Exército, quanto

---

<sup>70</sup> Sobre isso ver: FAUSTO, Boris “A revolução de 1930: história e historiografia”. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

em relação a política econômica externa estabelecida pelo governo brasileiro, considerada *dúbia*<sup>71</sup>.

No cenário internacional, esse é momento de assinatura de um tratado de não-agressão entre Alemanha e Polônia. Além do que, quatro dias antes do Boletim de 16 de março de 1934, o ministro da guerra alemão havia expulsado os judeus das forças armadas daquele país. Na continuidade do enunciado, temos:

O país que descarta a organização de seus elementos de força nacional na justa preparação de seus recursos perde a consciência de sua missão retórica e civilizadora e renuncia implicitamente ao exercício de qualquer sorte de política estável. Por que é aqueles elementos que incumbem realizar a vontade da soberania nacional, expressa por atos de uma política, ou garantir sua inviolabilidade ameaçada pelo estrangeiro. Estadistas ou como tal impostos, que no momento oportuno esquecem-se e negam-se a dispor d'aqueles elementos como exigem as dificuldades a evitar as relutâncias [ilegível] as ameaças a repelir, tornam-se eles mesmos os principais responsáveis pelo fracasso do programa político, os autores diretos da guerra e os fatores principais da derrota. Hoje como em todos os tempos os “fuzis protegem os arados e charruas e a alma negra dos canhões o peito alvo da justiça”. Esse comando a despedir-se da 1ª turma de reservista o faz almejando [ilegível] felicidade e radioso futuro e que cada um se comporte de modo [ilegível] na vida civil, assim como se comportavam na vida simples da caserna, para a felicidade e [ilegível] da família brasileira (Boletim, s/n 16/03/1934. LH-II/1ºRADC, 1943, p. 13v.)

O enunciado se configura como uma cobrança a necessidade de profissionalização do Exército Brasileiro, posta em discussão em fins do século XIX e início do XX. Lembramos também, que esta profissionalização está no escopo daquela formação do soldado que o gabarita, o encoraja para os atos que dele se esperam em uma eventual guerra. Mais do que

---

<sup>71</sup> Nesse período, conforme Marcelo de Paiva Abreu (1989) o Brasil sofria a oposição dos EUA quanto ao comércio com a Alemanha, mesmo assim a equipe econômica decidiu manter as relações teuto-brasileiras por mais um tempo, pois ela favoreceria tanto aos exportadores, quanto aos importadores, aos consumidores internos e, principalmente, aos militares, uma vez que tornava possível a renovação de material bélico das forças armadas brasileiras. Por conseguinte, observamos que a preocupação do general que foi braço direito na implantação de políticas de profissionalização no período do governo Vargas era mais do que promover a profissionalização. Seu intento era equipar, os bens materiais que seriam necessários para esse exército desse país que estava pressionado para optar por relações comerciais exclusivamente com os EUA. Sobre isso, John D. Wirth (1973) afirma que alguns acordos feitos com a Alemanha foram extra-oficiais, porque, oficialmente, não havia supervisão nem participação do governo, que era pressionado, segundo Vargas (1934), pelos EUA. “A quem estamos ligados por grandes interesses. É mister ponderar, com maior cuidado, as consequências de uma separação ou de um afastamento dos norte-americanos” (VARGAS, 1934 apud WIRTH, 1973, p. 20). Essa preocupação de Getúlio Vargas, não frustrou os acordos econômicos que beneficiavam o Rio Grande do Sul e outros estados, foram realizados com o governo alemão nesse período, mesmo contrariando negociações com os EUA, como afirmou Marcelo de Paiva Abreu (1986).

isso representa um ideal de sociedade militarizada quando associa à proteção dos instrumentos agrícolas.

O ideal da masculinidade viril, explicitado pelos termos força e coragem, retoma a hierarquia de militares sobre civis, os paisanos, expresso na valorização das funções militares em defesa da nação como um todo (charrua e arados), e pela força dos canhões a possível manutenção da justiça. Esse enunciado se volta as características agrícolas da região do 4ºGACav. As mesmas preocupações e exortações se repetem nos anos seguintes. Em 1937, no Boletim, s/n, de 16 março, nos comentários sobre o período de instrução, o discurso se fixou nos aspectos falhos da tecnologia empregada e dos materiais disponíveis, sem nenhuma menção direta aos que estavam saindo da caserna:

“[...] este comando quer que fique bem patenteado que: enquanto a 1ª seção que veio do arsenal de guerra, devidamente reparada, Portou-se muito bem, a 2ª seção que ainda não foi consertada, não obedeceu a nenhum comando [...]” (Boletim, s/n 16/03/1937. LH- II/1ºRADC, 1943, p.13v. e 14.)

Como um manifesto, a documentação deixa explícita a preocupação com o treinamento inadequado de seu pessoal, em virtude da tecnologia utilizada não estar em condições de treinamento. Em 4 de abril de 1938, o boletim alusivo ao período de instrução, trazia o seguinte:

Este comando felicita os seus [ilegível] por virem a [ilegível] uma importante etapa da vida de todo cidadão que se preza: a prestação do serviço militar. De retorno à vida civil, cada um de vós, reservistas do exército que já sois, livre da natural emoção da partida, deveis fazer a si próprio a seguinte pergunta: Qual o lucro da minha permanência de um ano na caserna? E a vossa consciência vos responderá, entre muitas coisas mais: - aprendestes a empregar as armas que, talvez, algum dia a tua Pátria te entregue para defendê-la; foi depositado em ti o espontâneo desejo de progredir sem visar lucro pessoal; em ti se descortinou uma nova [ilegível] de afeição: a camaradagem; aprendestes a respeitar e obedecer a teus chefes sem te sentires humilhado, muito pelo contrário, orgulhosos por assim proceder; aprendestes a te interessar e a zelar pelo que pertence a coletividade, a nação; conheceste uma parte desta grande instituição nacional que é o exército, sua organização geral e sua finalidade, adquiriste, ampliaste o recordas-te conhecimento a respeito da tua pátria, ficaste perante ela, enfim, mais valorizado, pois, hoje, te considera um filho pronto para defendê-la no dia do perigo. Cumpristes espontaneamente vosso dever, por isso, ide satisfeitos e que a felicidade vos acompanhe (Boletim, s/n 04/04/1938. LH- II/1ºRADC, 1943, p.28).

O “cidadão que se preza” é aquele que se pode estimar, ter orgulho, ter honra, entre outros significados sinônimos. A consideração do “prezar” como algo que dignifica o cidadão, eleva o homem que, uma vez passado pela caserna fica impregnado de algo que o deixa melhor: a virilidade. Se para a caserna são desejados homens com determinada masculinidade como estamos falando neste capítulo, aqui o narrador está colocando esse homem militar como superior ao civil, ao paisano. Esse homem teria certa aura de masculinidade viril, um ideal hegemônico na perspectiva do militarismo; enquanto o civil, que não passou pelas mesmas dificuldades, não passou pelo esquadramento, considerado não menos homem, mas uma masculinidade diferente, uma masculinidade subalterna.

A partir de 11 de janeiro de 1939 o 4ºGACav passou a ser o 2º Grupo do 1º Regimento de Artilharia de Divisão de Cavalaria (II/1º R.A.D.C.):

[...] extinção no 4º GAC av - criação do II/1º R.A.D.C. Soldados! visando as altas [ilegível] nacionais e uma maior eficiência no exército brasileiro, de que somos uma parte integrante, [ilegível]criar os meios necessários a que ele possa cumprir sua nobre missão defender a nossa Pátria, o governo federal houve por bem e determinar a extinção dos grupos de artilharia a cavalo e a criação Regimento de artilharia de divisão de cavalaria. O nosso 4º GACav de armas tradições desapareceu por isso, no dia 9, do número de Corpos que compõem o nosso exército, mais permanecerá sim e inovadores no espírito de todos nós e de nossos descendentes como um exemplo sibilante de disciplina, trabalho, ordem e patriotismo, escola nacional<sup>72</sup> em que milhares de Patrícios nossos se [ilegível] no [ilegível] e nenhuma missão de todo darem [ilegível] Patria - da própria vida. Das coisas gloriosas do grupo extinto surgiu o atual II/1º RADC para qual acabam de ser transferidos. partamos [ilegível] aos mais altos pináculo de Glória, honra e dignidade [...] que a data 9 de Janeiro de 1939 seja, no futuro um título de glória para todo o exército brasileiro! que seja hoje e sempre nossa divisa-tudo pelo Brasil. (Boletim, s/n 11/01/1939. LH-II/1ºRADC, 1943, p.30v.)

No momento de reorganização desse grupo/corpo militar, de 4ºGACav para II/1º RADC, o enunciado se volta novamente a couraça protetora que forma, esquadrinha, capacita o corpo e a mente, a honra, do militar, o qual se espelha nas virtudes de Caxias, Osório e outros. No restante deste enunciado, e nos próximos, a fonte apresenta uma série de palavras repetidas, tais como: como honestidade, eficiência, seriedade, disciplina, esforço, zelo, discrição, boa conduta, método, valor, lealdade, discrição e ponderação. Todas elas direcionam a formação militar para a além do treinamento do corpo, realizado, com as

---

<sup>72</sup> LR, 1943, p.28. e 28v. - (p.60)

marchas e a possibilidade de treinar com equipamento, denotando a formação corpórea que acessa os bens que estão em comunicação com esse corpo. Nas palavras de Albuquerque Jr.:

Um corpo dominado para dominar, um corpo domesticado para domesticar, corpo apolíneo, corpo disciplinado, treinado, adestrado, sob controle. Corpo máquina de guerra e máquina de produção, que sabe concentrar, potencializar e aplicar sua força, sua violência, num dado alvo preciso. Corpo que não deve vagar, divagar, se dispersar, errar, se dividir, se desorientar, delirar, gingar, rebolar. Corpo assombrado pela fraqueza, pela doença, pelos precipícios da paixão e da loucura. Mas um corpo instrumento é um corpo mecânico, sem lugar para dúvidas, vacilações, incertezas, meditações, reflexões, contemplações. (ALBUQUERQUE Junior, 2007. p. 4)

Um corpo treinado, ponderado, mas também eficiente. A esse corpo domesticado masculino não é dado o direito de errar, porque é mais do que um corpo. No caso, dos militares, “é o braço armado”, é a defesa do país, que não pode falhar e para trabalhar as estratégias com eficiência são moldados a essa masculinidade hegemônica que os diferem dos outros, os paisanos.

Quando o autor acima, nos escreve sobre o corpo apolíneo, retomamos discussões anteriores, sobre o heroísmo, a comparação desse militar com o transcendente, o milagre, a força sobrenatural que contribuía, e ainda contribuem com a formação dos militares. A masculinidade pretensa para a instituição militar, em momento de guerra, se reveste de nacionalismo para combater a barbárie, de heroísmo e sacrifício para desnudar a participação divina mitificada ao explicitar a capacidade desse homem militar, que foi treinado para a defesa do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou analisar o 4ºGACav-II/1ºRADC, criado em Santo Ângelo no Rio Grande do Sul, entre 1926 e 1943, com a intenção de compreender como a representação de heróis, a ênfase na rememoração, a invenção da tradição militar, as atividades na caserna, buscavam formar uma masculinidade ideal, um tipo específico de homem militar, nessa região fronteiriça.

Para isso, nos utilizamos do Livro Histórico II/1ºRADC da 3ª Região Militar, composto por atas e boletins dessa unidade, além de observamos leis e decretos do mesmo período.

Levamos em consideração para nossa análise a Nova História Militar e a Nova Histórica Cultural com intuito de nos aprofundarmos no cotidiano, nas narrativas e nas idiossincrasias militares, a fim de compreender o dinamismo e as complexidades que residem nas relações que esses militares mantêm entre si e em relação ao mundo dito civil.

Utilizamos-nos da Nova História Cultural para compreender a realidade social construída a partir das representações que a instituição trazia à tona, a partir das comemorações/rememorações, colocadas como prática pedagógica para ensinar/forjar novos militares na unidade do 4ºGACAv-II/1ºRADC. Para obtermos esse resultado utilizamos como aporte conceitual a compreensão de tradições inventadas, memória, representações, gênero, masculinidades e masculinidade hegemônica.

No nosso primeiro capítulo buscamos compreender o contexto da criação do 4ºGACav-II/1ºRADC, na região missioneira e no município de Santo Ângelo, e a opção pela Artilharia a cavalo para aquela unidade militar.

Tivemos a compreensão de que essa unidade nasceu para preencher um espaço próximo à fronteira com a Argentina, cumprindo um papel de reconhecimento territorial e de defesa. Também percebemos que haviam tensões na região missioneira, provenientes de períodos anteriores à República, e que uma das formas de minorar as disputas fronteiriças era a ocupação militar da região. Isso foi possível tanto pela construção de unidades militares, quanto pela construção e melhora da infraestrutura regional, principalmente com a construção de estradas de ferro, que auxiliaram na integração da própria região e em relação a outras regiões do país.

Essa integração era necessária ao desenvolvimento econômico regional e facilitava os deslocamentos de efetivos militares. Por uma perspectiva de defesa da nação para a unidade,

foi designada a atuação como Artilharia a Cavalos, possibilitando maior rapidez no reconhecimento territorial, na coleta e passagem de informações, além de uma maior capacidade estratégica para um possível enfrentamento militar.

Em seguida, no segundo capítulo, nossa intenção era problematizar o uso das tradições, da memória e das representações de heroísmo, os símbolos e rituais que foram utilizados para forjar um militar com o espírito da Artilharia a Cavalos, a partir, principalmente da figura do General Osório.

Percebemos que os comandantes do 4ºGACav-II/1ºRADC se utilizaram de representações de heroísmo, a partir de lembranças de datas relativas a batalhas, aos heróis e ao Pavilhão Nacional. As datas analisadas foram: o Aniversário da unidade, dia 24 de Maio; o dia do Soldado, 25 de Agosto; e o dia da Bandeira, 19 de Novembro. A estratégia usada pela unidade foi retomar modelos ancorados na tradição que simbolizavam a bravura, como exemplo a figura do General Osório.

Essas lembranças continham narrativas que simbolizavam modos de ser e de fazer de heroísmo desse militar de fronteira. Isso porque precisavam preparar o militar que passava por suas fileiras para compartilharem de seus ideais de patriotismo, nacionalismo e defesa nacional.

No terceiro capítulo, nosso objetivo era a formação do militar por meio da análise de narrativas que estimulavam uma concepção de masculinidade ideal, a partir de uma virilidade militar, e discutimos algumas atividades realizadas na caserna.

Para isso, realizamos em primeiro lugar um debate teórico sobre o uso das noções conceituais de Masculinidade Hegemônica e Masculinidades. A primeira como sendo relativa a busca do estabelecimento de um padrão de uma masculinidade ideal. A segunda relativa a consideração da existência de masculinidades diversas, as quais podem ser consideradas hegemônicas ou periféricas e subalternas.

Compreendemos que a ideia de militar e militarismo se ancora na busca por uma masculinidade hegemônica pautada pela virilidade. Virilidade está definida pelo uso da força e capacidade para a violência, contra si e com os outros. Esse militar precisava aceitar a hierarquia militar, como se portar em relação a seus superiores e subordinados, como proceder para fazer a defesa da nação e expressar o patriotismo e o nacionalismo.

Em relação às atividades realizadas pelos integrantes do 4ºGACav-II/1ºRADC, apresentamos as condições dos deslocamentos realizados pelos soldados, através do território missionário, principalmente o relevo, a vegetação, a estrutura morfológica do solo e a



preocupação sobre os tipos de cavalgadura possíveis conforme essas variáveis e as distâncias a serem percorridas.

A preparação do corpo desse soldado da fronteira se dava, também, pela prática de atividades esportivas, que o preparavam para o combate, o desafiavam a superar seus limites. Sendo que seus adversários muitas vezes eram sujeitos militares de outras unidades da região missioneira.

Esse militar de fronteira precisava estar preparado para atravessar, as sangas, banhados e rios, aclives e declives, enfrentar chuva, poeira e frio. Saber como se vestir, se alimentar, preparar o cavalo e o acampamento, dentro das mais diversas condições oferecidas pelo meio ambiente onde estivesse. Deveria estar habilitado para enfrentar o medo e a angústia, o desconhecido e as situações adversas de situações de paz e de guerra.

Mais do que aprender a respeitar as regras e a seus animais. O soldado de fronteira tinha seu corpo esquadrihado, forjado, extenuado, regrado, moldado por uma rede de poderes e saberes. Isso porque deveria apresentar posturas e comportamentos que o inscreviam como possuidor de virilidade.

Participava de eventos cerimoniais e festivos para ser moldado à feição da instituição à qual pertencia. E, principalmente, praticava esportes que o dignificavam e o inscreviam como viril, audacioso, combativo, preparado física e mentalmente para a guerra, para o uso da força, e do combate.

Por conseguinte, o 4ºGACav-II/1ºRADC, assim como outras unidades militares, são uma espécie de laboratório de formação de homens viris, pois forçava àqueles homens como deveriam se comportar, agir, estarem sempre preparados, à exemplo dos heróis, que foram continuamente mitificados, por meio da rememoração das tradições.

## FONTES E REFERÊNCIAS

### FONTES

BRASIL, **Constituição Federal de 1891**. Disponível em: <<https://goo.gl/KBtDCK>> Acesso em 05ago2017.

BRASIL. **Decreto nº14.085 de 1920**. Disponível em: <<https://bit.ly/2UfHXqS>>. Acesso em 7jan2018.

BRASIL. **Decreto nº15.235 de 1921**. Disponível em: <<https://bit.ly/2GcF86S>>. Acesso em 7jan2018.

BRASIL. **Decreto nº1964 de 1895**. Disponível em <<https://bit.ly/2RIYjqB>>. Acesso em 7jan2018.

BRASIL, **Lei Federal nº2911**, de 21 de setembro de 1880.

BRASIL, **Lei Imperial nº835**, de 22 de março de 1835.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil**, Volume IV – 5. parte – Tomo II, Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1929. Disponível em: <<https://goo.gl/2wfALv>>. Acesso em: 04mar2018.

EMBRAPA. **Estudo Expedito de Solos do Estado do Rio Grande do Sul e Parte de Santa Catarina, para Fins de Classificação, Correlação e Legenda Preliminar por Delcio Peres Hochmüller e outros**. Rio de Janeiro, 1980. (EMBRAPA. SNLCS. Boletim Técnico, 75). Disponível em:<<https://bit.ly/2QGiacs>>. Acesso 04mar2018.

IBGE. **Santo Angelo**. Coleção de Monografias. Nº549. Rio de Janeiro: 1973. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/santoangelo.pdf>>. Acesso em 3fev2018.

EXERCITO, **LH-II/1ºRADC**. Santo Ângelo, RS, 1943.

EXERCITO. **Manual Técnico Equitação**. EB60-MT-26.401. Ministério da Defesa, Brasília, 2017. Disponível em <<http://www.ipcfex.eb.mil.br/images/manualequitacao.pdf>> Acesso em: 04mar2018.

FEE. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul**. Censos do RS de 1803-1950. Porto Alegre, 1981. Disponível em: <<https://bit.ly/2EgnVHZ>>. Acesso em: 3fev2018.

IPHAE/RS. **Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul**: inventário das estações (1894-1959). Porto Alegre: Palotti, 2002. Disponível em <<https://goo.gl/ChCt7e> > acesso em: 01fev2018

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira de et al (coords). **Coluna Prestes**. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/Stz5Fm> >. Acesso em: 15jan2018.

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano economia e cultura (1930-1964)**, 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

ABREU, Marcelo P. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945. In: ABREU, Marcelo P. (Org); CARNEIRO, Dionísio Dias (et all). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

ALBUQUERQUE Junior, Durval Muniz de. **Máquina de Fazer Machos**: gênero e práticas culturais, desafio para o encontro das diferenças. 2007, I Encontro Nacional de Gênero e Práticas Culturais, Resumo. Disponível em: <<https://goo.gl/vgyHtb>> Acesso em:06jan2017.

\_\_\_\_\_. **O Objeto em Fuga**: algumas reflexões em torno do conceito de região. Fronteiras, Dourados, MS, v.10, n.17, p.55-67, jan./jun. 2008.

ANDERSON, Benedict R. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANHEZINI, K. **Variedades da Concepção Moderna de História**. 1. ed. Guarapuava: Editora da Unicentro, 2010.

ANJOS, Carlos Versiani dos. **Um Novo Olhar Sobre o DIP**: Uma Revolução na arte da Propaganda e do Marketing Cultural. Faculdade Pitágoras: BH/MG, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/hmz2FZ>> Acesso em: 20fev2018.

BAGOLIN, Darni Pillar. **O Indígena na República Velha**: as instituições de “proteção” no Rio Grande do Sul. Dissertação PPGH/IFCHU-Universidade de Passo Fundo/RS, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/wVaACP>> Acesso em 20mar2018.

BARROSO, Véra Lucia Maciel. **O Povoamento do Território do Rio Grande do Sul/Brasil**: O Oeste Como Direção. Colóquio internacional Território e Povoamento - A presença portuguesa na região platina. Colonia del Sacramento, Uruguai, 23 a 26 de Março de 2004. Disponível em: < <https://goo.gl/nfYFsh>> Acesso em 14jan2017.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa**: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940). 2009. 2 v. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/3811>> Acesso em: 01fev2018.

BENTO, Cláudio Moreira. **O Exército Na Época Da Proclamação Da República Organização, Equipamento**. Revista do Clube Militar Edição Histórica do Centenário nº 280, 1989. p.26/27. Disponível em: < <https://goo.gl/AkLbVu> > Acesso em 14jan2017.

\_\_\_\_\_. Cláudio Moreira et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. B478H. **História da 3ª Região Militar 1889-1953**. Porto Alegre: 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2RBReI6>> Acesso em: 20fev2018.

Bertaud, J-P. A virilidade militar. In: A. Corbin; J-J. Courtine; G. Vigarello. (Org.) **História da Virilidade**: o triunfo da virilidade o século XIX. Vol. 2. (pp. 74-94). Petrópolis: Vozes, 2013.

Bertaud, J-P. (2013). A virilidade militar. In: CORBAIN; A; COURTINE, J-J; VIGARELLO, G. (Org.) **História da Virilidade: o triunfo da virilidade o século XIX**. Vol. 2. (pp. 195-248). Petrópolis: Vozes.

BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina: da independência até 1870**, volume III. São Paulo: Edusp, 2014.

BOTTON, Fernando Bagiotto. **O Homem da Imagem e a Imagem do Homem: a construção da subjetividade masculina por meio de retratos e periódicos de Curitiba na virada do século XIX para o XX**. – Curitiba, 2013. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11<sup>o</sup> ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel: Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Braga, Márcio André. **Os Selvagens da Província: Índios, Brancos e a Política Indigenista no Rio Grande do Sul entre 1834 e 1868**. Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

BUTLER, Judith. "**Fundamentos Contingentes: o Feminismo e a Questão do Pós-Modernismo**". Cadernos Pagu, n. 11, p. 11-42, 1998.

BUTLER, J. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Witting e Foucault (N. C. Caixeiro, Trans.). In S. Benhabib; D. Cornell (Eds.), **Feminismo Como Crítica da Modernidade** (pp. 139-154). Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1986.

CAMPBELL, Joseph. **As Transformações do Mito Através do Tempo**. São Paulo: Cultrix, 2015.

CARDOSO, Joana Rêgo. **A Inscrição Religiosa na Fundamentação da Política Externa dos Estados Unidos da América: Bush, Obama e as Relações Transatlânticas**. Dissertação. (Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação,) UPORTO: Porto, 2016.

CARRIGAN, T., CONNELL, B., & Lee, J. **Toward a New Sociology of Masculinity.** Theory and society, 14(5), (1985)551-604. Disponível em: < <https://bit.ly/2G3XoPZ> > Acesso em 25ago2018.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CASTRO, Celso. **A Proclamação da República.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

\_\_\_\_\_, Celso. **Antropología de Los Militares en Brasil y Argentina:** problemas, límites y perspectivas. Reunião de Antropologia do Mercosul, Montevidéu, 1º de dezembro de 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2QIKCuw>> Acesso em 09/08/2018.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do Exército brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Espírito Militar:** um antropólogo na caserna. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os Militares e a República:** um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

\_\_\_\_\_. **Entre Caxias e Osório:** a Criação do Culto ao Patrono do Exército Brasileiro. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 2000. v 14, n. 25. Disponível em: <<https://goo.gl/FVXx5B>> Acesso em: 20fev2018.

CARREIRAS, Helena. **Olhar dos homens:** resistência e cumplicidade nas respostas masculinas à integração de mulheres nas Forças Armadas. In: MATHIAS, Suzeley Kalil (Org.). **Sob o signo de Atena:** gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: Unesp, 2009. p. 169-188.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. **A Formação das Almas:** O Imaginário da República no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras: 2017.

\_\_\_\_\_. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

\_\_\_\_\_. **As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador** / José Murilo de Carvalho. 1974.

\_\_\_\_\_. **Os Três Povos da República**. REVISTA USP, São Paulo, n.59, p. 96-115, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/1uGPMq>> Acesso em:20fev2018.

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CESAR, Guilhermino. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RS: Martins Livreiro, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

\_\_\_\_\_, **A História Cultural: entre prática e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 2002. Coleção Memória e Sociedade.

\_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: \_\_\_\_\_. **À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. **Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)**. Niterói: Tese de Doutorado em História/UFF, 2010. Disponível em:< <https://goo.gl/U9X8Uc> > Acesso em 14jan2017.

CONNELL, Robert; MESSERSCHMIDT, James. “**Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**”. Revista Estudos Feministas, CFH/CCE/UFSC, 1995. v. 21, n. 1, p. 241-242, 2013.

COTTA, Francis Albert **Representação Geopolítica Militar da Inconfidência Mineira**. 3º Simposio de Cartografia Histórica.2016. Disponível em <<https://goo.gl/GTXfBE> > Acesso em 14jan2017.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica: memória, identidade e representação.** Bauru: Edusc, 2002.

DLPO. **Caserna.** In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa , 2008-2013 Disponível em <<https://www.priberam.pt/dlpo/caserna>> Acesso em 14jan2017.

DRÉVILLON, Hervé. Do Guerreiro ao Militar. In: A. Corbin; J-J. Courtine; G. Vigarello. (Org.) **História da Virilidade: o triunfo da virilidade o século XIX.** Vol. 2. (pp. 74-94). Petrópolis: Vozes, 2013.

ELIADE, M. **O Sagrado e o Profano.** Trad. Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: historiografia e história.** São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FERREIRA, G. N. **O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial.** São Paulo. Editora Hucitec, 2006.

FREITAG, Liliane da Costa. **Veredas para a História Territorial Brasileira: práticas que criam o Paraná.** Guarapuava, Unicentro, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** Ciberfil. Literatura digital, 2002. Disponível em: < <https://goo.gl/6GX4oD> > Acesso em 14jan2017.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Tradutor: Roberto Machado. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 13.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GIFFIN, Karen. **A Inserção dos Homens nos Estudos de Gênero: contribuições de um sujeito histórico.** Ciênc. saúde coletiva [online]. 2005, vol.10, n.1, pp.47-57.

GOFFMAN, Erving. **Prisões, Manicômios e Conventos.** São Paulo: Perspectiva, 2010.



GREGORY, Valdir. **Imigração alemã no Brasil**. Cadernos Adenauer xiv (2013), edição especial Relações Brasil-Alemanha Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, outubro 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/bv5NDd>>. Acesso em: 20abr2018.

GONDIM, Amanda Marques de Carvalho. **A Pátria Nasceu Aqui**: o discurso das batalhas dos Guararapes e a educação nas décadas de 1960 e 1970. 2011. Dissertação (Mestrado). PPGE, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/eN1fn1>>. Acesso em 14jan2017.

JANUÁRIO, Soraya Barreto. **Masculinidades em (RE)construção**: gênero, corpo e publicidade. Covilhã, Ed. LabCom. IFP, 2016

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DPA, 2006.

\_\_\_\_\_. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 103-133.

HOBBSAWM, Eric. **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KERBER, Rodrigo Fabrício. **Santo Ângelo**: Afirmação da Modernidade na Arquitetura da Cidade, 1930-1945. Dissertação (mestrado) PGAU-CIDADE da UFSC: Florianópolis, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/kWUREJ>> Acesso em 14jan2017.

KOSELLECK, Reinhart. “Modernidade” in: **Futuro Passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KROPF, Simone. O saber para prever, a fim de prover - a engenharia de um Brasil moderno. In: HERSCHMANN, Micael. M e PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **A Invenção do Brasil Moderno**: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1994, p.222-223.

LEOPOLDI, M. Antonieta. P. **A Economia Política do Primeiro Governo Vargas (1930 - 1945):** a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. N.(orgs). **O Brasil Republicano: o tempo de nacional – estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LIMA Sobrinho, Alexandre José Barbosa. Nacionalismo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 10/08/2018.

LORENZO, Helena Carvalho de & COSTA, Wilma Perez da (Org). **A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno.** São Paulo: UNESP, 1997.

MARCH, Kety Carla de. **Entre Promessas e Reparações:** processos-crime de defloramento (1932-1941). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – UFPR, Curitiba, 2010. Disponível em: <[encurtador.com.br/sEHR5](http://encurtador.com.br/sEHR5)>. Acesso em: 26ago2018.

McCANN, Frank D. **Soldados da Pátria:** história do Exército brasileiro 1889-1937. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

MIALHE, J. L. **O Contrato da Missão Militar Francesa de 1919: Direito e História das Relações Internacionais.** Cadernos de Direito, v. 10, p. 89 - 119, 2010. Disponível em:<<https://goo.gl/Wbd5sC>> Acesso em 26fev2018.

MICELI, Paulo. **O Mito do Herói Nacional.** São Paulo: Contexto, 1988

MORAES, João Quartim de **A Esquerda Militar no Brasil:** da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes São Paulo, Editora Expressão Popular, 2005.

MOREIRA, Rosimeri. **Virilidade e o corpo militar.** História: Debates e Tendências – v. 10, n. 2, jul./dez. 2010, p. 321-335. Publ. no 2o sem. 2011.

MOURE, Telmo Remião. **História do Rio Grande do Sul.** São Paulo: FTD, 1994.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História:** a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo, 1993. Disponível em <<https://bit.ly/2ovodP2>>. Acesso em 04mar2017.

NOVA, João Paulo Sanches da e KOCH, Fernando Teixeira. **Dia da Cavalaria**. Noticiário do Exército. Brasília: DF, 2015.

NOVAES, Elizabete David. **Entre o Público e o Privado**: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história. História e Cultura, Franca, v. 4, n. 3, p. 50-66, dez. 2015.

OSORIO, Fernando Luis. **A História do General Osório**. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1894.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o Debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. Revista História, São Paulo: Editora UNESP, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. **A História Militar Tradicional e a “Nova História Militar”**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/YRf2kW>> Acesso em:05mar2017.

PERROT, Michelle. **Escrever Uma História das Mulheres**: relato de uma experiência. Cadernos Pagu, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Além das Fronteiras**. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). Fronteiras culturais. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2014.

\_\_\_\_\_. **O Imaginário da Cidade**. Visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

POLLAK, Michael. **“Memória, Esquecimento, Silêncio”**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989. p.9.

RAMOS, Antonio Dari. **A Formação Histórica dos Municípios da Região das Missões do Brasil (2006)**. Levantamento de elementos do patrimônio turístico-cultural da região missioneira. IPHAN/Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI): Santo Ângelo, 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/93rZqJ>> Acesso em 14jan2017.

RISSE, André Luiz Stangl **As Contribuições da Engenharia de Construção do Exército Brasileiro para o Desenvolvimento do Brasil, seu Emprego na Atualidade e as Perspectivas de Futuro Dentro da Nova Estratégia Nacional de Defesa.** Cel Eng EB André Luiz Stangl Risse. Rio de Janeiro: ESG 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/uaeRws>> Acesso em 15out2017.

RICOEUR, Paul. O eclipse da narrativa. *In: Tempo e Narrativa.* Campinas: Papirus, 1994.

ROCHA, Adriano Medeiros da. **A Constituição do Herói no Cinema Brasileiro Contemporâneo.** UFMG / EBA 2015. Disponível em<<https://goo.gl/uALzk6>> Acesso em 20fev2018.

SAINT-PIERRE, Héctor L. **A Política Armada.** Fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo, Editora da Unesp, 2000.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Berços de Heróis:** O papel das escolas militares na formação de ‘Salvadores da Pátria’. São Paulo: Annablume, 2004.

SAVIAN, Elonir Jose. **Haverá Sempre uma Cavalaria:** tradição e modernização no processo de evolução tecnológica do exército brasileiro (1937-1973). Resende, RJ: Edição do Autor, 2014.

SCOTT, Joan W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5. Disponível em:<<https://goo.gl/QXnwZ9>>Acesso em: 27ago2016.

SILVA, Fabrício Rocha da. **Estudos de Percepção Espacial no Entorno do Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo com Vistas à Valorização do Monumento.** Dissertação (Mestrado). IPHAN, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, IPHAN: Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:<<https://goo.gl/i3nfrL>> Acesso em 14jan2017.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser Nobre na Colônia.** São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História Militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. Nelson Werneck. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Caxias e a Formação do Estado Imperial**: um estudo sobre trajetória, configuração e ação política. Tese (Doutorado) PPGHIS/ UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, Altamir Antônio de. **O Brasil Império, a Lei de Terras, seu Regulamento e os Índios do Planalto Meridional (1850-1870)**. ANPUH – XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Natal, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/GDxX8u>> Acesso em 14jan2017.

SOUZA, Márcio Ferreira de. **As análises de gênero e a Formação do Campo de Estudos Sobre a(s) Masculinidade(s)**. Revista Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 123-144, Jul/Dez. 2009. Disponível em: <<https://bit.ly/2UBuzO4>> Acesso em: 04mar2018.

STELLO, Vladimir Fernando. **Além das Reduções**: A Paisagem Cultural da Região Missioneira. Tese (Doutorado), Planejamento Urbano e Regional - UFRGS, Porto Alegre, 2013.

STREY, Marlene Neves (Org.); MUHLEN, B. K. V. (Org.); KOHN, Kelly Cristina (Org.). **Caminhos de Homens**: Gênero e Movimentos. 1. ed. Porto Alegre-RS: Edipucrs, 2014.

VIEIRA, Gildson Nascimento Pereira. **O Herói inventado**: A representação de herói em Getúlio Vargas em impressos pernambucanos durante a legitimação do Estado Novo (1937-1945). Revista Em Tempos de História. (PPGHIS/UnB) N°. 30, Brasília, Jan – Jul 2017 Disponível em: <<https://bit.ly/2RMHUBj>> Acesso 04mar2018.

VIGARELLO, G. et all (Org.) **História da Virilidade**: o triunfo da virilidade o século XIX. Vol. 2. (p. 92). Petrópolis: Vozes, 2013.

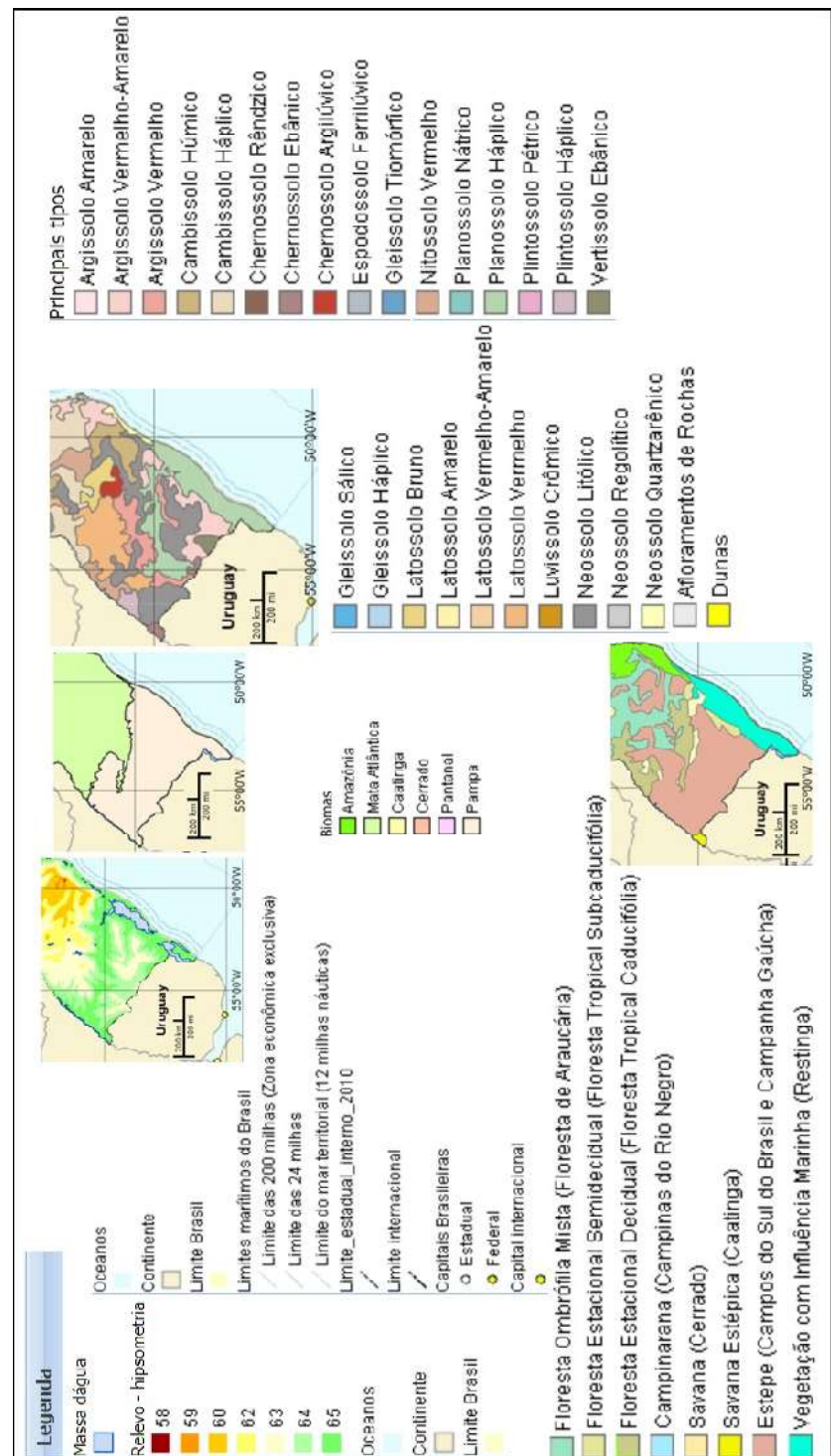
WEHLING, Arno. A pesquisa da História Militar Brasileira. In **Revista da Cultura**. RJ: Exército Brasileiro, ano I, nº1, jan/jul 2001, pp. 35-38. Disponível em: <<https://goo.gl/tLJL79>>. Acesso: 05ago2017.

\_\_\_\_\_; WEHLING, Maria José. **Exército, Milícias e Ordenanças na Corte Joanina:** permanências e modificações. DaCultura. Ano VIII, n. 14, jun. 2008, p. 26-32. Disponível em: <<https://goo.gl/Zi57Xr>>. Acesso: 15 jan. 2017.

WIRTH, Jonh D. **A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas.** Rio de Janeiro: FGV, 1973.

## ANEXOS

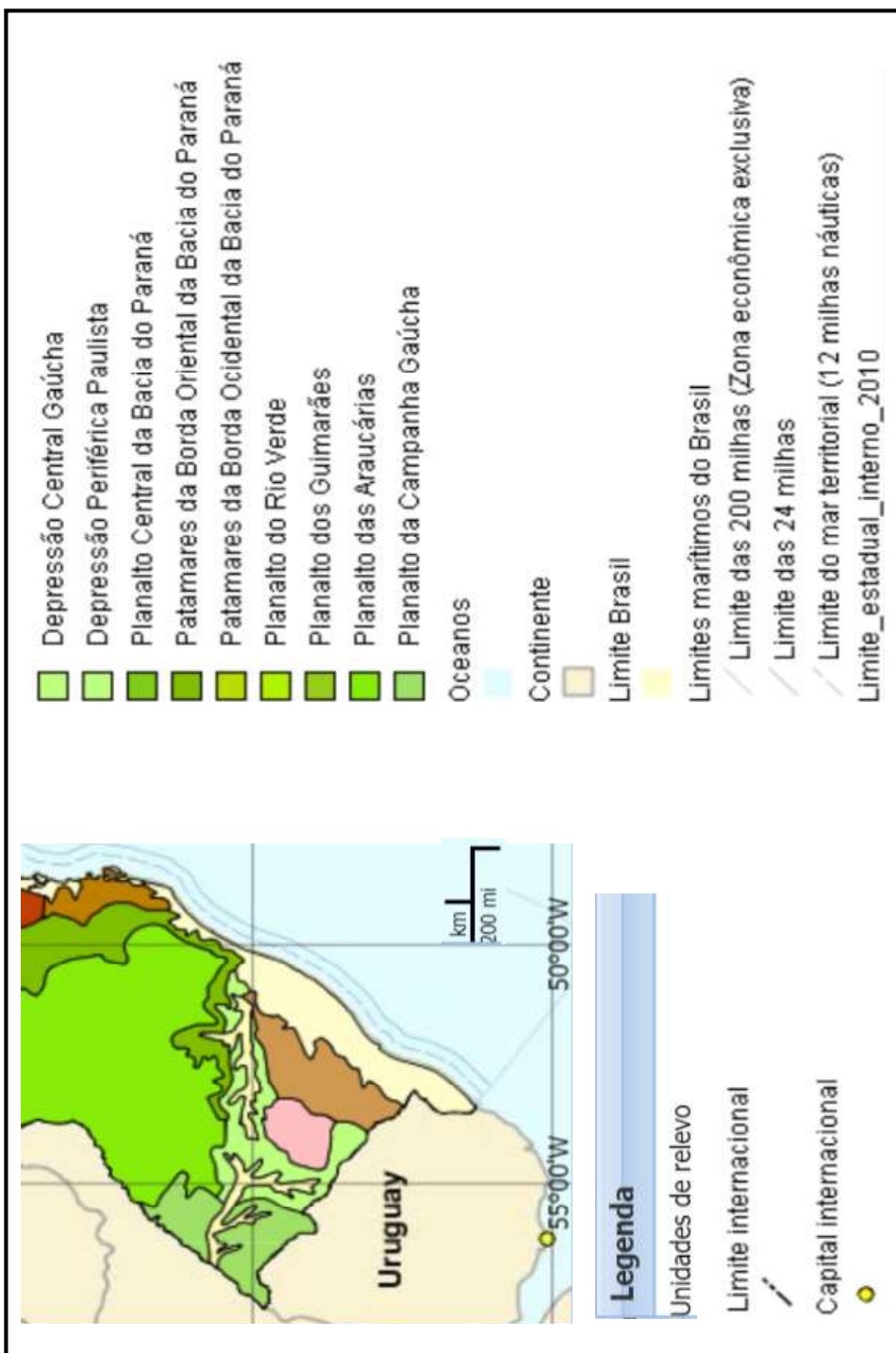
Mapa 05: Sul do Brasil - Relevo, Cobertura Vegetal e Solo



Fonte: Atlas Nacional do Brasil – IBGE – 2010<sup>73</sup> (adaptado pela autora)

<sup>73</sup> Para mais detalhes ver: [https://www.ibge.gov.br/apps/atlas\\_nacional/](https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/)

Mapa 06: O Relevo nas Unidades da Federação e a na Região Missioneira do RS



Fonte: Atlas Nacional do Brasil – IBGE – 2010<sup>74</sup> (adaptado pela autora)

<sup>74</sup> Para mais detalhes ver: [https://www.ibge.gov.br/apps/atlas\\_nacional/](https://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional/)



Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados  
do  
PPGH/UNICENTRO.

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco  
de dados do  
PPGH/UNCENTRO.

Irati(PR), 19 de Outubro de 2018.



Maria Gisele Vargas Batista